

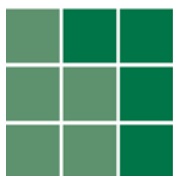
Guia da Avaliação de Indicadores e de Resultados das Políticas Públicas do Estado de Minas Gerais



ANEXO I PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO

EXERCÍCIO 2010



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Contas Governamentais de 2010

CONSELHEIRO RELATOR

Sebastião Helvécio Ramos de Castro

ASSESSORA

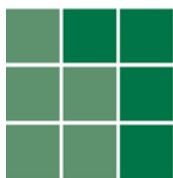
Raquel de Oliveira Miranda Simões

DIRETORA DE CONTROLE EXTERNO DO ESTADO

Valquíria de Sousa Pinheiro

COORDENADORA DE AVALIAÇÃO DA MACROGESTÃO GOVERNAMENTAL DO ESTADO

Solange Alves Rodrigues



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Apresentação

No processo de aprimoramento que este Tribunal de Contas vem imprimindo no desempenho de sua missão busca-se um controle externo das contas públicas que vá além do controle formal dos gastos públicos, incluindo-se a avaliação da qualidade deste gasto e o impacto produzido na realidade existente, de modo a também contribuir de forma pró-ativa para o melhor emprego dos recursos públicos.

É uma ação nova que vem se desenvolvendo no Brasil e no mundo, sendo indiscutivelmente um grande desafio que requer outras formas de controle dos gastos públicos que prestigiem, cada vez mais, a avaliação da eficiência, eficácia, efetividade e consistência da gestão pública.

No exame da Prestação das Contas Governamental de 2010 este Tribunal de Contas, atuando de forma convergente com o novo modelo de gestão adotado pelo Governo do Estado, orientada para resultados - iniciou o desenvolvimento e a aplicação de nova proposta metodológica para a avaliação dos resultados e impactos das políticas públicas estaduais, a partir da estratégia de desenvolvimento delineada no PMDI e materializada por meio dos programas constantes no PPAG e na Lei Orçamentária.

Foram requeridos estudos técnicos especializados, metodologia própria e adequada e a capacitação do corpo técnico para a sua aplicação, exigindo, porquanto, o apoio de especialistas para orientação e auxílio na construção e implemento dessa nova prática.

Os trabalhos foram divididos em cinco etapas: 1) construção do modelo de avaliação, 2) coleta dos dados, 3) análise dos dados, 4) conclusão e direcionamentos; a quinta etapa consistirá na avaliação da aderência da nova metodologia à realidade do Tribunal, a partir da verificação do implemento do modelo e da promoção de possíveis melhorias ao processo.

Tendo em vista uma avaliação ideal que, entretanto, ficou limitada à possível, no momento inicial o grande esforço concentrou-se na avaliação do conjunto de indicadores necessários à aferição dos resultados das políticas públicas, mais do que na correlação propriamente dita, entre os índices apurados e os resultados pretendidos. Assim procedeu-se à avaliação da adequação e suficiência do conjunto de indicadores produzidos pelo próprio Governo; a identificação e agregação de indicadores disponíveis no âmbito de sistemas estatísticos nacionais ou estaduais e a proposição de outros, que possam permitir análises e comparações suplementares, privilegiando a inclusão seletiva de indicadores predominantemente de resultados (efetividade, eficácia e eficiência).

Quanto àqueles adotados pelo Governo, percebeu-se, em diversas situações, que nem todos eram suficientes para avaliação adequada do desempenho das áreas de resultados respectivas, razão pela qual se agregaram à análise outros indicadores considerados pertinentes para tal propósito. A aplicação desse novo modelo encontrou uma série de dificuldades como, indisponibilidade de dados, defasagem de dados, dados ambíguos, inferências causais, pela natural limitação na avaliação de políticas públicas que é a da atribuição de resultados às iniciativas desenvolvidas.

Em certa medida, também foram apurados os resultados dos indicadores agregados e procedidas às análises correspondentes, assim como às análises dos resultados dos indicadores já existentes. Igualmente foi realizada avaliação da execução física e financeira global das áreas de resultados do PMDI, a partir de seus respectivos



programas e ações. Para tanto, foi criado o Índice de Aproveitamento Orçamentário (IAO) que, a partir das taxas de execução orçamentária e física das ações, pode servir de aproximação (proxy) para se mensurar a eficiência orçamentária (a relação entre os recursos programados e os resultados gerados). Este índice busca medir o aproveitamento dos recursos orçamentários em dois aspectos: os resultados gerados e o custo de oportunidade dos recursos alocados.

De todo o exposto, há de se ressaltar que a presente iniciativa, como a construção de qualquer modelo avaliativo, é um processo, o qual começou de forma simples e deve, gradativamente, ganhar escopo e robustez, considerando os desafios que avaliações desta natureza representam.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, 08 de julho de 2011

Sebastião Helvecio
Conselheiro Relator das Contas Governamentais/2010

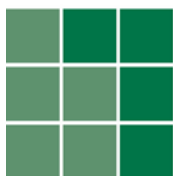


**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**
CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



SUMÁRIO

1 ÁREAS DE RESULTADOS	5
1.1 QUALIDADE FISCAL	5
1.2 QUALIDADE E INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA.....	11
1.3 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	15
1.4 PROTAGONISMO JUVENIL	27
1.5 VIDA SAUDÁVEL	33
1.6 DEFESA SOCIAL	43
1.7 QUALIDADE AMBIENTAL.....	55
1.8 REDE DE CIDADES E SERVIÇOS	63
1.9 LOGÍSTICA DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	68
1.10 INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E QUALIDADE.....	70
1.11 INVESTIMENTO E VALOR AGREGADO DA PRODUÇÃO.....	77
1.12 REDUÇÃO DA POBREZA E INCLUSÃO PRODUTIVA	81
1.13 DESENVOLVIMENTO DO NORTE DE MINAS, JEQUITINHONHA, MUCURI E RIO DOCE	86



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1 Áreas de Resultados

A seguir apresenta-se o quadro comparativo do número de indicadores do PMDI somados aos indicadores agregados, considerando também os descartados com análise crítica e os não utilizados na análise.

Área de Resultados	Indicadores PMDI	Descartados / Análise Crítica	Indicadores Agregados	Não Utilizados	Total
Vida Saudável	6	-	4	-	10
Defesa Social	4	1	18	-	22
Educação de Qualidade	4	1	6	-	10
Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva	2	-	-	6	2
Investimento e Valor Agregado da Produção	2	-	-	8	2
Inovação, Tecnologia e Qualidade	2	-	2	11	4
Desenvolvimento do Norte de Minas	6	2	-	-	6
Protagonismo Juvenil	6	-	-	-	6
Qualidade Ambiental	5	-	2	-	7
Rede de Cidades e Serviços	2	11	-	-	2
Logística de Integração e Desenvolvimento	2	2	1	-	3
Qualidade Fiscal	4	2	7	-	11
Qualidade e Inovação em Gestão Pública	-	2	6	-	6
Total	45	21	46	25	91

1.1 Qualidade Fiscal

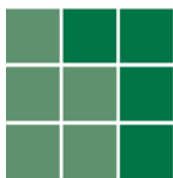
1.1.1 Caderno de Indicadores 2010

Os indicadores desta área de resultado apresentados no Caderno 2010 da SEPLAG – Estado para Resultados são:

Exercício de 2010

Indicadores	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Arrecadação de ICMS, excluindo juros, multas, dívida ativa e anistia, em MG. (R\$ bilhões)	8,9	9,4	10,8	12,8	15,1	16,7	19	22,4	22
Economia com redução de custos unitários de serviços estratégicos em MG. (R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	23,9	54,9	34
Economia com atividades-meio em MG. (R\$ milhões)									
- Anual	-	-	-	-	-	-	49,5	-109,3	68
- Acumulado	-	-	-	-	-	-	49,5	-59,8	8,2
Participação das despesas de capital na despesa total. (%)	-	9,6	7,2	9	12,4	13,5	12,7	14,5	15,3
Participação dos projetos estruturadores na despesa total. (%)	-	-	-	3,3	3,1	5,6	7	8,7	9,9
Relação entre despesas de pessoal e RCL (%)									
- Do poder executivo	-	-	-	-	-	44,6	46,4	45,8	46,2
- Dos demais poderes	-	-	-	-	-	9,1	9,4	8,6	9,3

FONTE: Caderno de indicadores 2010 - EpR - SEPLAG.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1) Arrecadação de ICMS, excluindo juros, multas, dívida ativa e anistia

Nos termos do Caderno de Indicadores, o indicador é utilizado para avaliar a capacidade arrecadatória da Receita Estadual de Minas Gerais, através da modernização da gestão tributária, aprimoramento da prevenção e mitigação de riscos tributários. O resultado desse esforço seria a obtenção dos recursos necessários para a manutenção do equilíbrio orçamentário, importante elemento da qualidade do gasto público. O indicador contribui para medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de “Assegurar a arrecadação das receitas fiscais, necessárias ao equilíbrio orçamentário”.

2) Participação das despesas de capital na despesa total

Segundo o Caderno de Indicadores, expressa a participação dos investimentos na despesa total em um dado período de tempo. É utilizado para avaliar a qualidade do gasto público, assumindo que uma maior participação das despesas de capital na despesa total representa uma melhoria na qualidade do gasto. É um indicador importante na aferição do nível de materialização do objetivo estratégico dessa área de resultado, o de melhorar a composição estratégica do gasto, aumentando a participação na despesa total dos investimentos públicos impulsionadores da competitividade da economia.

3) Participação dos projetos estruturadores na despesa total

O indicador pretende expressar a aderência do orçamento à estratégia de médio prazo do Governo, uma vez que os programas estruturadores são considerados os principais instrumentos dessa estratégia. É utilizado para avaliar a qualidade do gasto público, assumindo que uma maior destinação de recursos aos projetos estruturadores representa uma melhoria na capacidade de alocação dos recursos e de implementação da estratégia. Objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI, de aumentar a participação dos projetos estruturadores na despesa orçamentária.

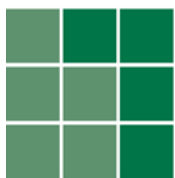
4) Relação entre despesa de pessoal e RCL

Expressa a relação entre a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas e a RCL. Um excessivo comprometimento da receita com o gasto com pessoal representa baixa qualidade do gasto público, as quais, por constituírem o maior gasto do Governo, têm repercussão no alcance de alguns dos Objetivos Estratégicos da Área a saber, o de estabilizar e iniciar a redução da despesa orçamentária como proporção do PIB e o de melhorar a composição estratégica do gasto, com o aumento dos investimentos públicos.

Os indicadores constantes dos itens 5 e 6 a seguir não foram considerados na análise, por entender que são de esforço e não propriamente de resultados do alcance dos objetivos estratégicos da área.

5) Economia anual com redução de custos unitários de serviços estratégicos

Conforme se depreende do Caderno de Indicadores, o indicador avalia a economia obtida a partir da implantação de novos modelos de aquisição de produtos e serviços, fruto do projeto Gestão Estratégica de Suprimentos (GES).



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



6) Economia com atividades-meio

Definiu o Governo que o indicador é uma medida do volume de recursos economizados com as despesas típicas de atividades-meio em um dado período de tempo, sendo assim consideradas as despesas acessórias ou intermediárias à atividade finalística de cada instituição.

1.1.2 Indicadores Agregados:

1) Participação dos investimentos e inversões financeiras do Orçamento Fiscal na despesa total

Esse indicador exclui as despesas com a amortização da dívida, do conjunto das despesas de capital do Orçamento Fiscal, de forma a evidenciar o efetivamente gasto com melhorias, comparativamente ao total das despesas no exercício, não sendo considerados os valores classificados na modalidade 91 (Operações intraorçamentárias). O indicador é importante na aferição do nível de materialização do objetivo estratégico de melhorar a composição estratégica do gasto, aumentando a participação na despesa total dos investimentos públicos impulsionadores da competitividade da economia. Apurações:

Exercícios de 2008 a 2010		Em %		
Indicador		Anos		
		2008	2009	2010
Participação dos Investimentos e Inversões Financeiras do Orçamento Fiscal na Despesa Total		13,2	12,5	10,9

FONTE: SIAFI.
Elaboração: CAMGE/TCEMG.

2) Relação entre investimentos e inversões financeiras e as despesas correntes (excluídas as despesas de pessoal e de juros e encargos da dívida)

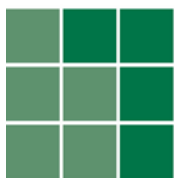
Esse indicador confronta a capacidade de investimento do Governo do Estado, através do Orçamento Fiscal, e as despesas com custeio mais livres e de maior possibilidade de contingenciamento pelo Governo. É outro indicador importante na aferição do objetivo estratégico de melhorar a composição estratégica do gasto. Apurações:

Exercícios de 2008 a 2010		Em %		
Indicador		Anos		
		2008	2009	2010
Relação entre Total dos Investimentos e Inversões Financeiras do Orçamento Fiscal e as Outras Despesas Correntes		35,9	33,2	28,3

FONTE: SIAFI.
Elaboração: CAMGE/TCEMG.

3) Participação das despesas com custeio da máquina pública na despesa total do exercício

O indicador expressa a representatividade das despesas de custeio, não sendo consideradas as com pessoal ativo, inativos, pensionistas, juros e encargos da dívida pública – mais difíceis de serem contingenciadas -, com o total das despesas em cada exercício, excluídos os valores classificados na modalidade 91 (Operações



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



intraorçamentárias). O indicador contribui para a aferição do alcance do objetivo estratégico de melhorar a composição estratégica do gasto. Apurações:

Exercícios de 2008 a 2010		Em %	
Indicador	Anos		
	2008	2009	2010
Participação das Outras Despesas Correntes na Despesa Total	36,6	37,6	38,5
FONTE: SIAFI.			
Elaboração: CAMGE/TCEMG.			

4) Relação entre Resultado Primário e o PIB, comparativamente ao da União

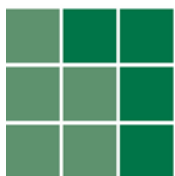
O indicador expressa se o resultado primário alcançado é compatível com o crescimento do PIB e o compara com a mesma relação no âmbito da União. O indicador é importante na aferição do nível de materialização dos objetivos estratégicos, estabilizar e iniciar a redução da despesa orçamentária como proporção do PIB e de manter o compromisso com o equilíbrio fiscal. Tendo em vista a defasagem de 2 anos para a publicação do PIB dos estados, a apuração somente foi possível até 2008:

Exercícios de 2006 a 2008			Em %
Indicadores	Anos		
	2006	2007	2008
Estado de Minas Gerais	0,9	1,0	1,1
União	3,2	3,3	3,4
FONTE: Banco Central do Brasil , IBGE, RREO .			
Elaboração: CAMGE/TCEMG.			

5) Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a RCL, comparativamente à da média dos outros estados do Sudeste

Expressa a evolução e a tendência do endividamento de Minas, em comparação com a média dos índices dos outros estados do Sudeste. O indicador possibilita aferir o alcance do objetivo estratégico de estabilizar e iniciar a redução da despesa orçamentária como proporção do PIB, passo que antecede uma política sustentável de redução da carga tributária. Apurações:

Exercícios de 2007 a 2009			Em %
Indicadores	Anos		
	2007	2008	2009
Estado de Minas Gerais	1,88	1,76	1,79
Média dos Outros Estados do Sudeste	1,21	1,11	1,07
Estados com o menor Percentual			
Espírito Santo	0,19	0,10	0,08
Estado com o maior Percentual			
Rio de Janeiro	1,73		1,63
São Paulo		1,63	
FONTE: STN .			
Elaboração: CAMGE/TCEMG.			



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



6) Relação entre Receita Tributária e PIB Estadual, comparativamente à média dos outros estados do Sudeste

O indicador expressa se a receita tributária cresce vis-à-vis ao crescimento econômico. A estabilização da relação Receita Tributária e PIB é uma importante condição para implementar ações visando à redução gradual da carga tributária. O indicador subsidia a aferição do alcance do resultado finalístico de assegurar a arrecadação das receitas fiscais e do objetivo estratégico de manter política tributária indutora do investimento produtivo, com foco na simplificação e descomplicação. Apurações:

Exercícios de 2006 a 2008			Em %
Indicadores	Anos		
	2006	2007	2008
Estado de Minas Gerais	9,29	9,39	9,57
Média dos Outros Estados do Sudeste	8,45	8,51	8,76
Estado com o menor Percentual			
Rio de Janeiro	6,81	6,80	6,68
Estado com o maior Percentual			
Espírito Santo	10,64	10,80	11,06

FONTE: STN e IBGE.

Elaboração: CAMGE/TCEMG.

7) Participação de fontes alternativas de recursos no total das fontes do Estado

Evidencia o esforço do Governo na busca de fontes alternativas de recursos a serem aplicados no processo de desenvolvimento do Estado, em relação ao total das fontes do Orçamento Fiscal, excluídas as operações intraorçamentárias. Essas fontes constituem uma alternativa ao aumento da carga tributária, sendo assim definidas as fontes Operação de Crédito Contratual - SWAP (12); Convênios, Acordos e Ajustes (24); Operação de Crédito Contratual (25) e Doações (45 e 46). O indicador pode auxiliar a verificação do alcance do resultado finalístico de assegurar a arrecadação das receitas fiscais. Apurações:

Exercícios de 2008 a 2010			Em %
Indicador	Anos		
	2008	2009	2010
Participação de Fontes Alternativas de Recursos do Orçamento Fiscal no Total das Fontes do Estado	2,4	4,3	4,4

FONTE: SIAFI .

Elaboração: CAMGE/TCEMG.

1.1.3 Programas contemplados na Área Qualidade Fiscal, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Exercício de 2008 a 2010 Em R\$

Programa			Despesa Realizada								
Cod.	Descrição	UO	2008	AV %	% s/ Créd. Aut.	2009	AV %	% s/ Créd. Aut.	2010	AV %	% s/ Créd. Aut.
17	Eficiência Tributária e Simplificação	SEF	46.263.433,01	55,23	83,09	34.144.896,33	45,05	86,75	31.771.706,08	50,00	74,97
29	Modernização da Gestão Fiscal	SEF	4.395.311,54	5,25	57,39	-	-	-	28.139,99	0,04	0,10
41	Qualidade e Produtividade do Gasto Setorial	SEPLAG	139.949,12	0,17	34,78	10.874.125,08	14,35	87,71	2.809.155,97	4,42	68,54
Total Programas Estruturadores			50.798.693,67	60,65	79,70	45.019.021,41	59,39	59,69	34.609.002,04	54,47	46,53
171	Planejamento, Orçamento e Articulação das Ações Governamentais	SEPLAG	3.630.640,41	4,33	0,77	4.261.207,18	5,62	92,08	1.660.551,35	2,61	91,00
215	Gerenciamento das Atividades de Fiscalização e de Tributação Estadual	SEF	29.329.490,41	35,01	95,42	26.518.620,76	34,99	82,23	27.269.742,09	42,92	85,62
222	Fortalecimento Institucional para a Gestão Fiscal	SEF	4.000,00	0,00	50,00	-	-	-	-	-	-
Total Programas Associados			32.964.130,82	39,35	6,54	30.779.827,94	40,61	83,47	28.930.293,44	45,53	85,91
Total da Área			83.762.824,49	100,00	14,75	75.798.849,35	100,00	67,50	63.539.295,48	100,00	58,80
Despesa Total do Exercício			43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %				0,19			0,16			0,11	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI e ofícios enviados pelas empresas controladas.

1.1.3.1 Programa destacado dentre os constantes na área Qualidade Fiscal

Programa Estruturador 029 – Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal

Objetivo: Manter o compromisso com o equilíbrio das contas públicas, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos fiscais por meio de uma gestão moderna e eficiente para subsidiar a elevação da capacidade de investimentos. Aprimorar os mecanismos de cobrança e os instrumentos de arrecadação fiscal.

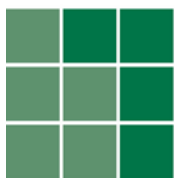
Objetivos Estratégicos (PMDI): Melhorar a composição estratégica do gasto, aumentando a participação na despesa total dos investimentos públicos impulsionadores da competitividade da economia.

Resultados Finalísticos (PMDI): Aumentar a participação dos investimentos na despesa orçamentária; reduzir a participação das despesas correntes na despesa orçamentária.

Indicador do programa: Grau de alcance da meta de resultado primário do programa Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas Gerais - PAF (%).

Resultado do indicador do programa: a meta foi de 100% em 2010 e foram alcançados 106,87%.

O indicador de alcance de resultado primário é importante para medir o impacto e a sustentabilidade da política fiscal do Estado, contudo, foi questionada a suficiência e pertinência desse indicador para medir o desempenho do Programa 29 ou, em outra perspectiva de análise, a relevância deste para atingir os resultados do indicador citado, tendo em vista que, mesmo o programa apresentando baixos índices de execução financeira e física de algumas ações, o resultado do indicador ultrapassou a meta estabelecida no PAF. Ademais, o Programa 29 possui uma amplitude cujos resultados não se limitam ao impacto no resultado primário do PAF, haja vista o escopo das diversas ações que o compreendem. Sugeriu-se, assim, a definição de indicador(es) que possibilite(m) a aferição do alcance do objetivo do programa como um todo, tendo em vista que o indicador definido não é capaz de expressar toda a dimensão desse alcance.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.1.4 Conclusão

Os indicadores utilizados, que medem ou recebem os impactos das ações na Área Qualidade Fiscal, mostram que o Estado tem aumentado a sua capacidade de geração de receitas tributárias e não tributárias, promovendo melhorias nos indicadores de endividamento, que têm se mantido abaixo do limite legal. Entretanto, em que pese esse quadro positivo, os dados levantados sinalizam que o Governo tem alocado, cada vez mais, parte de seus recursos na manutenção da máquina pública, reduzindo a capacidade de investir em melhorias, vitais para impulsionar a competitividade da economia, que irá refletir na melhora dos indicadores sociais. Assegurar e aumentar a arrecadação e promover o equilíbrio fiscal são ações basilares, mas não suficientes para constituir os pilares da transformação necessária e almejada na qualidade de vida dos mineiros, como idealizada no PMDI, devendo ser conjugadas com a melhora na composição e na produtividade do gasto público.

Os programas da Área Qualidade Fiscal alcançaram o Índice de Aproveitamento Orçamentário total de 77%, resultante de uma execução financeira de 59% e física de 131%, demonstrando que os recursos poderiam ter sido melhor aproveitados, ou aumentando-se a execução física, ou alocando-se os créditos orçamentários não utilizados em outras ações (custo de oportunidade).

1.2 Qualidade e Inovação em Gestão Pública

1.2.1 Caderno de Indicadores 2010

Os dois indicadores definidos pelo Governo no Caderno de Indicadores 2010 não foram considerados na avaliação. O primeiro, devido à criação de metodologia própria no âmbito da análise dessas Contas Governamentais, para a apuração das taxas de execução dos programas, inclusive os estruturadores. E, o segundo, pela limitação ao abordar apenas o aspecto quantitativo dos serviços disponibilizados, não expressando a qualidade dessa prestação, como exemplo a satisfação do usuário. São eles:

Exercício de 2010

Indicadores	Ano		
	2007	2008	2009
Taxa de execução média dos Projetos Estruturadores de MG. (%)	76,0	71,8	81,0
Número de Serviços Eletrônicos Interativos no Portal Minas			
Serviços Eletrônicos Informativos	789	768	549
Serviços Eletrônicos Interativos	180	180	364
Serviços Eletrônicos Transacionais	83	83	159

FONTE: Caderno de indicadores 2010.

Contudo, outros indicadores foram sugeridos visando contribuir para expressar os níveis de alcance dos resultados finalísticos da área de resultado. Embora as apurações desses indicadores não tenham sido possíveis no presente exame eles devem ser aprofundados e agregados aos instrumentos de acompanhamento e controle das contas governamentais, utilizados por este Tribunal de Contas, assim como são sugeridos a compor o Caderno de Indicadores do Governo.

O Índice de transparência e de controle social das ações de governo foi o único indicador sugerido e apurado, tendo em vista o fácil acesso dos dados, via Web, conforme a seguir se demonstra.

1.2.2 Indicadores Agregados

1) Índice de transparência e de controle social das ações de governo

O indicador subsidia na aferição do alcance do objetivo estratégico do PMDI de ampliar a transparência e o controle social das ações de governo, implementando a governança social.

O Índice de Transparência decorre da Lei Complementar 131, de 27/5/09, que acrescentou dispositivos à LRF e determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Considerando os termos da Lei Complementar 131, bem como os critérios estabelecidos pelo Comitê de Transparência, são parâmetros para a avaliação do nível de transparência dos entes federativos as características dos *sites* respectivos, relacionadas ao conteúdo, a série histórica e frequência de atualização e a usabilidade.

De acordo com o sítio eletrônico do Índice de Transparência, o Estado de Minas Gerais, em 2010, ocupou o 5º lugar no ranking dos Estados e o 6º lugar no ranking geral, com a nota 5,60 em 10.

2) Percepção da população quanto à confiança nas instituições públicas e qualidade dos serviços prestados

Considerando o papel de relevo do cidadão na cobrança dos resultados das ações governamentais, o indicador expressa a percepção da população, legítima destinatária dos resultados dessas ações, possibilitando a aferição do alcance do resultado finalístico do PMDI de aumentar a referida percepção.

3) Número de cargos com processo de certificação ocupacional implementado, em relação ao total de cargos em comissão

Contribui para expressar o nível de profissionalização dos gestores públicos, uma das condições para que o Estado amplie o alcance de crescentes padrões de qualidade e inovação, que devem permear o modelo de gestão por resultados. O indicador pode auxiliar na aferição do alcance do objetivo estratégico de aprofundar a profissionalização de servidores públicos.

4) Relação entre o número de termos de parcerias com avaliação satisfatória e o total de termos em vigor

O implemento do plano estratégico do governo envolve a participação, não só do Governo, mas também das organizações da sociedade civil, devendo, contudo, haver um vigoroso controle e avaliação, não apenas da conformidade dos recursos aplicados, mas, sobretudo, dos resultados das parcerias firmadas. O indicador que se propõe deve, então, contribuir para expressar a qualidade dos serviços públicos prestados pelo terceiro setor o que pode culminar com o alcance do objetivo estratégico de aumentar a presença do terceiro setor na prestação de serviços.



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**
CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



5) Número de órgãos com acordos de resultados com nível de avaliação satisfatória em relação ao total de acordos firmados

Para o alcance do objetivo estratégico de incorporar inovações e disseminar boas práticas de gestão nas instituições públicas e do resultado finalístico, grau de implementação da agenda setorial do choque de gestão, o Governo deve contar com o envolvimento de todos os órgãos e instituições que o integram e de seus servidores. O indicador deve contribuir para demonstrar o nível de desempenho dos acordos de resultados firmados pelo Governo com esse fim.

6) Número de servidores com avaliação de desempenho em relação ao total de servidores

Expressa a qualidade e profissionalização da administração pública estadual, à luz dos princípios modernos de gestão para resultados, contribuindo, ainda, para demonstrar o grau de implementação de objetivos estratégicos do PMDI como incorporar inovações e disseminar boas práticas de gestão nas instituições públicas.

1.2.3 Programas contemplados na Área Qualidade e Inovação em Gestão Pública, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Exercícios de 2008 a 2010

Em R\$

Programa		2008			2009			2010		
Cod.	Descrição	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.
2	Ampliação da Profissionalização de Gestores Públicos	4.718.457,15	1,12	98,55	9.161.639,27	1,12	94,66	-	-	-
6	Centro Administrativo	382.828.528,63	90,98	97,48	766.829.586,29	93,60	91,91	499.177.339,36	91,48	90,84
8	Choques Setoriais de Gestão	7.291.715,99	1,73	84,10	3.737.145,33	0,46	97,90	5.918.800,33	1,08	34,83
22	Governo Eletrônico	8.559.672,61	2,03	95,19	1.539.357,30	0,19	43,92	8.349.188,56	1,53	58,85
Total Programas Estruturadores		403.398.374,38	95,87	97,17	781.267.728,19	95,36	91,77	513.445.328,25	94,10	88,42
142	Programa dos Direitos do Cidadão	1.713.819,29	0,41	84,84	1.173.873,27	0,14	63,35	1.400.955,38	0,26	96,51
155	Manutenção Dos Sistemas Gerenciais Corporativos	992.960,00	0,24	100,00	750.535,32	0,09	100,00	779.576,04	0,14	78,51
158	Governança Eletrônica	2.948.320,20	0,70	99,90	1.768.522,46	0,22	94,98	1.732.700,50	0,32	100,00
173	Modernização da Gestão Ambiental	-	-	-	11.617.033,10	1,42	97,21	6.938.710,60	1,27	98,94
177	Programa de Gestão Tecnológica	92.292,98	0,02	73,25	28.286,64	0,00	16,75	-	-	-
188	Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação	-	-	-	19.419.986,22	2,37	76,69	16.012.588,15	2,93	84,59
197	Ordenamento Territorial de Minas Gerais	21.618,68	0,01	98,27	21.599,46	0,00	98,18	21.485,57	0,00	97,66
200	Produção, Sistematização e Disseminação de Dados Estatísticos	1.044.365,86	0,25	73,14	1.047.375,40	0,13	49,08	704.112,49	0,13	57,83
213	Modernização da Gestão e do Planejamento	491.564,49	0,12	9,16	512.026,88	0,06	13,38	3.116.955,98	0,57	48,49
226	Gestão Estratégica de Pessoas	1.120.188,68	0,27	92,08	1.321.836,75	0,16	90,19	1.004.490,83	0,18	75,91
246	Eficiência Tecnológica e Operacional	8.358.427,00	1,99	89,86	-	-	-	-	-	-
261	Aprimoramento da Gestão Pública	593.385,57	0,14	70,92	357.254,28	0,04	29,79	501.482,27	0,09	73,11
Total Programas Associados		17.376.942,75	4,13	71,62	38.018.329,79	4,64	75,20	32.213.057,81	5,90	80,94
Total da Área		420.775.317,13	100,00	95,76	819.286.057,98	100,00	90,84	545.658.386,06	100,00	87,94
Despesa Total do Exercício		43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %			0,96			1,73			0,97	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI e ofícios enviados pelas empresas controladas.

1.2.3.1 Programa destacado dentre os constantes na área Qualidade e Inovação em Gestão Pública

PROGRAMA 6 – Centro Administrativo

Objetivo: centralizar os órgãos da Administração Direta e parte da Indireta, tendo em vista a crescente integração dos entes governamentais, o aumento da eficiência dos serviços públicos e a redução dos custos administrativos.

Objetivo Estratégico (PMDI): Aprimorar a Governança Corporativa.



Resultados Finalísticos (PMDI): Aumentar a percepção da população quanto à confiança nas instituições públicas e qualidade dos serviços prestados.

Indicador do programa: Para o programa Centro Administrativo não foi definido indicador de resultado.

Desde a criação do programa, em 2004, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão, o que representa 100,9% dos valores inicialmente previstos nos PPAGs e LOAs e 92,4% dos créditos autorizados.

A maior parcela, R\$ 1,4 bilhão, foi executada pelo Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado, sob a responsabilidade da CODEMIG.

Em 2010, o crédito inicial previsto no Orçamento Fiscal foi de R\$ 238,9 milhões, o autorizado, R\$ 225,4 milhões e o realizado de R\$ 201,8 milhões, 89,5% do autorizado. Já o Orçamento de Investimento previu R\$ 93,6 milhões, autorizou R\$ 324,1 milhões e realizou R\$ 297,4 milhões, ou 91,8% do autorizado.

Considerando que constitui parte do objetivo do Programa Centro Administrativo reduzir os custos administrativos no Estado de Minas Gerais e que não foi definido indicador de resultado adequado para a aferição de seus resultados, foi sugerida a definição de indicador(es), com a finalidade de medir, sobretudo, o grau de consolidação da economia realizada com a implantação do Centro. Ressalta-se a baixa qualidade do planejamento das ações do referido programa, em especial, na definição de seus produtos, unidades de medida e metas, o que contribuiu para os expressivos desvios de execução, os quais, em sua maioria, não foram devidamente e tempestivamente justificados, nos campos específicos do SIGPlan.

1.2.4 Conclusão

As ações empreendidas no âmbito da Área de Resultado Qualidade e Inovação em Gestão Pública, assim como na Área Qualidade Fiscal, são fundamentais e condicionantes para o alcance dos objetivos das demais áreas, razão pela qual são consideradas pilares do sistema. Aferir o grau de seus impactos é, portanto, aferir a garantia dos pressupostos das demais áreas. Assim sendo, considerando que a aferição do alcance dos objetivos estratégicos da área de resultado restou prejudicada pela ausência de indicadores e dados disponíveis, adequados e suficientes entende ser necessária a definição, pelo Governo, de indicadores nesses moldes, tendo sido sugeridos alguns, antes relacionados, cujas fontes de dados são produzidas pelo próprio Governo. Espera-se que eles possam, de alguma forma, contribuir para expressar os níveis de alcance dos objetivos estratégicos e resultados finalísticos dessa área. Para o indicador sugerido e cujas informações encontravam-se disponíveis, via web, o Índice de Transparência do Governo de Minas Gerais, em que o Estado alcançou a nota 5,6 em 10, foi incorporado à análise, visando permitir, ainda que minimamente, alguma visão do alcance dos objetivos estratégicos da área.

Os programas da Área Qualidade e Inovação em Gestão Pública alcançaram o Índice de Aproveitamento Orçamentário Total de 99%, resultante de uma execução financeira de 88% e física de 113%, demonstrando que houve um bom aproveitamento orçamentário total dos programas.

1.3 Educação de Qualidade

1.3.1 Caderno de Indicadores 2010

Todos os indicadores constantes do Caderno, relativos à área de resultado referenciada, foram utilizados no Relatório de Avaliação das Contas do exercício 2010. São eles, a saber:

1) Percentual de alunos com nível recomendável de leitura

Expressa o percentual de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental com nível de proficiência recomendável em leitura, na avaliação Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA.

O cálculo é dado pelo quociente entre o número de alunos com proficiência em leitura acima do limite recomendável e o número de alunos avaliados.

O indicador objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de “Aumentar o percentual de alunos lendo aos oito anos”.

2) Taxa de distorção idade-série

O indicador expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior àquela recomendada para cada uma das séries, considerando-se distorção quando o aluno tem idade igual ou superior a dois anos da idade recomendada.

O cálculo é dado pelo quociente entre o número de alunos com idade igual ou superior, em até dois anos, à adequada para determinada série e o número de alunos matriculados nessa mesma série.

O indicador objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de “Reduzir a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental e médio”.

A seguir demonstram-se as apurações constantes do Caderno 2010 para esses dois indicadores:

Exercício de 2010

Indicadores	Ano			
	2006	2007	2008	2009
Percentual de Alunos com Nível Recomendável Leitura - 3ºano EF	48,6	65,7	72,5	72,6
Taxa de Distorção Idade-Série (%):				
Ensino Fundamental	25,6	25,2	20,4	18,1
Ensino Médio	41,8	38,5	34,9	33,7

FONTE: Caderno de indicadores 2010.

3) Proficiência Média

O indicador de proficiência média avalia o aproveitamento escolar do aluno por meio de teste padronizado. A proficiência média é obtida pelo somatório das notas dos alunos em cada série/ano avaliados, dividido pelo número total de alunos avaliados nessas mesmas séries/anos, verificando as habilidades e características de competência cognitiva dos alunos.

As notas são obtidas a partir do Programa de Avaliação da Educação Básica – PROEB – e do PROALFA, da SEE/MG.

O indicador objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de “Melhorar a qualidade de ensino aferida por PROEB: 4ª série/5º ano do ensino fundamental, 8ª série/9º ano do ensino fundamental, 3ª série do ensino médio”.

A seguir demonstram-se as apurações constantes do Caderno Indicadores 2010:

Exercício 2010

ANO	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	3º ano	5º ano	9º ano	3º ano
	Leitura	L.Port/Mat	L.Port/Mat	L.Port/Mat
2006	494,0	190,0 / 196,5	242,7 / 246,3	267,6 / 274,6
2007	536,1	195,1 / 205,1	240,5 / 250,9	274,2 / 282,4
2008	550,3	204,8 / 218,2	250,2 / 255,8	274,0 / 282,2
2009	551,6	213,9 / 226,2	252,1 / 261,4	274,8 / 284,0

FONTE: Caderno de indicadores 2010.

4) Taxa de frequência líquida da população de 15 a 17 anos

Evidencia o percentual da população, na faixa etária descrita, que frequenta a escola na série recomendada, conforme a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária. É utilizado como medida de acesso e eficiência do sistema de ensino no Estado.

O indicador objetiva medir o alcance dos resultados finalísticos do PMDI de “Aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos (percentual do total de jovens entre 15 a 17 anos cursando o ensino médio), descrito na área de resultado Protagonismo Juvenil e, ainda, “Reduzir a taxa de distorção idade-série no ensino médio”, descrito na área de resultado Educação de Qualidade.

Esse indicador foi inserido no Relatório das Contas 2010, nas áreas de resultados Educação de Qualidade e Protagonismo Juvenil, a despeito de constar no Caderno de Indicadores apenas na área de resultado Protagonismo Juvenil, contudo entende-se que se coaduna, diretamente, com a área da educação. As apurações constantes do Caderno são, a saber:

Exercício de 2010

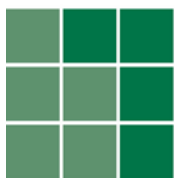
Indicadores	Anos		
	2006	2007	2008
Taxa de frequência líquida (%)	50,5	51,1	56,0

FONTE: Caderno de indicadores 2010.

1.3.2 Indicadores Agregados

1) Taxas de Rendimento Escolar – aprovação, reprovação e abandono (Brasil X Regiões)

Evidencia os percentuais de aprovação, reprovação e abandono, apesar de muitas limitações e redundância em relação a outros indicadores, porém a difusão de seu uso permite uma comparabilidade e inteligibilidade maior por aquela parte da sociedade interessada em acompanhar a evolução da educação no estado. Além disso,



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO

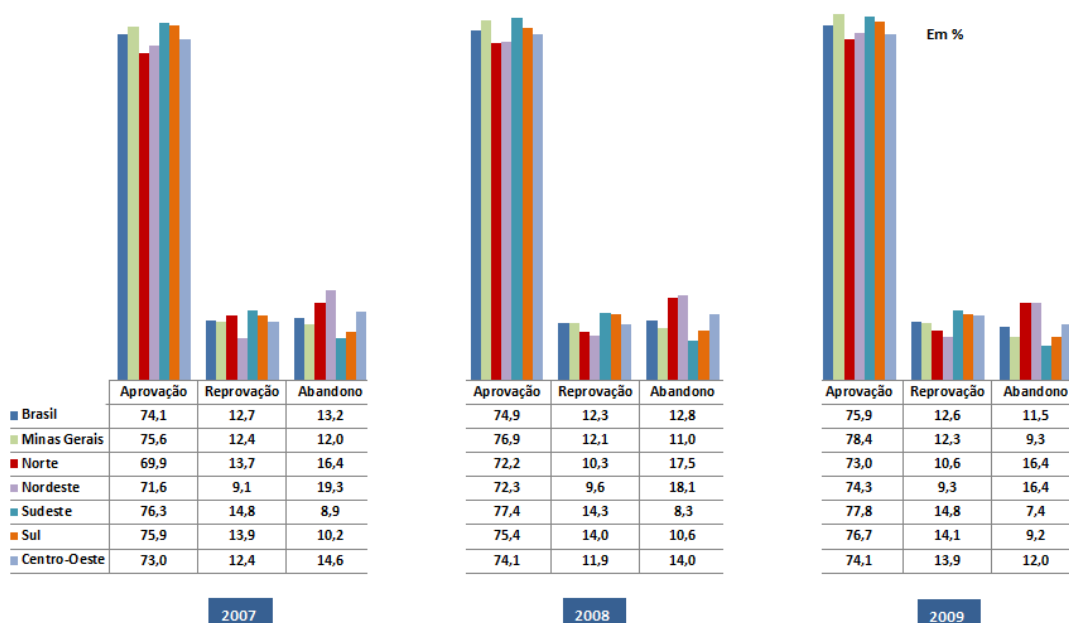


como é obtida por registros administrativos produzidos a partir de cada unidade escolar, permite desagregações e comparações diversas entre redes, regiões, zona urbana e rural, ou mesmo, por escola.

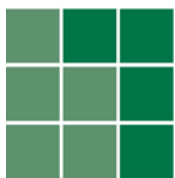
Esse indicador pode aferir o alcance do resultado finalístico do PMDI de “Aumentar a taxa de conclusão do ensino fundamental e médio”.

A seguir demonstram-se as apurações do Censo Escolar para os ensinos médio e fundamental, no Brasil e regiões:

Taxas de rendimento escolar do Ensino Médio Brasil x Minas x Outras Regiões:



Taxas de Rendimento Escolar do Ensino Médio Brasil X Minas Gerais X Outras Regiões
FONTE: Censo Escolar/MEC/INEP

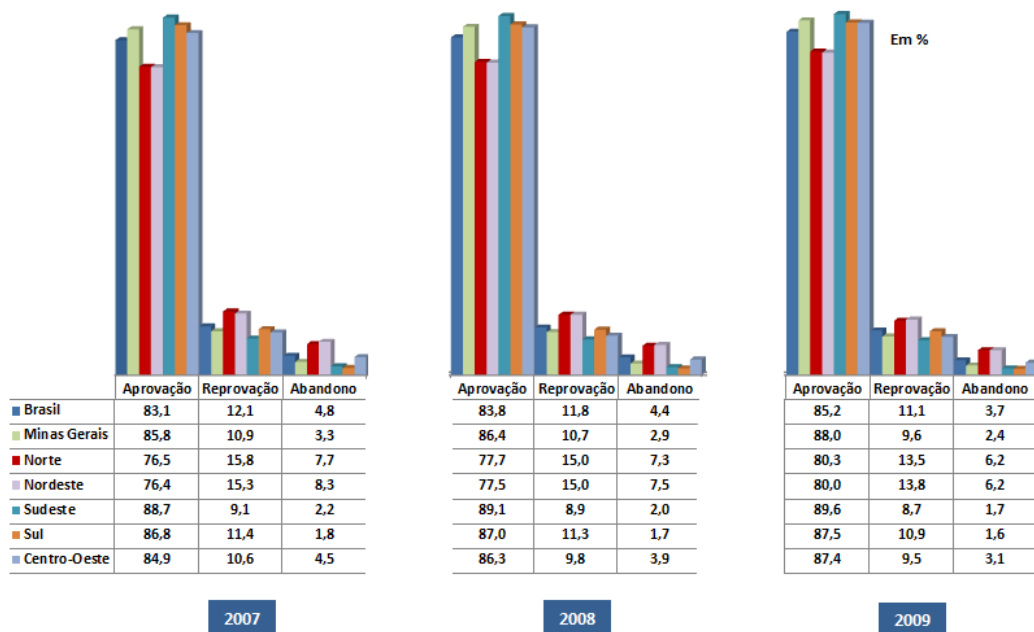


PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Taxas de rendimento escolar do Ensino Fundamental Brasil x Minas x Outras Regiões



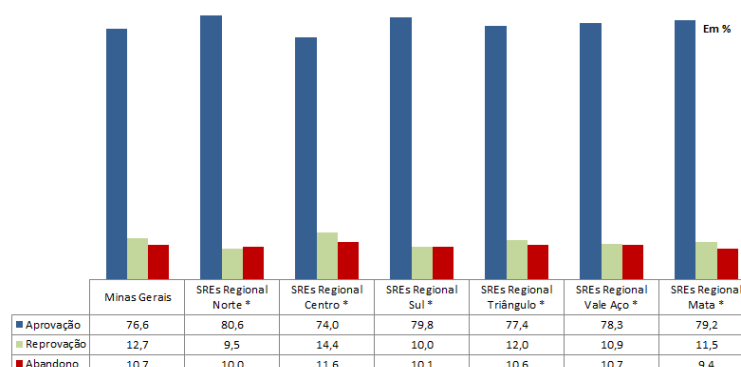
Taxas Rendimento Escolar do Ensino Fundamental Brasil X Minas Gerais X Outras Regiões
FONTE: Censo Escolar/MEC/INEP

2) Taxas de Rendimento Escolar – aprovação, reprovação e abandono (Minas X Regionais)

Esse indicador pode aferir o alcance dos resultados finalísticos do PMDI de “Aumentar a taxa de conclusão do ensino fundamental e médio” e “Redução das desigualdades regionais entre as Superintendências Regionais de Ensino – SRE’s”.

Demonstram-se também as apurações da SEE/MG, para as diversas regiões de Minas, em 2009:

Taxas de rendimento escolar do Ensino Médio Minas x Regionais 2009

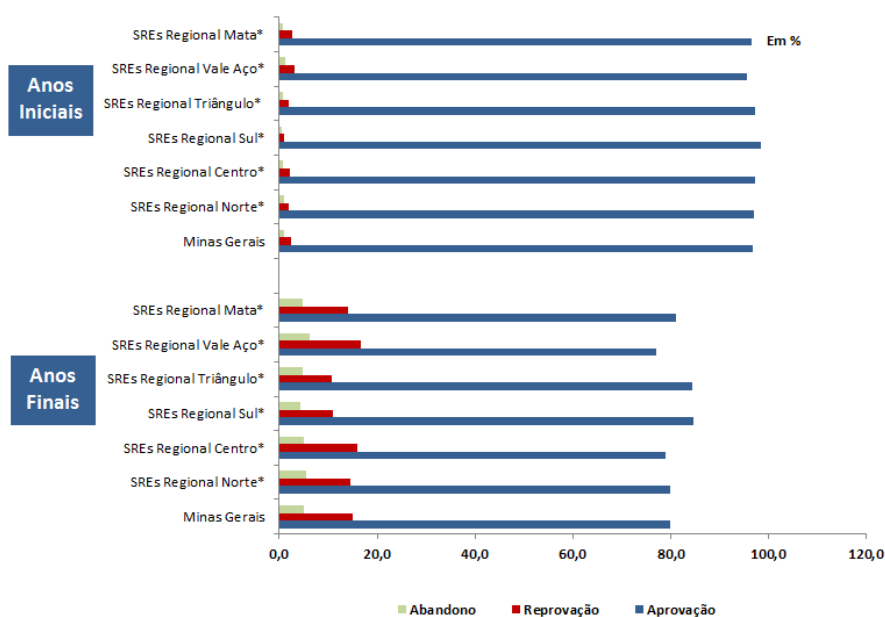


Taxas de Rendimento Escolar do Ensino Médio Minas Gerais X Regionais de Minas - Exercício 2009

FONTE: SEE/MG

NOTA: (*) Média aritmética simples (cálculos CAMGE/TCE)

Taxas de rendimento escolar do Ensino Fundamental Minas x Regionais 2009



Taxas de Rendimento Escolar do Ensino Fundamental Minas Gerais X Regionais de Minas - Exercício 2009

FONTE: SEE/MG

NOTA: (*) Média aritmética simples (cálculos CAMGE/TCE)

3) Proficiência Média nas regionais de Minas Gerais em 2009

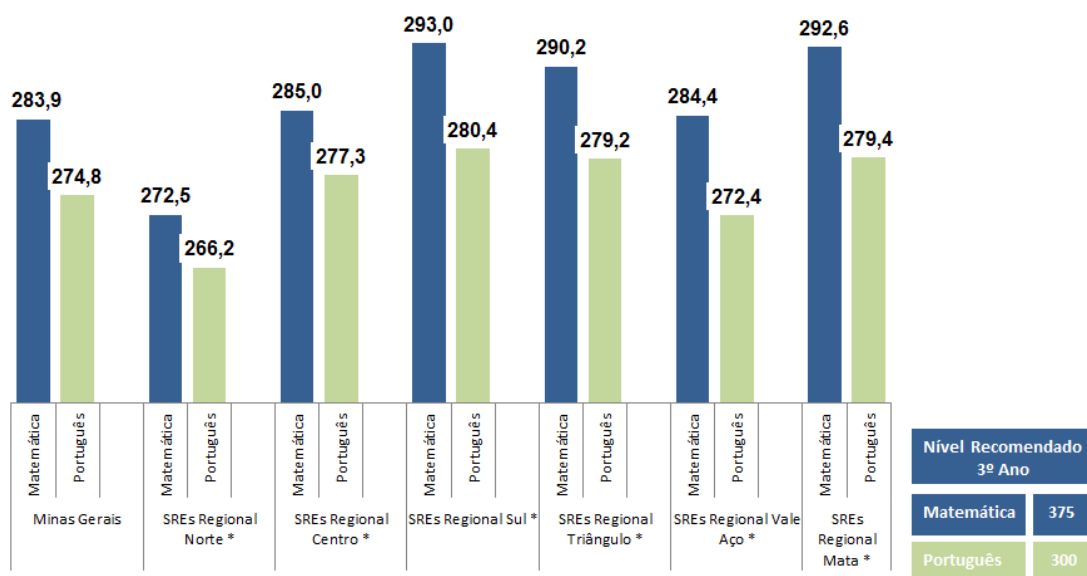
O indicador de proficiência média avalia o aproveitamento escolar do aluno por meio de teste padronizado. A proficiência média é obtida pelo somatório das notas dos alunos em cada série/ano avaliados, dividido pelo número total de alunos avaliados nessas mesmas séries/anos, verificando as habilidades e características de competência cognitiva dos alunos.

O indicador pode aferir o alcance dos resultados finalísticos do PMDI de “Melhorar a qualidade de ensino aferida por PROEB: 4ª série/5º ano do ensino fundamental, 8ª série/9º ano do ensino fundamental, 3ª série do ensino médio” e “Redução das desigualdades regionais entre as Superintendências Regionais de Ensino – SRE’s”.

As notas são obtidas a partir do Programa de Avaliação da Educação Básica – PROEB – e do PROALFA, da SEE/MG.

Extraíram-se os dados dos gráficos a seguir do sítio eletrônico da SEE/MG, permitindo-se uma comparação, no exercício de 2009, entre as regiões do Estado, no que se refere à proficiência média dos alunos dos ensinos fundamental e médio.

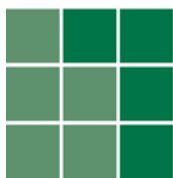
Taxas de Proficiência Média do Ensino Médio Minas x Regionais 2009



Taxas de Proficiência do Ensino Médio Minas Gerais X Regionais de Minas - Exercício 2009

FONTE: SEE/MG

NOTA: (*) Média aritmética simples (cálculos CAMGE/TCE)

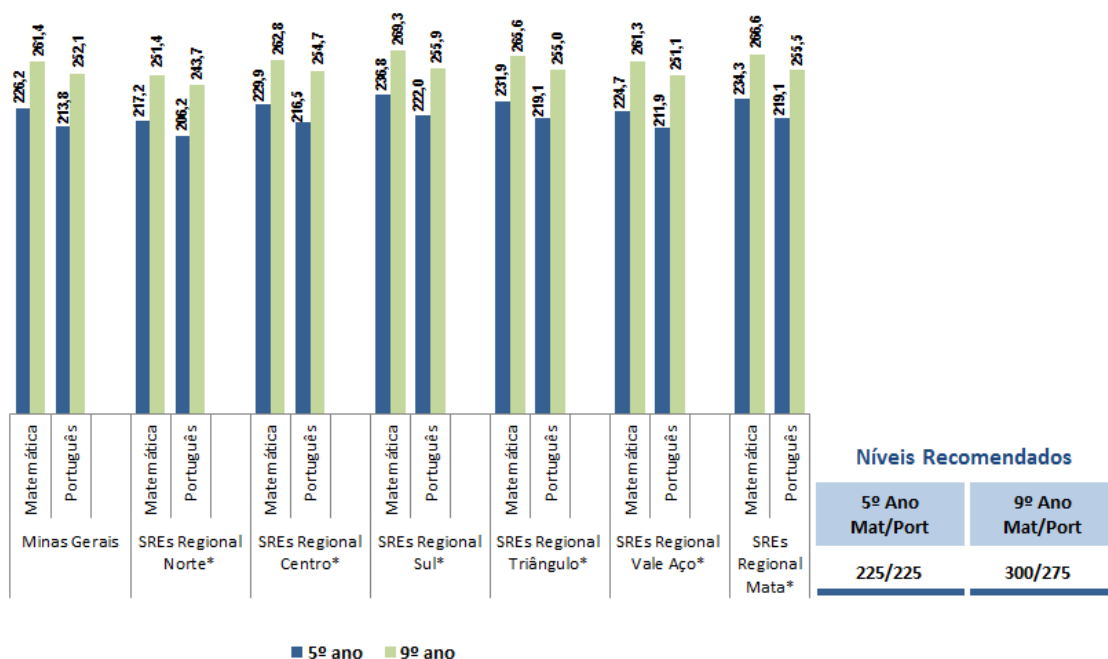


PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Taxas de Proficiência Média do Ensino Fundamental Minas x Regionais 2009



Taxas Proficiência Ensino Fundamental Minas Gerais X Regionais de Minas - Exercício 2009

FONTE: SEE/MG

NOTA: (*) Média aritmética simples (cálculos CAMGE/TCE)

4) Número de estabelecimentos de ensino médio

O indicador permite verificar o acesso, o esforço e a eficiência do sistema educacional em relação ao ensino médio, sendo adequado, uma vez que a oferta, o acesso e a conclusão não se encontram universalizados nesse nível de ensino.

O indicador pode aferir o alcance dos resultados finalísticos do PMDI de “Aumentar a escolaridade média dos jovens aos 15 e aos 18 anos de idade” e “Aumentar a taxa de conclusão do ensino médio”, uma vez que, quanto maior a oferta, ou seja, o número de escolas de ensino médio, maior a possibilidade de atingimento desses resultados finalísticos.

A seguir demonstram-se os dados revelados pelo Censo Escolar:

Unidades	2007 (em 30/05)					2008					2009				
	Número estabelecimentos					Número estabelecimentos					Número estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Brasil (Total)	174	16.638	764	6.690	24.266	199	17.342	652	7.196	25.389	217	17.730	561	7.415	25.923
Brasil (Urbanos)	137	15.292	484	6.608	22.521	155	15.688	414	7.106	23.363	169	15.897	365	7.319	23.750
Minas Gerais (Total)	25	1.869	82	658	2.634	27	2.019	79	679	2.804	27	2.083	81	687	2.888
Minas Gerais (Urbanos)	17	1.805	67	653	2.542	19	1.904	64	673	2.660	19	1.956	63	677	2.715
Região Norte (Total)	16	1.357	44	276	1.693	19	1.403	23	301	1.746	22	1.507	13	302	1.844
Região Norte (Urbanos)	14	1.134	4	256	1.408	16	1.122	1	282	1.421	18	1.154	1	283	1.456
Região Nordeste (Total)	59	4.247	483	1.549	6.338	69	4.550	400	1.712	6.731	67	4.605	323	1.781	6.776
Região Nordeste (Urbanos)	44	3.800	293	1.536	5.673	53	3.976	230	1.696	5.955	52	4.005	182	1.762	6.001
Região Sudeste (Total)	56	6.808	184	3.428	10.476	62	7.049	180	3.685	10.976	72	7.181	180	3.819	11.252
Região Sudeste (Urbanos)	46	6.511	163	3.401	10.121	52	6.694	158	3.654	10.558	60	6.794	156	3.782	10.792
Região Sul (Total)	31	2.872	32	881	3.816	36	2.968	32	911	3.947	38	3.064	34	910	4.046
Região Sul (Urbanos)	26	2.631	20	871	3.548	27	2.696	20	901	3.644	29	2.758	22	901	3.710
Região Centro Oeste (Total)	12	1.354	21	556	1.943	13	1.372	17	587	1.989	18	1.373	11	603	2.005
Região Centro Oeste (Urbanos)	7	1.216	4	544	1.771	7	1.200	5	573	1.785	10	1.186	4	591	1.791

FONTE: Censo Escolar/MEC/INEP.

5) Taxas de escolarização do ensino médio

A taxa de escolarização demonstra o percentual dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

Da mesma forma que o anterior, permite avaliações sobre o acesso, o esforço e a eficiência do sistema educacional, relativamente ao ensino médio.

O indicador pode aferir o alcance dos resultados finalísticos do PMDI de “Aumentar a escolaridade média dos jovens aos 15 e aos 18 anos de idade”, “Aumentar a taxa de conclusão do ensino médio” e “Reduzir a taxa de distorção idade-série no ensino médio”.

A seguir demonstram-se as apurações do IBGE:

Unidades	2007	2008	2009
Brasil	82,1	84,1	85,2
Minas Gerais	81,2	85,3	84,8
Região Norte ¹	80,1	81,8	83,7
Região Nordeste ¹	80,8	82,8	84,0
Região Sudeste ¹	84,3	86,5	87,8
Região Sul ¹	80,7	82,4	82,9
Região Centro Oeste ¹	81,6	83,3	83,3

FONTE: IBGE/PNAD.

Nota(1): Média aritmética simples(cálculos CAMGE/TCE). O IBGE apresenta os dados por sexo.



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**
CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



6) Gasto por Aluno

Criou-se esse indicador para que se possa acompanhar o investimento do Estado em seus estudantes e escolas, tanto o investimento absoluto (valor gasto por aluno), quanto o esforço (proporção do orçamento, gasto por aluno em relação ao PIB).

O indicador tem relação com o objetivo estratégico do PMDI de “Promover um salto na escolaridade média da população, formada em um sistema eficiente, com altos níveis de equidade e orientado por padrões internacionais de custo e qualidade”.

A tabela a seguir demonstra a evolução do chamado Custo/Aluno, para o qual há um parâmetro nacional, que é definido pelo Ministério da Educação, para fins de distribuição dos recursos do FUNDEB e, ainda, uma proporção em relação ao PIB mineiro, tendo sido construída a partir de dados coletados por diversas fontes.

Anos	Custo/Aluno Nacional (A) (R\$)	Custo/Aluno Minas Gerais (B) (R\$)	AH (%) (C) = B / A	PIB Minas Gerais (D) (R\$)	AH (%) (E) = B / D
2006	682,60	1020,11	149,44	214.753.976,96	0,00048
2007	1215,94	1237,98	101,81	241.293.053,68	0,00051
2008	1132,34	1514,26	133,73	282.522.319,72	0,00054
2009	1221,34	1443,33	118,18	(*)	(*)
2010	1415,97	1715,22	121,13	(*)	(*)

FONTE: Portarias MEC/ Relatórios SEE-MG/ IBGE.

(*) Não há dados disponíveis.

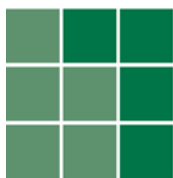
1.3.3 Programas contemplados na Área Educação de Qualidade, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Exercícios de 2008 a 2010

Em R\$

Programa		UO	2008			2009			2010		
Cod.	Descrição		Despesa Realizada	AV	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV	% s/ Créd. Aut.
14	Desempenho e Qualificação de Professores	SEE	5.723.707,93	0,13	93,30	4.942.103,10	0,12	52,44	7.112.228,76	0,15	77,11
19	Escola em Tempo Integral	SEE	31.397.446,86	0,73	98,61	22.506.389,69	0,54	69,98	17.817.473,15	0,38	73,93
30	Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica	SEE	241.079.577,27	5,59	97,39	170.333.990,28	4,12	54,89	247.386.815,31	5,28	93,77
51	Sistemas de Avaliação da Qualidade do Ensino e das Escolas	SEE	9.401.555,26	0,22	95,37	9.543.466,44	0,23	98,06	11.204.431,28	0,24	93,15
Total Programas Estruturadores			287.602.287,32	6,66	97,37	207.325.949,51	5,01	57,33	283.520.948,50	6,05	91,71
102	Atendimento Psicopedagógico na Fundação Helena Antipoff	FHA	-	-	-	-	-	-	84.395,37	0,00	97,01
115	Ensino Superior - Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira	FHA	9.976,23	0,00	99,76	6.017.523,50	0,15	94,63	411.345,39	0,01	97,02
122	Ensino Profissional da Unimontes	UNIMONTES	-	-	-	-	-	-	707.731,66	0,02	30,54
146	Atendimento a Educação Especial	SEE	126.520.290,59	2,93	97,45	119.032.536,78	2,88	93,98	127.559.193,31	2,72	99,46
153	Desenvolvimento da Educação Básica	FHA	3.348.572,40	0,08	96,15	3.518.703,57	0,09	92,33	3.602.091,87	0,08	97,19
170	Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Médio - CTPM	PMMG	21.088.455,15	0,49	95,06	24.130.017,02	0,58	97,69	26.831.133,70	0,57	99,47
180	Melhoria do Ensino Médio	SEE	743.190.834,96	17,22	99,12	714.805.467,01	17,28	91,09	835.824.805,57	17,84	98,56
232	Escola Família Agrícola	SEE	1.067.200,00	0,02	84,22	1.913.390,06	0,05	63,78	2.173.279,10	0,05	82,96
233	Cooperação Estado e Município	SEE	101.657.605,81	2,36	97,82	74.702.700,68	1,81	93,62	94.735.556,37	2,02	98,66
234	Alimentação Escolar	SEE	73.254.972,81	1,70	90,47	108.777.801,81	2,63	96,42	144.976.128,07	3,09	96,84
235	Melhoria do Ensino Fundamental	SEE	2.841.909.851,22	65,84	97,70	2.745.709.562,59	66,36	95,07	2.994.032.420,68	63,90	99,22
236	Atendimento a Educação de Jovens e Adultos	SEE	93.977.642,21	2,18	96,44	113.345.416,07	2,74	97,66	153.598.058,22	3,28	98,70
240	Atendimento ao Ensino Profissional	SEE	1.069.354,90	0,02	94,35	1.385.569,72	0,03	81,95	1.530.953,66	0,03	66,25
241	Desenvolvimento da Educação Infantil	SEE	21.631.735,86	0,50	98,57	16.923.797,84	0,41	87,20	15.532.993,74	0,33	99,60
244	Ensino Técnico para o Agronegócio	EPAMIG	76.377,66	0,00	77,28	120.205,61	0,00	85,12	139.505,40	0,00	99,65
Total Programas Associados			4.028.802.869,80	93,34	97,77	3.930.382.692,26	94,99	94,32	4.401.739.592,11	93,95	98,93
Total da Área			4.316.405.157,12	100,00	97,74	4.137.708.641,77	100,00	91,36	4.685.260.540,61	100,00	98,46
Despesa Total do Exercício			43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %				9,88			8,73			8,37	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.3.4 Programas destacados dentre os constantes na área Educação de Qualidade

Programa Estruturador 014 – Desempenho e Qualificação de Professores

Objetivo: elevar a qualificação e desempenho profissional dos professores da educação básica.

Objetivos Estratégicos (PMDI): promover um salto de qualidade no ensino, orientado por padrões internacionais.

Resultados Finalísticos (PMDI): elevar o percentual de docentes do ensino básico com curso superior: 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série, ensino médio e elevar o percentual de professores/gestores escolares com certificação ocupacional.

Indicador do programa: percentual de grupos de desenvolvimento profissional aprovado para continuidade.

Resultado do indicador do programa: Consta, no banco de dados do SIGPlan, que o percentual de referência passou de 58%, em 2008, para 131,33%, em 2010, significando que houve, no período, uma evolução do número de grupos preparados, de mais de 100%, sendo a fórmula de cálculo o quociente entre o número de grupos preparados no ano em apuração, dividido pelo número de grupos preparados no ano anterior, portanto, quanto maior a polaridade, melhor.

Programa Estruturador 019 – Escola em Tempo Integral

Objetivo: aumentar o aprendizado dos alunos, por meio da ampliação do tempo diário de permanência na escola, com prioridade para o atendimento de crianças e jovens em áreas de vulnerabilidade social e com a participação da comunidade escolar no acompanhamento de seus resultados.

Objetivos Estratégicos (PMDI): promover um salto de qualidade no ensino, orientado por padrões internacionais.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar a taxa de conclusão do ensino fundamental/médio.

Indicador do programa: “Escolas beneficiadas pelo projeto escola em tempo integral”, em percentual.

Resultado do indicador do programa: O banco de dados do SIGPlan demonstra que o percentual de referência inicial do PPAG era 10%, em 2008, passando a 55,06%, em 2010, significando uma evolução do total de escolas beneficiadas, uma vez que a fórmula de cálculo é dada pelo quociente entre o número de escolas de ensino fundamental beneficiadas e o número de escolas estaduais de ensino fundamental, portanto, quanto maior a polaridade, melhor se configura a situação.

Programa Estruturador 030 – Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica

Objetivo: melhorar o desempenho das escolas por meio da definição e implantação de padrões básicos relacionados à gestão escolar, à rede física e aos recursos didático-pedagógicos, orientada para o aprendizado do aluno e a eficiência operacional.

Objetivos Estratégicos (PMDI): promover um salto de qualidade no ensino, orientado por padrões internacionais.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar o percentual de alunos lendo aos oito anos.

Indicadores do programa: Os indicadores do programa são dois, o percentual de escolas utilizando o Sistema Mineiro de Administração Escolar – SIMADE – e o percentual de escolas com laboratório de informática instalado e conectado à internet.

Resultado dos indicadores do programa: O SIGPlan demonstra, no seu banco de dados, que o percentual de referência inicial, para as escolas, utilizando o SIMADE, em 2007, era 12%, passando para 100%, em 2010, significando ter sido atingida a meta, que é a de todas as escolas estaduais possuírem o SIMADE instalado e em funcionamento. O mesmo ocorreu com o percentual de escolas com laboratório de informática instalado e conectado à internet, que passou de 61%, em 2006, para 100%, em 2010.

Programa Estruturador 051 – Sistemas de Avaliação da Qualidade do Ensino e das Escolas

Objetivo: consolidar o sistema de avaliação educacional e institucional, com a participação dos colegiados escolares na definição da metodologia, e avaliar periodicamente a qualidade do ensino em todas as escolas de Minas Gerais, subsidiando a gestão escolar orientada para resultados.

Objetivos Estratégicos (PMDI): promover um salto de qualidade no ensino, orientado por padrões internacionais.

Resultados Finalísticos (PMDI): melhorar a qualidade de ensino aferida pelo Programa de Avaliação da Educação Básica – PROEB para 4ª série/5º ano EF, 8ª série/9º ano EF e 3ª série do ensino médio.

Indicador do programa: percentual dos alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas estaduais avaliados pelo PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização.

Resultado do indicador do programa: O banco de dados do SIGPlan demonstra que o percentual de referência inicial, em 2008, era 84,40%, passando para 90,14%, em 2010, evidenciando uma evolução, inclusive de frequência dos alunos, uma vez que o exame é aplicado àqueles presentes em sala de aula.

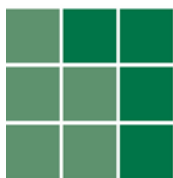
Programa Associado 180 – Melhoria do Ensino Médio

Objetivo: expandir as oportunidades educacionais e elevar os níveis de aprendizagem dos alunos do ensino médio.

Objetivos Estratégicos (PMDI): promover um salto na escolaridade média da população, formada em um sistema eficiente, com altos níveis de equidade e orientado por padrões internacionais de custo e qualidade.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar a escolaridade média dos jovens aos 15 e aos 18 anos de idade, bem como a taxa de conclusão do ensino fundamental/médio.

Indicador do programa: taxa de atendimento do ensino médio.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Resultado do indicador do programa: As informações contidas no banco de dados do SIGPlan, não permitem uma comparação ao longo do tempo, existindo informações em bases diferentes. Por exemplo, a unidade de medida está em percentual para o exercício de 2010, sendo definida a fórmula como o quociente entre o número de matrículas efetivadas na rede estadual e a população escolarizável e, para os anos de 2006, 2008 e 2009, consta o número de matrículas do ensino médio na rede estadual.

Programa Associado 235 – Melhoria do Ensino Fundamental

Objetivo: Objetiva elevar os níveis de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental, a partir de ações que promovam a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores do cidadão.

Objetivos Estratégicos (PMDI): promover um salto na escolaridade média da população, formada em um sistema eficiente, com altos níveis de equidade e orientado por padrões internacionais de custo e qualidade.

Resultados Finalísticos (PMDI): melhorar a qualidade de ensino aferida pelo PROEB: 4ª série/5º ano EF, 8ª série/9º ano EF e 3ª série ensino médio; aumentar a taxa de conclusão do ensino fundamental/médio e reduzir a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental/médio.

Indicador do programa: taxa de proficiência média em português e matemática da 5ª série do ensino fundamental, que também é um dos indicadores do Caderno de Indicadores 2010, da área de resultado Educação de Qualidade, analisado na seção do relatório técnico que trata do assunto, contudo sumarizado a seguir.

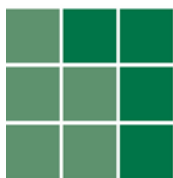
Resultado do indicador do programa: conforme as apurações constantes do Caderno de Indicadores 2010, os alunos do 5º ano/EF, na matéria Língua Portuguesa, encontram-se no nível intermediário desde 2006, não alcançaram ainda o recomendável, apesar da evolução ocorrida, crescimento da ordem de 12,58%, passando de uma proficiência média de 190,0, em 2006, para 213,9, em 2009. Já na matéria Matemática, atingiram o nível recomendável em 2009, apresentando uma evolução da ordem de 15,11%, passando de uma proficiência média de 196,5, em 2006, para 226,2, em 2009.

1.3.5 Conclusão

Diante de todo o exposto e dos índices e números aqui apresentados, constata-se que o Estado de Minas Gerais vem avançando na área da educação, contudo, há muitos percalços a serem suplantados na busca da qualidade almejada e, ainda, estamos longe do patamar ideal.

A educação é fator decisivo para o desenvolvimento, por estar associada ao crescimento da eficiência e da produtividade e constitui o aparato mais eficaz para promover a democratização das oportunidades e a inclusão social. Afinal, educar é libertar.

Há, portanto, de serem priorizadas as ações que busquem a diminuição das históricas desigualdades regionais no estado, promovendo a equidade e tornando-o mais homogêneo, levando-se em consideração a complexidade da realidade educacional mineira, acarretando adoção de medidas nem sempre uniformes, mas que visem contribuir para a igualdade de oportunidades.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



O desafio que a educação no estado apresenta a todos não é somente o de melhorar os indicadores, mas de serem alcançados os objetivos de se ter escolas em boas condições de funcionamento, geridas eficientemente e dotadas de um corpo docente bem preparado e competente, sem perder de vista os resultados efetivos, relacionados ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, na sua capacidade de agregar novos conhecimentos e de incorporar novos valores de cidadania e de democracia.

Como ponderado na introdução deste trabalho, a educação tem muitos objetivos, tais como, transmitir conteúdos historicamente produzidos pela sociedade, permitindo, assim, a produção de novos; melhorar a capacidade econômica do país, por meio da qualificação de mão de obra; contribuir para a redução das desigualdades e promover a cidadania, dentre outros. Para atender a essa diversidade de objetivos, há muitas ações propostas, não sendo fácil a priorização das mais adequadas. Portanto, a participação da sociedade é fundamental, na qualidade de destinatária dessas políticas públicas.

O Estado deve sempre promover, portanto, a participação social, convocando as comunidades envolvidas com o processo educacional, para, em conjunto, construir projetos de desenvolvimento social mais justo e humano, sendo a educação o veículo desse desenvolvimento.

Por derradeiro, fazendo-se menção ao índice de aproveitamento orçamentário, tem-se que esse se aproximou, considerando a área de resultado como um todo, da situação ideal, que é execução financeira e física próximas a 100%, evidenciando que os recursos alocados tiveram aproveitamento total. Contudo, ao se analisar os programas, individualmente, tem-se índices de 10,36% a 703,51%, o que revela distorções, cujas causas devem ser investigadas, para que as medidas corretivas sejam aplicadas.

1.4 Protagonismo Juvenil

1.4.1 Caderno de Indicadores 2010

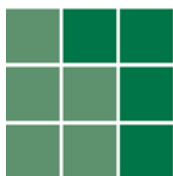
Todos os indicadores constantes do Caderno, relativos à área de resultado referenciada, foram utilizados no Relatório de Avaliação das Contas do exercício 2010. São eles, a saber:

1) Percentual de alunos do Programa Nova Geração Atendidos pela Rede de Universidades

O indicador afere o percentual de alunos, do programa, atendidos por instituições de Ensino Superior – IES -, por meio de convênios. Seu cálculo é dado pelo quociente entre o número de alunos atendidos em universidades e o total de alunos atendidos pelo Programa Nova Geração.

O programa Nova Geração faz parte do estruturador Minas Olímpica e oferece, em seus núcleos, práticas esportivas, pedagógicas, culturais e de orientação à saúde para estudantes com idade entre 10 e 15 anos, sendo seu público alvo prioritário os jovens de famílias com baixa renda e/ou em situação de risco social.

Esse indicador apresenta ligação com os objetivos estratégicos do PMDI de “Promover a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens mineiros” e “Prevenir a violência, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce”.



2) Percentual de alunos do Programa Oficina de Esportes participantes de competições de referência em Minas Gerais

O indicador expressa a proporção de alunos atendidos pelo programa Oficina de Esportes que participam de competições de referência de diferentes modalidades esportivas no âmbito do Estado. Sua fórmula de cálculo é dada pelo quociente entre o número de alunos inscritos em competições de referência e o número de alunos atendidos pelo Programa Oficina de Esportes.

O Programa Oficina de Esportes faz parte do estruturador Minas Olímpica, no qual alunos com aptidão para o desporto de qualquer instituição de ensino regular, com idade entre 7 e 18 anos, podem praticar, cotidianamente, alguma modalidade esportiva com foco no rendimento/competição, objetivando garantir, aos estudantes, acesso ao esporte de forma orientada e com infraestrutura de qualidade com vistas a aprimorar o talento esportivo e revelar novos atletas.

Esse indicador apresenta ligação com o objetivo estratégico do PMDI de “Promover a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens mineiros”.

3) Taxa de evasão dos alunos do Programa Oficina de Esportes

O indicador expressa a proporção de alunos, atendidos pelo programa, que evadiram das atividades ao longo do ano, considerando-se atendidos os alunos que aderiram ao programa durante o ano. Sua fórmula de cálculo é dada pelo quociente entre o número de alunos que evadiram das oficinas de esportes e o número de alunos atendidos no Programa Oficina de Esportes.

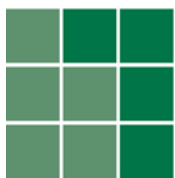
Esse indicador apresenta ligação com o objetivo estratégico do PMDI de “Promover a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens mineiros”.

4) Taxa de Conclusão no Ensino Médio dos alunos do Poupança Jovem

O indicador expressa a proporção de alunos da rede estadual que aderiram ao Poupança Jovem e concluíram o ensino médio sem repetência, sendo sua fórmula de cálculo o quociente entre o número de alunos que aderiram ao Poupança Jovem no ano t-2 e concluíram o ensino médio no ano t e o número de alunos que aderiram ao projeto no ano t-2.

O ano de 2009 foi o ano de encerramento da primeira turma do Poupança Jovem, por isso a ausência de informações anteriores.

Esse indicador apresenta ligação com o objetivo estratégico do PMDI de “Reduzir a evasão escolar no ensino médio” e ainda com o resultado finalístico de “Aumentar a taxa de conclusão do ensino médio”.



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



5) Taxa de Permanência dos alunos no Poupança Jovem

O indicador demonstra o percentual de alunos que aderiram ao Poupança Jovem e que permaneceram no projeto até março do ano posterior ao de referência, sendo sua fórmula de cálculo dada pelo quociente entre o número de alunos da turma do ano t-i que aderiram e permaneceram no projeto até março do ano t+1 e o número de alunos que aderiram ao projeto das turmas do ano t e anteriores a t.

Alunos que aderiram ao projeto são aqueles matriculados no primeiro ano do ensino médio, que assinaram documento de adesão ao projeto até o final do ano de referência.

Alunos que permanecem no projeto são aqueles que assinaram o documento de adesão e continuaram no projeto até o final de março do ano posterior ao de referência. Esse número é obtido descontando do somatório das adesões o somatório de alunos excluídos do projeto até a referida data.

Esse indicador apresenta ligação com o objetivo estratégico do PMDI de “Reduzir a evasão escolar no ensino médio” e ainda com o resultado finalístico de “Aumentar a taxa de conclusão do ensino médio”.

6) Taxa de Frequência Líquida

O indicador evidencia o percentual da população, de determinada faixa etária, que frequenta a escola na série adequada, conforme a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

Sua fórmula de cálculo é dada pelo quociente entre o número de pessoas em uma determinada faixa etária que frequentam a série adequada e o total da população na mesma faixa etária.

É utilizado como medida de acesso e eficiência do sistema de ensino no Estado e é empregado no acompanhamento da frequência da população aos estabelecimentos de ensino e da cobertura do sistema escolar na população do Estado e, por isso, este indicador foi incluído, também, na área de resultados Educação de Qualidade.

Esse indicador apresenta ligação com o objetivo estratégico do PMDI de “Reduzir a evasão escolar no ensino médio” e ainda com os resultados finalísticos de “Aumentar a taxa de conclusão do ensino médio” e “Aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos”.

A seguir demonstram-se as apurações constantes do Caderno Indicadores 2010 para a área de resultado Protagonismo Juvenil:

Exercício de 2010

Indicadores	Ano			
	2006	2007	2008	2009
Percentual alunos do Programa Nova Geração atendidos pela rede de universidades	-	0	3,1%	10,0%
Percentual de alunos Programa Oficina de Esportes participantes de competições	-	1,6%	5,7%	61,1%
Taxa evasão dos alunos do Programa Oficina de Esportes	-	14,1%	38,0%	12,2%
Taxa conclusão no Ensino Médio dos alunos do Projeto Poupança Jovem	-	-	-	56,7%
Taxa de permanência dos alunos no Projeto Poupança Jovem	-	86,4%	93,6%	97,4%
Taxa de frequência líquida (Inserido também na Educação Qualidade)	50,5%	51,1%	56,0%	-

FONTE: Caderno de indicadores 2010.

Essa área de resultados alcança conceitos muito abrangentes, podendo vários fatores influenciarem nos resultados, decorrendo daí a ausência ou dificuldade de indicadores específicos, não sendo encontrados outros que revelassem relação direta com a área de resultado.

1.4.2 Programas contemplados na Área Protagonismo Juvenil, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Exercícios de 2008 a 2010 Em R\$

Cod.	Programa	UO	2008			2009			2010		
			Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.
7	Centro da Juventude de Minas Gerais	SEJ	739.115,61	0,52	91,83	-	-	-	-	-	-
18	Ensino Médio Profissionalizante	SEE	55.762.532,94	39,46	86,03	109.075.870,42	63,69	83,21	103.447.190,88	49,75	89,86
27	Minas Olímpica	SEJ	18.959.582,49	13,42	99,12	19.925.796,22	11,63	91,53	32.571.425,67	15,66	40,60
33	Poupança Jovem	SEDESE	29.764.728,97	21,06	99,56	18.468.666,10	10,78	99,91	40.508.480,83	19,48	62,58
37	Promédio - Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio	SEE	27.036.213,98	19,13	91,45	2.918.724,80	1,70	62,78	1.471.764,93	0,71	52,01
58	Centro da Juventude de Minas Gerais	SEC	-	-	-	12.120.639,94	7,08	66,44	25.970.150,72	12,49	97,07
Total Programas Estruturadores			132.262.173,99	93,60	-	162.509.697,48	94,89	83,67	203.969.013,03	98,09	70,42
154	Minas Jovem Protagonista	SEJ	195.837,87	0,14	97,92	1.278.100,43	0,75	99,12	704.732,76	0,34	99,60
266	Gestão da Política da Criança e do Adolescente	FIA	8.852.031,84	6,26	98,40	7.470.292,22	4,36	78,15	3.262.458,00	1,57	34,13
Total Programas Associados			9.047.869,71	6,40	98,39	8.748.392,65	5,11	80,64	3.967.190,76	1,91	38,65
Total da Área			141.310.043,70	100,00	92,12	171.258.090,13	100,00	83,51	207.936.203,79	100,00	69,33
Despesa Total do Exercício			43.708.819.423,18			47.381.905.333,35		89,69	55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %				0,32			0,36			0,37	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI, SIGPlan e ofícios encaminhados pelas empresas controladas.

1.4.3 Programas destacados dentre os constantes na área Protagonismo Juvenil

Programa Estruturador 018 – Ensino Médio Profissionalizante

Objetivo: ampliar, para os alunos do ensino médio da rede estadual e para os professores de educação infantil, as oportunidades de formação profissional de nível técnico e de magistério normal, a partir de diagnóstico sobre o perfil e as demandas de qualificação dos alunos e do mercado.

Objetivos Estratégicos (PMDI): promover a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens mineiros.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar a taxa de conclusão do ensino médio, bem como a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos.

Indicador do programa: o percentual de alunos matriculados no ensino médio profissionalizante.

Resultado do indicador do programa: Nas apurações do indicador, conforme demonstra o banco de dados do SIGPlan, o percentual de referência passou de 6%, em 2008, para 19,05%, em 2010, significando uma evolução, no período, do número de alunos matriculados no ensino médio profissionalizante, sendo a fórmula de cálculo o quociente entre o número de alunos matriculados no ensino médio profissionalizante da rede estadual e o número de alunos matriculados no ensino médio da rede estadual, portanto, quanto maior a polaridade, melhor.

Programa Estruturador 027 – Minas Olímpica

Objetivo: objetivo educar pelo esporte, promover a cultura do esporte e da atividade física e beneficiar o cidadão por meio da oportunização de um estilo de vida mais saudável.

Objetivos Estratégicos (PMDI): promover a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens mineiros.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar a taxa de conclusão do ensino médio.

Indicador do programa: percentual de municípios atendidos pelos Jogos Escolares de Minas Gerais - JEMG.

Resultado do indicador do programa: Nas apurações constantes no banco de dados do SIGPlan, é evidenciado que o percentual de referência passou de 66%, em 2008, para 69,28%, em 2010, demonstrando uma evolução do quantitativo de municípios participantes dos JEMG, sendo a fórmula de cálculo do indicador o quociente entre o número de municípios participantes dos JEMG e o número de municípios mineiros, portanto, quanto maior a polaridade, melhor.

Programa Estruturador 033 – Poupança Jovem

Objetivo: estimular o comportamento pró-ativo dos jovens em áreas de risco, para concluir o ensino médio.

Objetivos Estratégicos (PMDI): reduzir a evasão escolar no ensino médio.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar a taxa de conclusão do ensino médio.

Indicador do programa: taxa de permanência dos alunos no projeto Poupança Jovem.

Resultado do indicador do programa: Consta no banco de dados do SIGPlan, quanto às apurações do indicador, que o percentual de referência passou de 97,10%, em 2008, para 97,14%, em 2010, demonstrando uma estabilidade no período, sendo a fórmula de cálculo o quociente entre o número de alunos matriculados no projeto Poupança Jovem no ano de referência e o número de alunos que aderiram ao projeto nos últimos três anos, portanto, quanto maior a polaridade, melhor. O ano de 2009 foi o de encerramento da primeira turma do projeto Poupança Jovem.

1.4.4 Conclusão

Protagonismo Juvenil foi definido, no PMDI, como a participação construtiva dos jovens para o desenvolvimento de um espaço harmônico no Estado, sendo abordada a necessidade, para a viabilização desse objetivo, de criação de mecanismos de atenção e a superação de importantes desafios relacionados à mobilização, capacitação e participação dos jovens.

A palavra protagonismo vem de “protos”, que em latim significa principal, o primeiro, e de “agonistes”, que quer dizer lutador, competidor.

O educador mineiro, Antônio Carlos Gomes da Costa, assim definiu o protagonismo:

“Protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividade que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio- comunitário” (Costa, 1996:90)

A ideia é que o protagonismo juvenil possa estimular a participação social dos jovens, contribuindo não apenas para o desenvolvimento pessoal dos jovens envolvidos, mas para o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridos, concorrendo para a formação de pessoas mais autônomas e comprometidas socialmente, com

valores de solidariedade e respeito mais incorporados, o que contribui para uma proposta de transformação social.

Ser protagonista significa ter pró-atividade na busca por alternativas de enfrentamento dos diversos problemas que estão colocados na atualidade local e global, estabelecendo-se o desafio de que o jovem seja o agente transformador.

Nesse mister, o Estado também tem participação fundamental, à medida que elege as “frentes de batalha”, por meio das políticas públicas destinadas à sociedade.

Algumas dessas frentes podem ser relativas à área de segurança, à área da saúde, à área educacional, sendo essa última primordial, uma vez que detém a nobre função de promover a igualdade de oportunidades, contribuindo para a redução da desigualdade e da pobreza, e possibilitando a mobilidade social.

Diante da intrínseca abrangência do tema, tem-se ações desenvolvidas pelo Estado que se referem à várias áreas, não se vislumbrando a existência de coordenação, integração entre estas, possibilitando a operacionalização da área de resultado e auxiliando no desenho dos programas e na definição de resultados pretendidos.

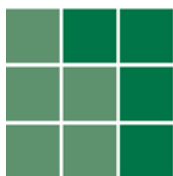
Pode-se citar, como exemplo, o programa Minas Olímpica que, pela cultura do esporte, pode afastar os jovens das drogas, da criminalidade e, ainda, levá-los a ter uma vida saudável. Contudo, o resultado finalístico do programa é aumentar a taxa de conclusão do ensino médio, tendo como objetivo estratégico a promoção da capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens mineiros.

Os programas Ensino Médio Profissionalizante e o Poupança Jovem estão, claramente, ligados à área da educação.

Portanto, há de serem bem concatenadas e integradas as ações propostas, para uma definição mais concreta dos resultados esperados e a criação de indicadores capazes de demonstrar e mensurar o impacto das medidas adotadas na vida dos jovens mineiros, em particular, e na sociedade na qual estão inseridos.

Releva mencionar, finalmente, o índice de aproveitamento orçamentário que, levando-se em consideração a área de resultado como um todo, tem-se que a execução orçamentária ficou, cerca de 30%, aquém do planejado, enquanto que a execução física atingiu 20% a mais, o que significa que os recursos poderiam ter tido melhor aproveitamento ou aumentando-se a execução física ou alocando-se os créditos orçamentários não utilizados em outras ações (custo de oportunidade).

Analisando-se os programas, individualmente, têm-se maiores distorções, como no caso do Centro da Juventude de Minas Gerais – Plug Minas, que teve um IAO de 242,30% e o Promédio – Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio, com IAO de 21,72%, cujas causas devem ser investigadas, para que as medidas corretivas sejam implementadas.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.5 Vida Saudável

1.5.1 Caderno de Indicadores 2010

1) Taxa de Resolubilidade Macrorregional

O indicador proposto pelo Estado para avaliar os resultados de saúde, a **taxa de resolubilidade macrorregional**, de acordo com o Caderno de Indicadores, expressa a proporção de internações que ocorreram dentro da macrorregião de saúde em que o paciente reside, sendo, portanto, interpretada como a capacidade da macrorregião de ofertar a seus residentes os serviços de atenção terciária. Segundo o documento, o objetivo desse indicador é analisar se a regionalização do cuidado no Estado de Minas Gerais está adequada. O indicador é calculado anualmente e disponibilizado com defasagem de aproximadamente três meses. A série histórica apresentada pela SES está demonstrada a seguir:

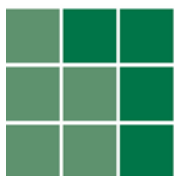
Ano	Taxa de Resolubilidade Macrorregional (%)
2001	90,3
2002	87,0
2003	87,5
2004	88,3
2005	88,3
2006	88,2
2007	88,3
2008	86,9
2009	87,1

FONTE: SES/MG, MS/DATASUS/SIH-SIA.

2) Taxa de Anos Potenciais de Vida Perdidos – APVP

Nos moldes do Caderno de Indicadores/2010, o indicador em tela expressa a média de APVP por morte prematura, considerando a distância entre a idade em que óbito ocorre e a expectativa de vida ao nascer. Calculado para cada grupo de 1.000 indivíduos, é utilizado no acompanhamento da evolução das condições de saúde da população e da mortalidade precoce. Os resultados finais são apurados com defasagem de vinte quatro meses.

De acordo com a SES, o índice, com recorte nas Doenças do Aparelho Circulatório e Diabetes, é usado para avaliar o programa Regionalização – Urgência e Emergência, e a série histórica é a retrata em seguida:



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



APVP por Doenças Cardiovasculares e Diabetes

Ano	Taxa de APVP (%)
2001	14,1
2002	13,0
2003	13,5
2004	13,3
2005	12,8
2006	12,7
2007 ⁽¹⁾	12,5
2008 ⁽²⁾	10,9

FONTE: SES/MG.

NOTA: 1 - Dado atualizado em relação ao Caderno de Indicadores 2009; 2 - Dado preliminar em 31/3/2010.

3) Taxa de Mortalidade Infantil

Indica o número de óbitos em menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico no ano considerado. Os resultados finais desse indicador são apurados com defasagem de 24 meses. Segue a série histórica da referida taxa:

Taxa de Mortalidade Infantil por 1000 Nascidos Vivos

Ano	Brasil	MG
2000	27,4	22,3
2001	26,3	21,7
2002	24,9	20,8
2003	23,9	20
2004	22,6	19,1
2005	21,4	18,5
2006	20,7	17,9
2007	20	17,4

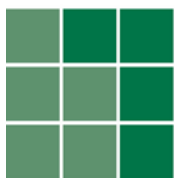
FONTE: MS/DATASUS.

4) Cobertura Populacional do Programa Saúde da Família

Expressa o percentual da população atendida pelo Programa Saúde da Família – PSF - num determinado espaço geográfico e é utilizado para acompanhar a evolução da cobertura do PSF em Minas Gerais. Segundo o registrado no Caderno de Indicadores/2010, esse acompanhamento permite monitorar o alcance do objetivo de universalizar, por intermédio do PSF, a atenção primária à população usuária do SUS. O indicador é calculado anualmente com defasagem de aproximadamente um mês. A série histórica dos percentuais aferidos pode ser visualizada a seguir:

Ano	Brasil	MG
2002	31,92	38,45
2003	35,7	47,62
2004	39,03	50,33
2005	43,97	54,89
2006	46,33	59,08
2007	46,75	59,67
2008	49,51	63,17
2009	50,69	65,84
2010	52,75	67,35

FONTE: MS/DATASUS.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



5) Percentual de Domicílios com Acesso ao Abastecimento de Água

Esse indicador evidencia o percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, de acordo com a conceituação do IBGE. Refere-se exclusivamente aos domicílios atendidos por um sistema coletivo de abastecimento de água, não considerando formas individuais de abastecimento, como poços, nascentes, entre outros. O indicador é apurado anualmente e divulgado com defasagem aproximada de dez meses. A tabela retrata os percentuais disponibilizados pelo IBGE, a partir de dados da PNAD:

Ano	Acesso ao Abastecimento de Água (%)
2001	84,3
2002	85,8
2003	85,7
2004	86,5
2005	86,6
2006	87
2007	86,7
2008	87,6

FONTE: IBGE/PNAD.

NOTA: Dados alterados em relação ao Caderno de Indicadores
2009 em razão de reponderação da PNAD ocorrida em 2009.

6) Percentual de Domicílios com Acesso a Rede de Esgoto ou Fossa Séptica

Expressa o percentual de domicílios particulares permanentes com escoadouro do esgoto sanitário através de rede coletora ou fossa séptica, de acordo com a conceituação do IBGE.

São considerados nesse indicador os domicílios em que o escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos seus moradores é ligado à rede coletora ou à fossa séptica. Os percentuais são apurados anualmente e disponibilizados pelo IBGE, a partir de dados da PNAD com defasagem aproximada de dez meses.

Ano	Acesso a Rede de Esgoto ou Fossa Séptica (%)
2001	72,2
2002	73,6
2003	74,9
2004	76,7
2005	74,8
2006	76,9
2007	80,5
2008	80,4

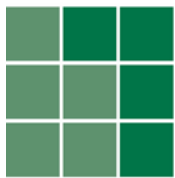
FONTE: IBGE/PNAD.

NOTA: Dados alterados em relação ao Caderno de Indicadores
2009 em razão de reponderação da PNAD ocorrida em 2009.

1.5.2 Indicadores Agregados

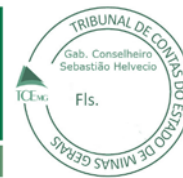
1) Proporção de Nascidos Vivos de Mães com Sete ou mais Consultas de Pré-Natal

A despeito de o indicador em referência encontrar-se, nos moldes do Caderno 2010, circunscrito à Área de Resultado Desenvolvimento no Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, em virtude de sua interface



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



com a temática mortalidade infantil e materna, a equipe técnica deu-lhe tratamento junto à Área Vida Saudável.

O indicador expressa o percentual de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas de pré-natal por meio do SUS em determinado ano e espaço geográfico. O protocolo da SES preconiza, para a gestão de risco habitual, o número de seis consultas de pré-natal e uma de puerpério. Os resultados finais são apurados com defasagem de vinte e quatro meses.

Exercícios de 2001 a 2009

Ano	Nascidos Vivos		%
	Total	7 ou mais consultas	
2001	71.501	19.063	26,7
2002	67.720	20.245	29,9
2003	70.189	24.281	34,6
2004	66.254	24.644	37,2
2005	67.356	26.128	38,8
2006	64.195	27.886	43,4
2007	61.469	28.352	46,1
2008	61.321	30.587	49,9
2009	55.183	28.343	51,4

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG/2010.

2) Percentual de Localidades Atendidas pela COPANOR

O indicador encontra-se inserido, também, no âmbito da Área de Resultado Desenvolvimento no Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Contudo, por se referir à COPANOR, responsável pela execução do Programa Estruturador Vida no Vale – COPANOR, programa optado para análise e cujas ações foram objeto de visitas técnicas, entendeu-se pertinente abordá-lo junto à Área Vida Saudável.

Segundo consignado na Carteira de Indicadores do Estado/2010, o indicador refere-se ao percentual de localidades atendidas pela COPANOR em relação ao total de localidades da área de abrangência do Programa Estruturador Vida no Vale – COPANOR e mede o avanço na implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas localidades alvo do projeto. A defasagem na sua apuração é aproximadamente de um mês.

COPANOR – Atendimentos por Núcleo Operacional

Até outubro de 2010

Em R\$

Núcleo Operacional	Localidades	Ligações de Água	Economias / Água				Outros Dados		
			RES	COM	IND	PUB	Volume Faturado (M³)	Valor Faturado	Valor Arrecadado
NOAL	8	5.917	5.548	321	7	163	52.674	99.468,89	81.550,65
NODI	19	8.872	8.256	526	21	290	71.429	139.369,64	120.346,57
NOSA	19	9.039	8.497	443	16	308	84.975	161.974,95	145.465,88
NOTO	18	13.578	12.717	794	30	462	134.185	248.913,38	207.279,95
Total	64	37.406	35.018	2.084	74	1.223	343.263	649.726,86	554.643,05

FONTE: COPANOR - Sede /NOTO.

NOTA: Dados consolidados até outubro/2010.

1) Percentual de Participação das Despesas do Programa Farmácia de Minas no Total das Despesas da Área de Resultado Vida Saudável

Expressa a participação do programa no total da Área de Resultado. Assunto recorrente na agenda dos governos de todas as esferas, a questão dos gastos com medicamentos merece aqui ser trazida a lume, visto que, no cômputo das despesas totais da Área de Resultado Vida Saudável, são responsáveis por parcela considerável e constituem componente que contribui para o incremento dos gastos com saúde.

Farmácia de Minas x Total da Área de Resultado Vida Saudável – Valores Constantes

Fontes	2008		2009		AH	2010		AH
	Valor (A)	AV %	Valor (B)	AV %	(B / A) %	Valor (C)	AV %	(C / B) %
10 Recurso Ordinários	199.108.573,34	57,09	186.077.292,67	43,64	(6,54)	150.077.400,28	39,79	(19,35)
37 Transferências de Recursos da União Vinculados à Saúde	141.828.216,81	40,66	240.332.275,65	56,36	69,45	215.381.668,58	57,10	(10,38)
55 Transferências de Recursos dos Municípios Vinculados à Farmácia de Minas	7.835.536,58	2,25	-	-	(100,00)	11.728.732,41	3,11	-
Subtotal (D)	348.772.326,73	100,00	426.409.568,32	100,00	22,26	377.187.801,27	100,00	(11,54)
Total Área de Resultado Vida Saudável (E)	2.339.484.453,76		2.788.109.167,20		19,18	3.474.131.787,01		24,61
(D / E) %		14,91		15,29			10,86	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

NOTA: Deflator: IGP-DI (Fatores Médios Anuais: Dezembro/10 = 1,00)

2) Despesas Per Capita com Medicamentos por Ações Judiciais x Despesas Per Capita com Medicamentos de Alto Custo

Expressa o valor *per capita* das despesas com medicamentos dispensados à população via ações judiciais em comparação aos medicamentos de alto custo distribuídos por via regular.

Tomando-se por base o quantitativo de 4.762 beneficiados, o valor *per capita* despendido com medicamentos via sentenças judiciais foi de R\$ 11.560,73/ano, equivalente a R\$ 963,39/mês que, comparado aos valores *per capita* dos medicamentos de alto custo distribuídos no mesmo período (R\$ 1.705,70/ano e R\$ 142,14/mês), apresenta-se quase 10 vezes superior a tais fármacos.

1.5.3 Programas contemplados na Área Vida Saudável, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Em R\$

Exercício de 2008 a 2010											
Cod.	Programa Descrição	UO	Despesa Realizada								
			2008	AV %	% s/ Créd. Aut.	2009	AV %	% s/ Créd. Aut.	2010	AV %	% s/ Créd. Aut.
44	Regionalização - Urgência e Emergência	FES	987.260.948,38	37,40	99,92	1.113.460.637,15	36,02	99,56	1.241.926.492,21	34,04	98,60
48	Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos	SEDEPUB	806.960.763,31	30,57	78,88	1.044.871.157,38	33,80	96,81	840.547.655,33	23,04	91,38
49	Saúde em Casa	FES	104.812.659,24	3,97	100,00	110.142.992,63	3,56	92,09	116.250.449,76	3,19	90,19
53	Vida no Vale - COPANOR	SEDEPUB	-	-	-	-	-	-	100.121.413,00	2,74	100,00
54	Viva Vida	FES	31.987.777,35	1,21	99,98	33.046.666,77	1,07	98,22	45.671.023,82	1,25	98,71
Total Programas Estruturadores			1.931.022.148,28	73,14	89,90	2.301.521.453,93	74,45	97,83	2.344.517.034,12	64,27	95,51
100	Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	UNIMONTES	20.391.058,27	0,77	98,22	21.815.395,72	0,71	88,16	24.281.558,99	0,67	82,00
106	Implantação do Centro de Tecidos Biológicos de Minas Gerais	HEMOMINAS	-	-	-	-	-	-	194.273,24	0,01	73,59
107	Atendimento Hospitalar, Ambulatorial e Emergencial	FHEMIG	142.547.800,97	5,40	97,63	137.350.021,01	4,44	97,31	125.589.024,33	3,44	99,90
133	Construção e Reforma de Unidades Prediais - FHEMIG	FHEMIG	1.400.357,53	0,05	46,65	9.985.195,71	0,32	84,78	14.761.791,88	0,40	88,31
134	Formação de Recursos Humanos - FHEMIG	FHEMIG	7.913.578,17	0,30	100,00	8.375.055,90	0,27	98,76	8.321.869,88	0,23	100,00
149	Incentivo ao Desporto	SEJ	17.177.858,75	0,65	88,15	21.877.906,81	0,71	75,20	28.240.655,60	0,77	95,76
	Desenvolvimento, Produção e Distribuição de Medicamentos e										
159	Imunobiológicos	FUNED	31.103.166,74	1,18	56,12	33.197.873,46	1,07	57,26	169.085.516,75	4,63	95,12
172	Assistência ao Militar	PMMG	17.655.910,03	0,67	99,68	17.560.283,36	0,57	95,25	15.908.231,64	0,44	94,51
175	Farmácia de Minas	FES	393.585.219,57	14,91	96,37	472.765.958,31	15,29	90,62	396.086.082,23	10,86	87,33
	Gerenciamento de Estádios e Promoção de Eventos										
181	Esporativos, Religiosos e Socio-Culturais	ADEMG	7.609.909,42	0,29	95,97	5.342.346,71	0,17	97,29	9.145.859,75	0,25	93,33
187	Assistência Hematológica e Hemoterápica	HEMOMINAS	41.537.490,73	1,57	94,67	47.373.614,62	1,53	97,47	48.165.447,60	1,32	87,93
201	Produção de Serviços Laboratoriais	FUNED	3.698.667,74	0,14	37,86	5.965.766,14	0,19	51,10	7.890.921,19	0,22	73,72
	Regulação da Prestação dos Serviços de Abastecimento de										
205	Água e Esgotamento Sanitário	ARSAE	-	-	-	-	-	-	144.245,47	0,00	9,15
206	Desenvolvimento de Educação na Saúde	ESP/MG	10.720.118,60	0,41	76,80	7.730.871,01	0,25	33,76	3.424.053,43	0,09	28,02
208	Pesquisas em Saúde Pública	ESP/MG	240.684,78	0,01	70,79	126.964,09	0,00	63,48	-	-	-
230	Ações Emergenciais Contra as Secas	SEDEPUB	13.475.050,00	0,51	99,62	225.000,00	0,01	99,12	-	-	-
706	Atenção Assistencial à Saúde	FES	-	-	-	-	-	-	277.939.206,24	7,62	92,01
707	Vigilância em Saúde	FES	-	-	-	-	-	-	73.534.387,79	2,02	90,70
708	Gestão Do Sistema Único de Saúde - SUS	FES	-	-	-	-	-	-	100.966.425,46	2,77	99,60
Total Programas Associados			709.056.871,30	26,86	92,31	789.692.252,85	25,55	87,50	1.303.679.551,37	35,73	91,05
Total da Área			2.640.079.019,58	100,00	90,54	3.091.213.706,78	100,00	94,96	3.648.196.585,49	100,00	93,87
Despesa Total do Exercício			43.708.819.423,18		91,64	47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %				6,04			6,52			6,51	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI

1.5.3.1 Programas destacados dentre os constantes na área Vida Saudável

Programa Estruturador 044 – Regionalização – Urgência e Emergência

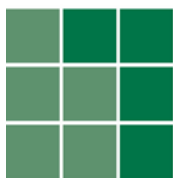
Objetivo: adequar a oferta e a qualidade de cuidados secundários e terciários, observada a distribuição territorial das redes de atenção à saúde.

Objetivos Estratégicos (PMDI): aumentar a eficiência alocativa e a otimização do sistema de atenção à saúde.

Resultados Finalísticos (PMDI): reduzir o APVP (anos potenciais de vida perdidos) por morte.

Indicador do Programa: percentual de internações referenciadas reguladas (%).

Resultado do indicador do programa: os números apresentados pela SEPLAG evidenciam uma apuração de 100% em 2010.



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Programa Estruturador 048 – Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos

Objetivo: promover a saúde por meio da implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Objetivos Estratégicos (PMDI): ampliar o acesso ao saneamento básico.

Resultados Finalísticos (PMDI): ampliar o percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.

Indicador do Programa: cobertura do serviço de esgotamento sanitário (%).

Resultado do Indicador do Programa: Conforme a SEPLAG os dados estão em apuração, sendo que a previsão para o exercício era de 89% de cobertura.

Programa Estruturador 049 – Saúde em Casa

Objetivo: universalizar a oferta para a população SUS exclusiva e ampliar a qualidade dos serviços de atenção primária à saúde, com ênfase em ações de promoção, prevenção e assistência à saúde da família.

Objetivos Estratégicos (PMDI): universalizar o acesso à atenção primária e reduzir as disparidades regionais no atendimento à saúde.

Resultados Finalísticos (PMDI): universalização do atendimento do PSF para a população SUS dependente (população coberta por programas de atenção primária – população SUS dependente estimada em 75% do total); e reduzir internações por condições sensíveis à atenção ambulatorial.

Indicador do Programa: cobertura populacional do programa saúde da família (%).

Resultado do Indicador do Programa: Para uma previsão de 68,90% a execução, nos termos do informado pela SEPLAG, alcançou 69,70%.

Programa Estruturador 053 – Vida no Vale – COPANOR

Objetivo: melhorar a qualidade de vida e promover condições para a prosperidade dos 92 municípios pertencentes às bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu, através da universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de modelo sustentável.

Objetivos Estratégicos (PMDI): ampliar o acesso ao saneamento básico.

Resultados Finalísticos (PMDI): ampliar o percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.

Indicador do Programa: Percentual de localidades atendidas pela COPANOR (%).

Resultado do Indicador do Programa: Os números apurados pela SEPLAG, registram uma cobertura de 30% em vista de uma previsão de 65%.

Programa Estruturador 054 – Viva Vida

Objetivo: reduzir a mortalidade infantil por meio do planejamento familiar, da atenção ao pré-natal, ao parto, ao puerpério, ao recém-nascido e à criança de até um ano de idade.

Objetivos Estratégicos (PMDI): universalizar o acesso à atenção primária e reduzir as disparidades regionais no atendimento à saúde; e aumentar a eficiência alocativa e a otimização do sistema de atenção à saúde.

Resultados Finalísticos (PMDI): universalização do atendimento do PSF para a população SUS dependente (população coberta por programas de atenção primária – população SUS dependente estimada em 75% do total); reduzir internações por condições sensíveis à atenção ambulatorial; e reduzir a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos).

Indicador do Programa: percentual de microrregiões da saúde atendidas por um Centro Viva Vida (%).

Resultado do Indicador do Programa: para uma previsão de 49,33%, em 2010 a SEPLAG apurou uma execução de 32%.

Programa Associado: 175 – Farmácia de Minas

Objetivo: definir um modelo de assistência farmacêutica no SUS, ampliando o acesso a medicamentos, humanizando o atendimento, promovendo a efetividade terapêutica e uso racional.

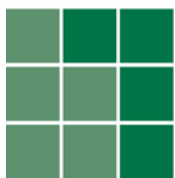
Objetivos Estratégicos (PMDI): universalizar o acesso à atenção primária e reduzir as disparidades regionais no atendimento à saúde; e aumentar a eficiência alocativa e a otimização do sistema de atenção à saúde.

Resultados Finalísticos (PMDI): universalização do atendimento do PSF para a população SUS dependente (população coberta por programas de atenção primária – população SUS dependente estimada em 75% do total); reduzir o APVP (anos potenciais de vida perdidos) por morte; reduzir internações por condições sensíveis à atenção ambulatorial; reduzir a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos); e ampliar o percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.

Indicadores do Programa:

- índice de municípios em dia com a contrapartida, contemplados com no mínimo 80% de cada item programado (%);
- percentual de Farmácias de Minas implantadas sobre o total de 600 Farmácias previstas para abrangência total do programa (%).

Resultado dos Indicadores do Programa: Foram informados pela SEPLAG os índices de municípios (83,20%) e de Farmácias de Minas (16%), para previsões respectivamente de 60% e 27,83%.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Programa Associado: 708 - Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS

Objetivo: implementar programas de capacitação de recursos humanos para estruturar a área de gestão em saúde; apoiar o Conselho Estadual de Saúde; e atender às demandas oriundas das sentenças judiciais. Além disso, ser referência de infraestrutura tecnológica do ponto de vista da tecnologia utilizada e serviços de tecnologia de informação.

Objetivos Estratégicos (PMDI): aumentar a eficiência alocativa e a otimização do sistema de atenção à saúde.

Resultados Finalísticos (PMDI): reduzir o APVP (anos potenciais de vida perdidos) por morte; e reduzir a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos).

Indicador do Programa: Não há previsão no PPAG

1.5.4 Conclusão

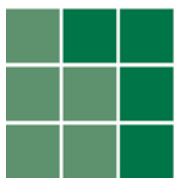
Traduzir adequadamente situações reais e complexas para números exatos e objetivos é uma tarefa difícil e circundada de limites. A construção e a aplicação de indicadores pelo governo estadual resultam da necessidade de planejar e controlar ações e resultados desejados. Todavia, a análise desses indicadores, de forma individual e desassociada da avaliação de processos, tenderá a focalizar apenas uma dimensão do problema a ser avaliado, concorrendo para uma interpretação razoável do desempenho do Estado no implemento das políticas públicas.

Nesse passo, avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações inscritas nos planos de governo, tomando-se por referenciais tais indicadores, exige de todos os atores envolvidos, seja na concepção, planejamento, execução ou no controle das ações e políticas estaduais, uma reflexão acerca da modelagem dos mecanismos de Monitoramento e Avaliação – *M & A* – os quais serão utilizados conforme os objetos de análises e fiscalização.

Portanto, para o estabelecimento do processo de *M & A* há que se perquirir a respeito das vulnerabilidades existentes nos seguintes eixos: concepção, planejamento, gerenciamento e resultados. Um bom desenho, quando não acoplado a um planejamento e gerenciamento alinhados e comprometidos com os objetivos estratégicos, não necessariamente levará ao alcance de resultados esperados.

O próprio Poder Executivo Estadual reconhece a existência de importantes limitações ao estabelecimento do processo de *M & A*, dentre outras, a desorganização e fragmentação dos dados, haja vista a multiplicidade de sistemas de informação em saúde, com lógicas próprias de alimentação e capacidade de gerar uma infinidade de dados e informações, sejam relativas à saúde da população, ao financiamento ou à organização dos serviços e à descentralização dos sistemas, com dispersão dos dados e não comunicação entre a maioria desses sistemas. Admite, ainda, que:

Contudo, mesmo selecionados os indicadores mais importantes para a gestão, alguns problemas operacionais permaneceram, pois grande parte desses indicadores são razões, coeficientes ou proporções que exigem o cruzamento de dados disponíveis em 11 diferentes sistemas. O trabalho demandado para o cálculo dos indicadores é considerável, e muitos sofrem atualizações periódicas; dependendo da data em que o sistema é acessado, as informações podem mudar sensivelmente. Além disso, diferentes critérios e bases de dados podem ser adotados para o cálculo do indicador, o que pode gerar inconsistência nas informações.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Com efeito, se para o governo estadual o Monitoramento e Avaliação do cumprimento de sua agenda programática, traduzida na forma de resultados, é tarefa que tem se evidenciado hercúlea, também para este Tribunal de Contas não se apresenta diferente ou menos desafiadora tal empreitada.

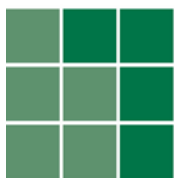
De início, a avaliação das métricas pactuadas pelo governo estadual no âmbito da Área de Resultado Vida Saudável, condensadas no Caderno de Indicadores/2010, vem demandar deste Tribunal uma evolução no seu *modus operandi*. A uma, em relação às averiguações atinentes ao desenho, ao processo de coleta de dados e à aplicabilidade desses indicadores, enquanto instrumento de *accountability*. A duas, no que concerne à arquitetura de metodologias apropriadas de avaliação e interpretação dos resultados das ações de governo.

Importante ressaltar que o principal objetivo da construção dos indicadores é permitir um monitoramento da realidade do estado, condição *sine qua non* ao estabelecimento de políticas e ações adequadas, bem como para a definição de prioridades na alocação dos recursos a investir.

Nesse sentido, na ambiência da Área de Resultado relacionada ao setor saúde, os indicadores visariam permitir uma autocrítica da situação, ajudando na tomada de decisões a partir do juízo de valor atribuído a uma determinada intervenção. Com certeza, o propósito dos sobreditos indicadores é possibilitar maior assertividade das políticas e ações de melhorias necessárias ao setor.

Nessa perspectiva, há que se destacar que, para uma mensuração da qualidade das intervenções, se conformadas aos objetivos estratégicos do governo, é fundamental atentar-se para as características de sensibilidade, especificidade, mensurabilidade e relevância dos indicadores. Análises adversas sobre os indicadores contemplados no Caderno de Indicadores/2010 e relatadas no corpo deste relatório técnico permitem inferir que, especificamente, na área da saúde, algumas dificuldades de operacionalização das avaliações de tais indicadores merecem uma reflexão e impõem a este Tribunal alguns desafios: a defasagem temporal relacionada à produção dos indicadores e a forma heterogênea das fontes de coleta e consolidação das informações inviabilizam uma análise de cunho contemporâneo, em sede de Prestação de Contas Governamentais; a baixa sensibilidade do indicador APVP no curto prazo, sobretudo se analisado de forma tão desagregada para uma causa específica como proposto no Caderno; a qualidade das informações, sujeitas a sub-registros, podendo afetar as séries históricas, no caso da taxa de mortalidade infantil; a metodologia de cálculo proposta no Caderno, inadequada ao indicador taxa de resolubilidade macrorregional; a ausência de informação sobre a rotatividade das equipes do PSF, que é fundamental para análise da qualidade do cuidado (cobertura populacional do PSF); a necessidade de definição de unidades espaciais em níveis de desagregação mais adequados (por municípios, micro ou macrorregião) e de uniformização das estimativas relacionadas à população residente.

Logo, os indicadores não são suficientes para demonstrar a garantia da universalidade e oportunidade de acesso dos cidadãos a todas as ações e serviços necessários, bem assim a integralidade da atenção e a equidade na alocação dos recursos.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.6 Defesa Social

1.6.1 Caderno de Indicadores 2010

1) Taxa de Crimes Violentos em Minas Gerais

Expressa o nível de criminalidade pela razão entre número de ocorrências de crimes violentos registradas pela autoridade policial e o tamanho da população de um determinado espaço geográfico. São classificadas como crimes violentos as seguintes ocorrências: homicídios, tentativa de homicídio, estupro, roubo e roubo à mão armada. A taxa anual de crimes violentos, por 100.000 habitantes, no Estado de Minas Gerais, é apresentada na tabela a seguir.

Exercícios de 2001 a 2009							Por 100.000 habitantes		
Exercícios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Crimes Violentos	366,2	434,0	541,6	539,1	521,0	467,4	430,8	350,0	296,9

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG 2010

Esse indicador relaciona-se a um dos objetivos estratégicos da Área de Resultado- Defesa Social, qual seja: buscar a redução da violência nas áreas urbanas e rurais.

2) Taxa de Homicídios em Minas Gerais

O indicador refere-se a um tipo específico de crime violento que é o homicídio. Ele é medido pela relação entre o número de ocorrências de homicídios e a população total de um determinado espaço geográfico. Entende-se por crime de homicídio a eliminação da vida humana extra-uterina praticada/causada por outra pessoa (art. 121 do Código Penal Brasileiro). A evolução das taxas de homicídios, no período de 2001/2009, pode ser visualizada na tabela a seguir.

Exercícios de 2001 a 2009							Por 100.000 habitantes		
Exercício	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Homicídios	13,7	15,9	18,5	19,6	20,4	19,7	19,2	18,2	17,2

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG 2010

Esse indicador vincula-se aos seguintes resultados finalísticos da Área de Resultado - Defesa- Social: reduzir a taxa de homicídios, por 100 mil habitantes e reduzir as taxas de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos, por 100 mil jovens.

3) Taxa de Crimes Violentos Contra o Patrimônio em Minas Gerais

Demonstra a relação entre o número de ocorrências registradas de crimes violentos contra o patrimônio, e o total da população de um determinado espaço geográfico. São classificados como crimes violentos contra o patrimônio os roubos e roubos à mão armada, em todas as suas categorias. Roubo é definido como ação de tomar para si ou para outrem objeto alheio móvel mediante violência (art. 157 do Código Penal Brasileiro). As taxas anuais de crimes violentos contra o Patrimônio indicaram, em 2001/2009, o comportamento retratado na tabela a seguir.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercícios de 2001 a 2009

Por 100.000 habitantes

Exercício	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Crimes Violentos Contra o Patrimônio	301,8	364,2	467,6	465,0	445,5	395,2	362,5	293,4	249,1

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG 2010

Esse indicador está vinculado ao resultado finalístico da área, reduzir a taxa de crimes violentos contra o patrimônio, por 100 mil habitantes e ao objetivo estratégico, buscar a redução da violência nas áreas urbanas e rurais.

4) Medo de Vitimização

O indicador expressa o percentual da população que sente medo de se tornar vítima de algum ato de violência. Os dados são levantados por meio de questionário aplicado anualmente em pesquisa amostral junto à população de Minas Gerais.

Considera-se uma pessoa com medo aquela que tenha afirmado temer ser vítima de, no mínimo, seis dentre os oito possíveis tipos de crimes apontados na pesquisa, quais sejam: a) invasão/roubo de residência; b) roubo/assalto de objetos pessoais; c) roubo ou furto de carro ou moto; d) agressão física; e) assassinato; f) sequestro/sequestro relâmpago; g) fraude e h) extorsão. O percentual de medo de vitimização da população de Minas Gerais é apresentado na tabela a seguir, a partir de 2008, ano de início da pesquisa.

Exercícios de 2008 a 2009

Ano	Medo de Vitimização (%)
2008	53,6
2009	51,2

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG 2010

O indicador vincula-se ao resultado finalístico da área de Defesa Social, reduzir o medo de vitimização da população total.

5) Taxa de Reentrada no Sistema Prisional

A taxa de reentrada no sistema prisional é um indicador problemático. Em primeiro lugar, não é convencionalmente utilizado na segurança pública. Geralmente utiliza-se o indicador Taxa de Reincidência para medir a efetividade do sistema prisional, especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra. E taxa de reentrada não é o equivalente à taxa de reincidência. Esta é calculada pela razão entre o número de egressos do sistema prisional, em um ano específico, que reincidiram no cometimento de algum tipo de crime no período de até três anos após o cumprimento de sua pena, sobre o número total de egressos desligados do sistema prisional no respectivo ano. A taxa de reentrada no sistema prisional, por outro lado, incorpora os conceitos de admissões e desligamentos no sistema prisional, sendo, portanto, a razão entre o número de reentrantes no sistema prisional no ano de referência e o número total de indivíduos que entraram no mesmo ano de referência. São considerados reentrantes todos os indivíduos que tiveram algum desligamento por motivo válido do sistema prisional registrado nos 36 meses anteriores à data da sua última admissão. Nesse contingente estão incorporados, por exemplo, presos que fugiram do sistema prisional. Eis uma grave distorção do indicador, inviabilizando sua utilização para a mensuração da efetividade do sistema prisional.

1.6.2 Indicadores Agregados

1) Taxa de Presos Trabalhando no Sistema Prisional

O indicador demonstra o número de indivíduos que estão trabalhando nas unidades prisionais, a cada grupo de 1.000 presos, em relação ao total de presos no sistema prisional. Está diretamente relacionado à avaliação da eficácia do programa estruturador Expansão, Modernização e Humanização do Sistema Prisional, uma vez que a ressocialização dos presos é uma das finalidades propostas no seu escopo de atuação. O número de presos trabalhando nas unidades prisionais, para cada grupo de 1.000, é o apresentado na tabela a seguir para o período de 2008/2010.

Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	2008	2009	2010
Nº de Presos Trabalhando nas Unidades Prisionais	3.480	4.790	9.300
Total de Presos Condenados e Provisórios no Sistema Prisional	30.537	35.533	39.462
Taxa de Presos Trabalhando (Por Mil Presos no Sistema Prisional)	113,96	134,80	235,67

FONTE: SEDS

Busca-se com esse indicador, a redução da violência nas áreas urbanas e rurais, um dos objetivos estratégicos da área Defesa Social.

2) Taxa de Aprisionamento

Expressa a relação entre o número de presos condenados e provisórios e a população de um determinado espaço geográfico. Assim como o indicador anteriormente citado, esse vai permitir uma avaliação da eficácia do programa estruturador Expansão, Modernização e Humanização do Sistema Prisional. A taxa de presos condenados e provisórios, por 100.000 habitantes, no Estado de Minas Gerais, é a apresentada na tabela a seguir para o período de 2008/2010.

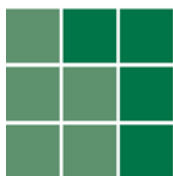
Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	Por 100.000 Habitantes		
	2008	2009	2010
Total de Presos Condenados e Provisórios no Sistema Prisional	30.537	35.533	39.462
População de Minas Gerais (projeção populacional)	19.850.072	20.034.068	20.333.665
Percentual	153,84	177,36	194,08

FONTE: SEDS

3) Taxa de Detenção no Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais

Refere-se ao percentual de indivíduos presos em relação às ocorrências criminais registradas, para cada grupo de 100 ocorrências. Os dados permitem avaliar a eficácia do Estado, no que concerne às detenções de presos, quando do registro de ocorrências criminais. A taxa é apresentada na tabela a seguir para o período de 2008/2010.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercícios de 2008 a 2010		Para cada grupo de 100 ocorrências		
Descrição	2008	2009	2010	
Nº de Admissões de Presos no Sistema Prisional	37.041	48.513	56.842	
Total de Ocorrências Criminais Registradas pela PMMG	954.197	936.107	903.724	
Percentual	3,88	5,18	6,29	
FONTE: SEDS				

FONTE: SEDS

Resultado finalístico da área Defesa Social – Reduzir o medo de vitimização da população total.

4) Taxa de Indiciamento de Crimes violentos

O indicador expressa o percentual de inquéritos de crimes violentos instaurados pela PCMG, para grupo de 100 ocorrências de crimes violentos registradas nas Regiões de Polícia Militar - RPM. Permite avaliar a eficácia do Estado (PCMG), quanto ao número de inquéritos instaurados em relação às ocorrências registradas. A taxa é apresentada na tabela a seguir para o período de 2008/2010.

Exercícios de 2008 a 2010			Por 100 ocorrências
Descrição	2008	2009	2010
Nº de Inquéritos Policiais Instaurados pela PCMG	4.010	7.246	11.608
Total de Crimes Violentos Registrados pela PMMG	70.527	60.535	51.854
Percentual	5,69	11,97	22,39

FONTE: PCMG/PMMG

5) Taxa de Apreensão de Armas (de fogo e brancas)

O indicador expressa o percentual de apreensão de armas, de fogo e brancas, para um grupo de 100 ocorrências criminais registradas pela PMMG. Esse indicador está relacionado, também, à eficácia do Estado no que tange à redução da criminalidade. A taxa é apresentada na tabela a seguir para o período de 2008/2010.

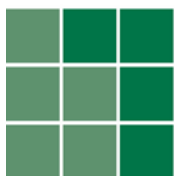
Exercícios de 2008 a 2010				
	Descrição	2008	2009	2010
	Armas de Fogo e Brancas Apreendidas pela PMMG	42.217	51.600	51.305
	Total de Crimes Registrados pela PMMG	1.200.483	1.208.304	1.189.016
	Percentual	3,52	4,27	4,31

FONTE: PMMG

Objetivo estratégico vinculado: buscar a redução da violência nas áreas urbanas e rurais. Resultado finalístico: reduzir as taxas de homicídios; as taxas de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos, as taxas de crimes violentos contra o Patrimônio e reduzir o medo de vitimização da população total.

6) Taxa de Conflitos Mediados

Refere-se à razão entre o número de conflitos mediados (atendimento jurídico, sociais e extrajudiciais, orientações e mediações) e o número total de conflitos registrados. Permite avaliar a eficácia do Estado quanto a sua atuação em mediar conflitos, em relação aos registrados. O indicador é apresentado na tabela a seguir para o período de 2008/2010.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	2008	2009	2010
Conflitos Mediados	444	2.586	780
Total de Conflitos Registrados pela SEDS	19.301	20.161	20.106
Percentual	2,30	12,83	3,88

FONTE: SEDS

Vincula-se ao objetivo estratégico da área: modernizar o sistema de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

7) Taxa de Egressos do Sistema Prisional Capacitados/Profissionalizados

O indicador expressa a relação entre o número de egressos do sistema prisional capacitados/profissionalizados contra o total de egressos do sistema prisional. Os percentuais são demonstrados na tabela a seguir para o período de 2008/2010.

Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	2008	2009	2010
Egressos do Sistema Prisional Capacitados/Profissionalizados	18	74	62
Total de Egressos do Sistema Prisional	15.058	23.194	29.186
Percentual	0,12	0,32	0,21

FONTE: SEDS

8) Número de Penas Alternativas Monitoradas pela Central de Apoio às Penas Alternativas – CEAPA

Contagem simples do número de penas alternativas monitoradas pela CEAPA, que atua no controle social de indivíduos que cometeram delitos de menor potencial ofensivo, vindo a cumprir penas ou medidas alternativas à prisão. Esse número é apresentado na tabela a seguir para o período 2008/2010.

Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	2008	2009	2010
Nº de Penas Alternativas Monitoradas pela CEAPA	10.609	12.197	10.691

FONTE: SEDS

Vincula-se ao objetivo estratégico da área: modernizar o sistema de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

9) Número de Jovens Atendidos pelo Projeto Fica-Vivo

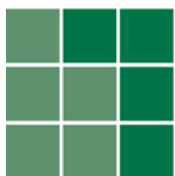
Contagem simples do número de jovens atendidos pelo projeto Fica-Vivo, em todos os Núcleos de Prevenção à Criminalidade, que é apresentado na tabela a seguir, referente aos anos de 2008/2010.

Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	2008	2009	2010
Nº de Jovens Atendidos pelo Projeto Fica-Vivo, nos Núcleos de Prevenção à Criminalidade	15.124	14.249	14.446

FONTE: SEDS

Objetivo estratégico da área: incentivar a participação crescente dos municípios e do setor privado, visando ao desenvolvimento e à manutenção dos diversos programas de governo, como o Fica Vivo.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



10) Percentual de Despesas com a Área de Resultados – Defesa Social X Gastos Totais do Estado

O indicador permite demonstrar a evolução das despesas com a Área de Resultados - Defesa Social, no exercício, em relação ao total geral dos gastos realizados pelo Estado. A tabela a seguir visa demonstrar tal situação, referente aos exercícios de 2008 a 2010.

Exercício de 2008 a 2010				Em R\$
	2008	2009	2010	
Total das Despesas com a Área de Resultados - Defesa Social	1.051.138.355,31	946.711.789,86	959.530.188,63	
Total das Despesas do Estado, no Exercício (Orçamento Fiscal e de Investimentos)	43.708.819.423,18	47.381.905.333,35	55.997.530.800,08	
% da participação das Despesas com a Área de Resultados - Defesa Social	2,40	2,00	1,71	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

11) Percentual de Gastos com a Área de Resultados - Defesa Social, com exclusão das despesas com Pessoal e Encargos Sociais X Gastos Totais do Estado

Demonstra o percentual dos gastos com a Área de Resultados – Defesa Social, com exclusão de despesas com pessoal e Encargos Sociais, em relação aos gastos totais do Estado. Os dados podem ser visualizados na tabela a seguir.

Exercício de 2008 a 2010				Em R\$
Descrição	2008	2009	2010	
Despesas com a Área de Resultados - Defesa Social, menos Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	1.051.138.355,31	708.205.289,14	646.832.432,22	
Despesa Total do Estado, no Exercício (Orçamento Fiscal e de Investimentos)	43.708.819.423,18	47.381.905.333,35	55.997.530.800,08	
% da Despesa com a Área de Resultados - Defesa Social em relação às Despesas Totais do Estado	2,40%	1,49%	1,16%	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

12) Taxa de Motins e Rebeliões no Sistema Prisional de Minas Gerais

O indicador expressa o número de motins e rebeliões em relação ao total de presos condenados e provisórios no sistema prisional. O indicador permite uma avaliação da eficiência do Estado, no que tange aos resultados pretendidos para a área de Defesa Social. A taxa de motins e rebeliões no Sistema Prisional, para cada grupo de 1.000 presos, é apresentada na tabela a seguir, para o período de 2008/2010.

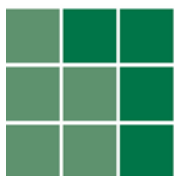
Exercícios de 2008 a 2010			
Descrição	2008	2009	2010
Nº de Ocorrências de Motins e Rebeliões	8	2	4
Total de Presos Condenados e Provisórios no Sistema Prisional	30.537	35.533	39.462
Taxa de Motins e Rebeliões (Por mil Presos no Sistema Prisional)	0,26	0,06	0,10

FONTE: SEDS

Vincula-se aos objetivos estratégicos da área: integrar e melhorar a qualidade da ação policial e modernizar o sistema prisional.

13) Taxa de Motins e Rebeliões no Sistema Socioeducativo

O indicador expressa o número de motins e rebeliões no sistema socioeducativo, por 1.000 adolescentes, em relação ao total de adolescentes infratores acautelados. O indicador permite uma avaliação da eficiência do Estado, no que tange aos resultados pretendidos para área de Defesa Social. A taxa, para os exercícios de 2008/2010, é apresentada na tabela a seguir.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	2008	2009	2010
Nº de Ocorrências de Motins e Rebeliões	2	2	1
Total de Adolescentes Acautelados no Sistema Socioeducativo	3.210	3.340	4.423
Taxa de Motins e Rebeliões (Por Mil Adolescentes Acautelados no Sistema Socioeducativo)	0,62	0,60	0,23

FONTE: SEDS

Vincula-se ao objetivo estratégico da área: pacificar as comunidades de risco, por meio de programas de prevenção, integrados com a área de desenvolvimento social e com parcerias com os municípios e o terceiro setor.

14) Taxa de Fugas no Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais

Demonstra a quantidade de presos que fugiram do sistema prisional, para cada grupo de 1.000 presos. Os números apresentados permitem uma avaliação, também, da eficiência do Estado, no tocante às ações voltadas para resultados da área Defesa Social.

Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	2008	2009	2010
Nº de Fugas no Sistema Prisional	2.295	3.049	4.094
Total de Presos Condenados e Provisórios no Sistema Prisional	30.537	35.533	39.462
Taxa de Fugas (Por Mil Presos no Sistema Prisional)	75,15	85,81	103,75

FONTE: SEDS

15) Taxa de Fugas no Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais

O indicador expressa o número de adolescentes infratores acautelados que fugiram do sistema socioeducativo, para cada grupo de 1.000 adolescentes. Os números apresentados permitem uma avaliação, também, da eficiência do Estado, no tocante às ações voltadas para resultados da área Defesa Social.

Exercícios de 2008 a 2010

Descrição	2008	2009	2010
Fugas de Adolescentes Infratores Acautelados no Sistema Socioeducativo	65	72	37
Total de Adolescentes Infratores Acautelados no Sistema Socioeducativo	3.210	3.340	4.423
Taxa de Fugas (Por Mil Adolescentes Acautelados no Sistema Socioeducativo)	20,25	21,56	8,37

FONTE: SEDS

16) Tempo Médio de Atendimento das Ocorrências Criminais

O indicador permite avaliar a eficiência do Estado, especificamente, da PMMG, quanto ao tempo decorrido entre a chamada telefônica, pelo cidadão, utilizando o número 190, e o desfecho do atendimento da ocorrência. O tempo do atendimento para os exercícios de 2008/2010 é o apresentado na tabela a seguir.

Exercícios de 2008 a 2010

Ano	2008	2009	2010
Tempo Médio de Atendimento de Ocorrências Policiais pelo 190	01:06:48	01:09:20	01:12:13

FONTE: PMMG

17) Gastos com Segurança Pública X Gastos Totais do Estado

O indicador permite demonstrar a evolução das despesas com Segurança Pública, nos exercícios, em relação ao total geral das realizadas pelo Estado (despesas do Orçamento Fiscal mais de Investimentos). A tabela a seguir visa demonstrar esses valores, referentes aos exercícios de 2008 a 2010.

Exercício de 2008 a 2010				Em R\$
Descrição	2008	2009	2010	
Total das Despesas com Segurança Pública	4.959.078.083,58	5.619.757.915,36	6.741.733.922,64	
Total das Despesas do Estado, no Exercício (Orçamento Fiscal e de Investimentos)	43.708.819.423,18	47.381.905.333,35	55.997.530.800,08	
Percentual da Despesa com Segurança Pública	11,35	11,86	12,04	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

18) Percentual de Gastos com Segurança Pública, com exclusão das despesas com Pessoal e Encargos Sociais X Gastos Totais do Estado

O indicador expressa o percentual dos gastos com Segurança Pública, com exclusão de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, em relação aos dispêndios totais do Estado. Os dados podem ser visualizados na tabela a seguir.

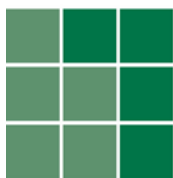
Exercício de 2008 a 2010				Em R\$
Descrição	2008	2009	2010	
Despesas com Segurança Pública menos Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	1.327.780.434,85	1.045.357.463,46	1.003.889.317,56	
Despesa Total do Estado no Exercício (Orçamento Fiscal e de Investimentos)	43.708.819.423,18	47.381.905.333,35	55.997.530.800,08	
% da Despesa com Segurança Pública em relação às Despesas Totais do Estado	3,04%	2,21%	1,79%	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

1.6.3 Programas contemplados na Área de Resultados – Defesa Social, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010.

Exercícios de 2008 a 2010												Em R\$
Programa				2008			2009			2010		
Cod.	Descrição	UO		Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.
4	Atendimento Às Medidas Socioeducativas	SEDS		60.956.646,32	5,80	86,87	33.678.134,75	3,56	66,28	33.471.891,82	3,49	42,21
5	Avaliação e Qualidade da Atuação dos Órgãos de Defesa Social	SEDS		23.690.941,94	2,25	97,13	14.167.217,13	1,50	51,81	15.489.628,96	1,61	58,35
20	Expansão e Modernização do Sistema Prisional	SEDS		129.674.538,81	12,34	89,66	80.009.293,26	8,45	68,56	55.825.709,15	5,82	55,79
21	Gestão Integrada de Ações e Informações de Defesa Social	SEDS		272.505.335,48	25,92	88,40	141.630.274,35	14,96	83,49	94.289.784,99	9,83	71,13
34	Prevenção Social da Criminalidade	SEDS		27.085.448,80	2,58	95,02	29.286.903,86	3,09	80,81	31.627.389,90	3,30	97,19
56	Escola Viva e Comunidade Ativa	SEE		94.345,78	0,01	96,76	3.897.305,32	0,41	98,98	2.929.522,76	0,31	74,40
Total Programas Estruturadores				514.007.257,13	48,90	89,23	302.669.128,67	31,97	74,79	233.633.927,58	24,35	62,31
139	Programa de Apoio à Ampliação e à Melhoria dos Sistemas Prisional e Socioeducativo	FPE		848.674,66	0,08	82,47	500.000,00	0,05	48,31	966.672,80	0,10	51,27
141	Polícia Ostensiva	PMMG		127.933.011,25	12,17	94,27	129.192.445,86	13,65	75,05	95.261.240,98	9,93	83,98
160	Rede Complementar de Suporte Social de Atenção ao Dependente Químico	SEJ		6.935.805,40	0,66	87,30	7.616.608,74	0,80	87,30	6.928.126,27	0,72	89,13
178	Coordenação e Manutenção do Sistema Prisional	SEDS		304.638.894,27	28,98	99,92	381.895.067,83	40,34	99,39	489.100.230,61	50,97	99,55
183	Administração de Trânsito	DETRAN		28.594.690,12	2,72	95,63	64.065.926,84	6,77	92,56	75.022.272,58	7,82	82,74
184	Formação e Capacitação de Policiais Civis	PCMG		5.070.823,15	0,48	86,34	4.229.403,79	0,45	89,91	2.926.302,62	0,30	97,56
189	Preservação da Ordem Pública, Exercício da Polícia Judiciária e Investigação Criminal	PCMG		29.167.466,63	2,77	93,37	25.647.356,02	2,71	80,99	30.049.473,22	3,13	97,45
219	Recolhimento e Guarda de Detentos do Estado	PCMG		31.217.335,95	2,97	99,96	28.500.239,28	3,01	99,81	23.222.285,80	2,42	100,00
227	Educação Profissional de Segurança Pública	PMMG		2.724.396,75	0,26	79,88	2.395.612,83	0,25	79,98	2.419.656,17	0,25	84,40
Total Programas Associados				537.131.098,18	51,10	97,45	644.042.661,19	68,03	91,58	725.896.261,05	75,65	94,89
Total da Área de Resultados - Defesa Social				1.051.138.355,31	100,00		946.711.789,86	100,00	85,45	959.530.188,63	100,00	84,18
Despesas Totais do Exercício (Orçamento Fiscal e de Investimentos)				43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
% da Despesa com a Área de Resultados - Defesa Social				2,40			2,00			1,71		

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**
CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.6.3.1 Programas destacados dentre os constantes da Área de Defesa Social

Programa Estruturador 4 - Atendimento às Medidas Socioeducativas

Objetivo: garantir a efetividade do atendimento ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, visando à ruptura do processo de criminalidade juvenil e sua ressocialização.

Objetivo Estratégico (PMDI): buscar a redução da violência nas áreas urbanas e rurais.

Resultados Finalísticos (PMDI): reduzir a taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

Indicador do Programa (PPAG): Percentual de vagas em meio aberto

Resultado do Indicador do Programa: O resultado demonstra que o Estado ultrapassou a meta prevista de 142%, alcançando 162% de vagas em meio aberto, em programas de capacitação continuada com vistas ao apoio e fomento às medidas socioeducativas.

Programa Estruturador 20 – Expansão, Modernização e Humanização do Sistema Prisional

Objetivo: reduzir o déficit de vagas no sistema prisional, com ênfase na racionalização da gestão das unidades prisionais e no aprimoramento das condições de segurança e ressocialização dos detentos, garantindo-se a humanização do sistema.

Objetivos Estratégicos (PMDI): modernizar o sistema prisional e o sistema de atendimento a adolescentes em conflito com a Lei.

Resultado Finalístico (PMDI): reduzir a reincidência criminal (percentual da população egressa do ambiente carcerário reincidente).

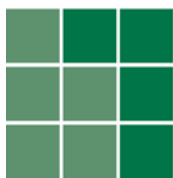
Indicador do Programa (PPAG): Percentual de presos do sistema prisional que têm ocupação laboral

Resultado do Indicador do Programa: Percebe-se, inicialmente, que o indicador restringiu-se a medir a ocupação laboral (humanização), portanto, sugere-se que, posteriormente, haja a inserção nesse indicador de unidades de medidas relativas à expansão e modernização do sistema prisional, o que permitiria uma avaliação global do programa. Nota-se que o percentual de presos trabalhando, em 2010 (24%), superou a meta prevista (18%), e, inclusive, em relação a de 2011 (20%).

Programa Estruturador 34 – Prevenção Social da Criminalidade

Objetivo: intervir na realidade social onde a criminalidade apresenta altas taxas de crescimento ou patamares elevados, por meio de três níveis: primário, secundário e terciário, levando em consideração as possibilidades de inclusão social, de forma a evitar a reincidência criminal.

Objetivo Estratégico (PMDI): buscar a redução da violência nas áreas urbanas e rurais.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Resultados Finalístico (PMDI): reduzir a taxa de homicídios por 100 mil habitantes e a reincidência criminal (percentual da população egressa do ambiente carcerário reincidente).

Indicador do Programa (PPAG): Taxa anual de crescimento de número de jovens atendidos pelo Projeto Fica Vivo.

Resultado do Indicador do Programa: O indicador do programa demonstra o crescimento de apenas 8,67% em relação aos 24% pretendidos, não atingindo a meta.

Programa Estruturador 21 – Gestão Integrada de Ações e Informações de Defesa Social

Objetivo: incrementar a integração dos órgãos de defesa social, mediante a implantação de ambiente comum que propicie integração de ações e sistemas de gestão de informação que subsidie essas atividades.

Objetivos Estratégicos (PMDI): pacificar as comunidades de risco, por meio de programas de prevenção integrados com a área de desenvolvimento social e com parcerias com os municípios e o terceiro setor e integrar e melhorar a qualidade da ação policial.

Resultados Finalísticos (PMDI): reduzir a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos (por 100 mil jovens) e reduzir a taxa de crimes violentos contra o patrimônio, por 100 mil habitantes.

Indicador do Programa (PPAG): Implantação da Gestão Integrada (Município - Acumulado).

Resultado do Indicador do Programa: No programa estruturador 21 “Gestão Integrada de Ações e Informações de Defesa Social”, o Estado mostrou-se eficaz uma vez que, em 2010, foram implementadas metodologias de gestão integrada em 603 municípios, para uma meta de 533.

Programa Estruturador 5 – Avaliação e Qualidade da Atuação dos Órgãos de Defesa Social

Objetivo: promover a qualidade da atuação dos órgãos de defesa social, potencializando e integrando as ações de ensino, avaliação e correção.

Objetivo Estratégico (PMDI): integrar e melhorar a qualidade da ação policial.

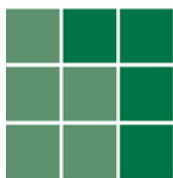
Resultado Finalístico (PMDI): reduzir a taxa de crimes violentos contra o patrimônio, por 100 mil habitantes.

Indicador do Programa (PPAG): Taxa de Crescimento das Capacitações em Ações Estratégicas.

Resultado do Indicador do Programa: Para o indicador, quanto maior o percentual, melhor o resultado. Assim, verifica-se que, em 2010, que as capacitações em ações estratégicas aumentaram substancialmente, atingindo 856% contra 85% previsto para o exercício.

Programa Estruturador 55 – Escola Viva e Comunidade Ativa

Objetivo: tornar escolas públicas melhor preparadas para atender às necessidades educativas das crianças e jovens mais afetados pelos fenômenos da violência e da exclusão social.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Objetivos Estratégicos (PMDI): buscar a redução da violência nas áreas urbanas e rurais e pacificar as comunidades de risco, por meio de programas de prevenção, integrados com a área de desenvolvimento social e mediante parcerias com os municípios e o terceiro setor.

Resultados Finalísticos (PMDI): reduzir a taxa de homicídios por 100 mil habitantes e reduzir as taxas de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos (por 100 mil jovens).

Indicador do Programa (PPAG): Percentual de escolas com plano de ação para o projeto.

Resultado do Indicador do Programa: Verifica-se que, em 2010, o índice de escolas com plano de ação atingiu 89,34% superando a meta fixada de 71% para o exercício, implicando eficácia das ações implementadas para esse fim.

Programa Associado 141 – Polícia Ostensiva

Objetivo: planejar, controlar e executar todas as atividades de polícia ostensiva, assegurando a preservação da ordem pública, segurança do trânsito rodoviário, preservação do meio ambiente, incolumidade do cidadão e do patrimônio, em consonância com a política nacional e estadual de segurança pública e com as diretrizes de integração, qualidade e eficiência estabelecidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

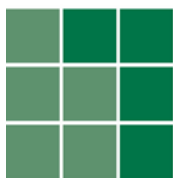
Objetivos Estratégicos (PMDI): buscar a redução da violência nas áreas urbanas e rurais; pacificar as comunidades de risco, por meio de programas de prevenção, integrados com a área de desenvolvimento social e com parcerias com os municípios e o terceiro setor; integrar e melhorar a qualidade da ação policial; criar e fortalecer as ações de inteligência policial integrada; incentivar a participação crescente dos municípios e do setor privado, visando ao desenvolvimento e à manutenção dos diversos programas de governo, como o Fica-Vivo.

Resultados Finalísticos (PMDI): reduzir a taxa de homicídios por 100 mil habitantes; reduzir as taxas de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos (por 100 mil jovens); reduzir a taxa de crimes violentos contra o patrimônio, por 100 mil habitantes e reduzir o medo de vitimização da população total (percentual da população que afirma ter medo de ser vítima de algum crime).

Indicadores do Programa (PPAG):

- Taxa de Crimes Contra o Patrimônio, por 1.000 habitantes
- Taxa de Crimes Contra a Pessoa, por 1.000 habitantes
- Taxa de Crimes Violentos, por 100.000 habitantes
- Taxa de Contravenções, por 1.000 habitantes
- Taxa de Homicídios, por 100.000 habitantes
- Coeficiente de Acidentes de Trânsito Urbano, com Vítima não Fatal
- Coeficiente de Acidentes de Trânsito Urbano, com Vítima Fatal
- Coeficiente de Acidente de Trânsito Rodoviário, com Vítima não Fatal
- Coeficiente de Acidente de Trânsito Rodoviário, com Vítima Fatal

Resultados dos Indicadores do Programa: Os indicadores ora descritos possuem aderência com o objetivo do programa, porém, necessário se faz inserir mais um indicador, visando aferir o grau de preservação do meio



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



ambiente. Quanto às apurações desses indicadores, relativamente à Taxa de Crimes Violentos, observa-se que houve uma subestimação, quando da previsão para 2010, uma vez que o apurado atingiu o percentual de 256,60%, contra uma previsão de 74,28%. Por outro lado, as Taxas de Crimes Contra o Patrimônio e Contravenções previstas, 529,83% e 349,46%, respectivamente, foram superestimadas, considerando-se que o apurado foi de 22,04% e 16,26%.

Programa Associado 189 – Preservação da Ordem Pública, Exercício da Polícia Judiciária e Investigação Criminal

Objetivo: apurar as infrações penais, auxiliando a justiça no campo da aplicação da lei penal e processual penal, tendo em vista reprimir a criminalidade, garantindo a ordem pública e a paz social.

Objetivo Estratégico (PMDI): integrar e melhorar a qualidade da ação policial.

Resultado Finalístico (PMDI): reduzir a taxa de homicídios, por 100 mil habitantes.

Indicadores do Programa (PPAG):

- Taxa de Investigação Global
- Taxa de Investigação dos Crimes de Homicídios
- Taxa de Investigação dos Crimes Violentos
- Taxa de Investigação dos Crimes Contra a Pessoa
- Taxa de Investigação dos Crimes Contra o Patrimônio

Resultados dos Indicadores do Programa: para o exercício de 2010, não foram apurados esses indicadores, portanto, a análise ficou prejudicada. Sugere-se que o setor responsável pela apuração desses dados adote mecanismos de controle, a fim de que nos próximos exercícios as informações sejam inseridas, para futuras análises.

1.6.4 Conclusão

Em termos de resultados, de acordo com os indicadores de efetividade constantes deste relatório, verifica-se que as ações implementadas pelo Estado na área de Defesa Social/Segurança Pública têm contribuído para a redução da criminalidade, o que pode ser constatado pelas melhorias das avaliações, ao longo dos últimos exercícios, das taxas de crimes violentos em Minas Gerais; taxas de homicídios, taxas de crimes violentos contra o patrimônio e medo de vitimização.

Também, essa situação pode ser observada quando se verificam resultados positivos, em termos percentuais de eficácia e eficiência, quais sejam: número de presos trabalhando, taxa de aprisionamento; taxa de detenção; taxa de indiciamento de crimes violentos; taxa de apreensão de armas de fogo e brancas; número de jovens atendidos pelo projeto Fica-Vivo e taxas de fugas, motins e rebeliões no Sistema Socioeducativo, estas, com reduções, mesmo diante do aumento do contingente de adolescentes infratores acautelados.

No que se refere às taxas de motins/rebeliões do sistema prisional, constata-se que são muito pequenas, se comparadas ao total de presos no sistema. Em relação às fugas do sistema prisional, verifica-se um aumento, em 2010, ante o quantitativo apresentado em 2009 e 2008.

Os dispêndios com Defesa Social, ao longo dos três últimos exercícios, vêm apresentando reduções significativas, se comparados ao total dos gastos do Estado (despesas do orçamento fiscal e de investimentos) com percentuais de 2,40%, 2% e 1,71%, respectivamente e, relativamente à Segurança Pública, como um todo, os percentuais mantiveram-se praticamente os mesmos, com um ligeiro aumento até 2010.

Sugere-se que a PCMG envide esforços para a apuração dos indicadores de resultados, constantes do programa Preservação da Ordem Pública, Exercício da Polícia Judiciária e Investigação Criminal, de sua responsabilidade, quais sejam: taxa de investigação global; taxa de investigação dos crimes de homicídios, violentos, contra a pessoa e contra o patrimônio.

E, ainda, que o Estado inclua, no Caderno de Indicadores da Área de Resultados - Defesa Social, indicadores que possibilitem mensurar a eficácia e eficiência dessa área, consideradas as dimensões de resultados.

Conclui-se que, segundo os resultados apresentados, a Área de Resultados – Defesa Social/Segurança Pública teve um bom desempenho, uma vez que as políticas públicas adotadas mostraram-se consistentes e quase todos os indicadores demonstrados neste relatório melhoraram de forma gradativa e constante, ao longo dos anos.

Finalmente, em termos gerais, a área de resultados apresentou percentuais compatíveis em relação à execução orçamentária e física, 84,18% e 84,96%, respectivamente. O índice de aproveitamento orçamentário atingiu o índice de 71,52%, indicando um bom desempenho.

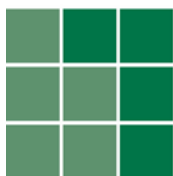
1.7 Qualidade Ambiental

1.7.1 Caderno de Indicadores 2010

1) Demanda Bioquímica de Oxigênio – DBO

Resulta da avaliação do nível de população orgânica realizada em uma amostra de água de um determinado curso d'água. A presença de alto teor de matéria orgânica pode induzir à extinção do oxigênio na água, provocando o desaparecimento de peixes e outras formas de vida aquática aeróbicas. A polaridade é mensurada no sentido de que quanto menor melhor. Esse indicador mede o nível de poluição da água, quanto mais matéria orgânica houver, maior será o DBO.

Tal indicador é fundamental para o monitoramento e a análise dos bioindicadores, tais como peixes e outras formas de vida aquática, demonstrando, em última análise, a evolução ou não das ações implementadas para melhora do IQA, intimamente ligado a análise do DBO.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercício de 2010

Ano	DBO (mg/l)
2001	43
2002	18
2003	13,8
2004	7,8
2005	10,8
2006	6,8
2007	6,3
2008	6,3
2009	6,6

FONTE: IGAM.

NOTA: (1) A tabela teve a série ampliada em relação ao Caderno de Indicadores 2009.

O presente indicador objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA).

2) Número de rios com Índice de Qualidade da Água Médio acima de um patamar estabelecido

O indicador mensura o quadro geral relativo a 11 bacias hidrográficas selecionadas no âmbito do Estado de Minas Gerais, a saber: Rio Araguari, Rio Doce, Rio Jequitinhonha, Rio Mucuri, Rio Pará, Rio Pomba, Rio Paraopeba, Rio Pardo, Rio São Francisco – Norte, Rio São Francisco – Sul e Rio Verde.

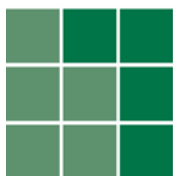
A tabela a seguir retrata o número de cursos d'água com IQA acima do patamar estabelecimento para os anos de 2007 a 2009. A polaridade estabelecida para o presente indicador é de quanto maior melhor:

Exercício de 2010

Ano	Acima de 60	Acima de 70
2007	11	3
2008	10	3
2009	7	2

FONTE: IGAM.

O IQA médio para o Rio das Velhas na área do projeto estruturador “Revitalização da Bacia do Rio das Velhas – Meta 2010”, a partir de 2001, ano do início do monitoramento do rio, está demonstrado na tabela a seguir, a qual permite avaliar a série histórica e acompanhar o resultado das ações de governo implementadas, podendo demonstrar a eficácia ou não de seus resultados:



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercício de 2010

Ano	IQA médio
2001 ⁽¹⁾	33,8
2002	31,1
2003	36,1
2004	41,1
2005 ⁽²⁾	39,7
2006	41,1
2007	38
2008	38,2
2009	40,9

FONTE: IGAM.

NOTA: A tabela teve a série ampliada em relação ao Caderno de Indicadores 2009;

1 - Nos anos 2001 a 2004 não foram coletadas amostras na estação BV133.

2 - Em 2005 foi coletada amostra da estação BV133 apenas na última coleta do ano (4º Trimestre). A partir daí, a coleta nesta estação passou a ser rotineira.

O indicador em epígrafe objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA).

3) Percentual da população urbana com acesso à disposição adequada de resíduos sólidos urbanos

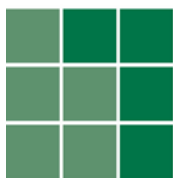
O indicador identifica o percentual da população urbana de determinado espaço geográfico cujos resíduos sólidos são adequadamente tratados, devidamente licenciados ou que tenham obtido a Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF - pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA. É de fundamental importância o acompanhamento e análise do presente indicador para aferição do programa Resíduos Sólidos – projeto Minas sem Lixões.

Exercício de 2010

Ano	Número de municípios com solução para resíduos licenciada ou com AAF	População com acesso a disposição adequada de resíduos sólidos urbanos (%)
2001	30	27,2
2002	31	19,3
2003	39	19,8
2004	58	28,8
2005	80	34,5
2006	92	38,7
2007	109	41,3
2008	182	46,6
2009	224	50,2

FONTE: FEAM/MG.

NOTA: Dados alterados em relação ao Caderno de Indicadores 2009 devido a alteração na linha de base.



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



O indicador em questão objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de aumentar o percentual da população com acesso à disposição adequada de lixo.

4) Saldo da atividade antrópica na cobertura vegetal nativa

O presente indicador refere-se à diferença entre a área cuja cobertura vegetal nativa foi suprimida e a área em que foi efetivada a recuperação com o plantio de espécies nativas em determinado espaço geográfico e ano. Ressalta-se a importância da análise do indicador em epígrafe, para aferição do programa Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica.

Exercício de 2010

Ano	Saldo da Cobertura Vegetal (ha)
2006	-73.678,70
2007	-50.085,00
2008	-48.519,60
2009 ⁽¹⁾	-13.335,00

FONTE: Ufla; Sismat/IEF.

NOTA: 1 - Valor calculado sob nova metodologia que apura os dois termos do indicador segundo o ano agrícola (2008/2009).

O presente indicador objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de aumentar o percentual do território com cobertura vegetal nativa (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga).

5) Taxa de Tratamento de Esgoto

O indicador expressa o percentual médio de esgoto sanitário tratado em relação ao esgoto sanitário gerado. A polaridade é a de quanto maior melhor. A taxa de tratamento de esgoto na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na Área do projeto Revitalização do Rio das Velhas – Meta 2010 – 2005 – 2009.

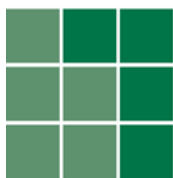
Exercício de 2010

Ano	Taxa de Tratamento de Esgoto ⁽¹⁾ (%)	
	Na RMBH	Na área da Meta 2010
2005	22,9	27,2
2006	25,8	30,7
2007	37,9	45,2
2008	41,8	49,9
2009 ⁽¹⁾	46,5	53,8

FONTE: Copasa.

NOTA: (1) Os valores representam as taxas dos sistemas operados pela Copasa.

O indicador em questão reflete indireta e transversalmente no alcance do resultado finalístico do PMDI de aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA). Ressalta-se a relevância do indicador em tela, para análise e aferição da eficácia das ações dos programas Resíduos Sólidos – projeto Minas sem Lixões e Revitalização do Rio das Velhas.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.7.2 Indicadores Agregados

Refletindo acerca das mudanças climáticas e visando mitigar o aquecimento global, cabe sublinhar que, dentre os resultados finalísticos previstos, não está contemplada a melhoria da qualidade do ar. Sendo *conditio sine qua non* para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável, sugere-se a inclusão do indicador IQAr, que deve ser também inserido na Área de Resultado Rede de Cidades e Serviços e da Logística de Integração e Desenvolvimento.

1) Índice de Qualidade do Ar – IQAr

Embora conste, na Área de Resultado Qualidade Ambiental do PMDI, indicadores de Água, Solo e Biodiversidade, faz-se necessário inserir o indicador de Qualidade do Ar, para que seja realizado o monitoramento, determinando o nível de concentração de um grupo de poluentes universalmente selecionados devido à sua maior frequência de ocorrência na atmosfera e aos efeitos adversos que causam ao meio ambiente. São eles: material particulado (poeira); dióxido de enxofre (SO₂); monóxido de carbono (CO); óxidos de nitrogênio (NO_x); hidrocarbonetos (HC) e ozônio (O₃). A Resolução Conama 03/90 define limites máximos de concentração que, quando ultrapassados, podem afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos ao meio ambiente em geral.

Assim, sugere-se a inclusão dos Índices de Qualidade do Ar - IQAr.

2) Índice de Desempenho da Política Pública de Meio Ambiente - IDPA

Com o advento da publicação do Decreto Estadual 45.338/10, Minas adotou a utilização do indicador Índice de Desempenho da Política Pública de Meio Ambiente - IDPA, visando subsidiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas públicas de meio ambiente e projetos na área do desenvolvimento sustentável. O IDPA definido e calculado, a partir da análise e pelo somatório dos índices de qualidade do Ar, Água, Solo, Biodiversidade, desempenho Institucional e fatores Socioeconômicos, é dado pela seguinte expressão: IDPA = IAR + IÁGUA + ISOLO + IBIOD + IINST + ISOCE.

O Decreto que instituiu o IDPA determina que o índice seja calculado anualmente e publicado no Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, tendo, como ano base, o ano anterior ao da publicação.

Registra-se que a data de divulgação, 5/6/11, é posterior ao fechamento do Relatório Técnico das Contas, acerca do exercício anterior. Com vistas à apuração dos resultados das políticas públicas implementadas pelo Estado no exercício em exame, sugere-se que a FEAM divulgue o IDPA no Dia Mundial da Água, 22 de março.

Para efeito de contextualização, os indicadores em questão balizaram a análise dos 9 programas e 60 ações compreendidas nessa Área de Resultado. Com vistas a análise dos resultados das políticas ambientais empreendidas foram destacados os programas estruturadores Conservação do Cerrado e da Mata Atlântica, Resíduos Sólidos – projeto Minas sem Lixões e Revitalização do Rio das Velhas – Meta 2010.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.7.3 Programas contemplados na Área de Qualidade Ambiental, segundo o PPAG período compreendido de 2008 a 2010

Exercícios de 2008 a 2010

Em R\$

Programas	UO	Despesa Realizada								
		2008	AV %	% s/ Créd. Aut.	2009	AV %	% s/ Créd. Aut.	2010	AV %	% s/ Créd. Aut.
10 Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica	SEMADS	65.747.539,30	38,08	90,52	25.138.545,36	17,77	70,26	18.842.868,76	16,30	39,65
11 Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas	IGAM	7.697.038,21	4,46	63,65	7.771.918,07	5,49	73,74	19.029.484,05	16,46	72,28
45 Resíduos Sólidos	SEMADS	6.885.019,88	3,99	93,16	9.525.296,69	6,73	93,76	8.692.939,19	7,52	98,30
46 Revitalização do Rio das Velhas - Meta 2010	SEMADS	9.268.970,00	5,37	97,23	1.968.860,42	1,39	96,45	730.379,77	0,63	53,76
Total Programas Estruturadores		89.598.567,39	51,89	88,14	44.404.620,54	31,38	75,88	47.295.671,77	40,91	56,27
105 Gestão Ambiental Integrada	SEMADS	9.041.143,80	5,24	88,69	3.685.855,37	2,60	87,43	3.248.084,29	2,81	78,02
109 Proteção da Biodiversidade E Unidades de Conservação	IEF	17.917.483,75	10,38	81,91	11.292.000,35	7,98	63,05	17.513.271,43	15,15	64,49
110 Melhoria da Qualidade Ambiental	FEAM	5.166.627,39	2,99	82,12	1.069.575,97	0,76	90,92	423.372,41	0,37	70,56
113 Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos	IGAM	50.939.934,84	29,50	30,79	71.682.419,69	50,66	74,64	37.872.744,95	32,76	63,40
182 Monitoramento e Fiscalização Ambiental	SEMADS	-	-	-	9.360.718,76	6,62	84,57	9.268.387,19	8,02	87,82
Total Programas Associados		83.065.189,78	48,11	40,76	97.090.570,14	68,62	74,45	68.325.860,27	59,09	66,85
Total da Área		172.663.757,17	100,00	56,53	141.495.190,68	100,00	74,89	115.621.532,04	100,00	62,08
Despesa Total do Estado no Exercício		43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %		0,40			0,30			0,21		

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

1.7.3.1 Programas destacados dentre os constantes na área Qualidade Ambiental

Programa Estruturador 10 - Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica

Objetivo: garantir a efetividade do atendimento ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, visando à ruptura do processo de criminalidade juvenil e sua ressocialização.

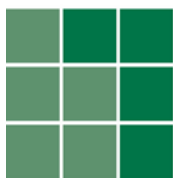
Objetivos Estratégicos (PMDI): conservar o Cerrado e recuperar a Mata Atlântica; ampliar o percentual do território ambientalmente protegido e promover a gestão eficiente das Unidades de Conservação.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar o percentual do território com cobertura vegetal nativa na Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga.

Indicador do programa: taxa de crescimento do número de hectares de unidade de conservação (%) e taxa de crescimento do número de hectares de unidades de conservação regularizados (%).

Resultado do indicador do programa: Cabe registrar que os indicadores do programa em tela, Taxa de Crescimento do Número de Hectares de Unidade de Conservação e Taxa de Crescimento do Número de Hectares de Unidade de Conservação Regularizados são medidos de acordo com o ano agrícola, no período de julho de um ano até junho do ano seguinte. Verificando os dados apresentados em 31/3/11, referentes a 2010, tem-se que os mesmos continuam em apuração, prejudicando a análise desses indicadores.

Quando da análise dos dados disponibilizados, percebe-se quanto da área degradada e/ou antropizada foi recuperada no período compreendido entre 2006 a 2009, e se as ações de recuperação de vegetação nativa implementadas estão sendo capazes de anular as perdas por supressão da Mata Atlântica, Cerrado ou Caatinga. Cabe registrar que o saldo da atividade antrópica na cobertura vegetal atípica apresentou decréscimo considerável, nesse caso positivo, no período compreendido entre 2006 a 2009, conforme caderno de indicadores 2010, demonstrando eficácia da política pública implementada.



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Programa Estruturador 045 – Resíduos Sólidos – projeto 1068 – Minas sem Lixões

Objetivo do programa: promover e fomentar a não geração, a redução, o reaproveitamento, a reciclagem, o tratamento a destinação, a disposição final adequada de resíduos sólidos e a gestão de passivos ambientais, com vistas à melhoria da qualidade ambiental.

Finalidade do projeto Minas sem Lixões: apoiar a manutenção e gestão do Centro Mineiro de Referência em Resíduos para o desenvolvimento da atividade de apoio à gestão integrada de resíduos, com ênfase na reciclagem, por meio da disseminação de informações e capacitação técnica, gerencial e profissionalizante, incluindo-se os catadores organizados de materiais recicláveis, visando à geração de trabalho e à melhoria da qualidade de vida.

Objetivos Estratégicos (PMDI): ampliar o tratamento de resíduos sólidos

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar o percentual da população com acesso à disposição adequada do lixo.

Indicador do programa: percentual da população urbana com acesso à disposição adequada do lixo (%).

Resultado do indicador do programa: Ao analisar o período compreendido entre 2001 a 2009, a série histórica de 27,2% a 50,2%, e em 2010, o percentual de 52,4%, verifica-se uma evolução com a tendência de concretização do resultado finalístico previsto no PMDI, que estabelece para 2011 a meta de 60% da população com acesso à disposição adequada de lixo.

Programa Estruturador 046 – Revitalização do Rio das Velhas – Meta 2010

Objetivo: viabilizar a revitalização do Rio das Velhas em seu trecho metropolitano – Meta 2010 (Navegar, Pescar e Nadar).

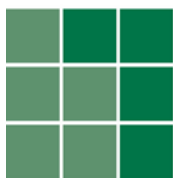
Objetivos Estratégicos (PMDI): aprimorar a gestão das Bacias Hidrográficas, visando à disponibilidade e à Qualidade da Água e a redução dos conflitos em torno de seu uso; bem como, o de reduzir a contaminação da águas de Minas Gerais.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA) do Rio das Velhas.

Indicador do programa: IQA Rio das Velhas (adimensional).

Resultado do indicador do programa: O Caderno de indicadores demonstra que o percentual do IQA médio do Rio das Velhas, na área do projeto Meta 2010, evoluiu de 33,8 para 40,9 no período compreendido entre 2001 a 2009 e, em 2010, foi apurado 44,9, representando melhora na qualidade da água, contudo, para a concretização do resultado finalístico previsto no PMDI, que estabelece, como meta para 2011, o percentual de 67 do IQA médio, será necessária maior eficácia no resultado das ações em implementação.

Em uma análise transversal, insere-se o indicador taxa de tratamento de esgoto, aferido dentro do Programa Revitalização do Rio das Velhas – Meta 2010. A taxa de tratamento na RMBH e na Área do projeto apresentou



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



evolução no período compreendido entre 2005 a 2010, demonstrando um acréscimo no percentual médio de esgoto sanitário tratado, em relação ao esgoto sanitário gerado. Essa taxa foi de 22,9 em 2005 e 46,5 em 2009, demonstrando eficácia das ações do governo.

1.7.4 Conclusão

Embora não tenha sido contemplado no PMDI o indicador de Qualidade do Ar, necessário se faz a sua inclusão como resultado finalístico da área e no Caderno de Indicadores, para verificação da eficácia da sustentabilidade ambiental.

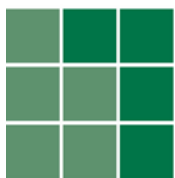
Inclusão do indicador IDPA na Área de Resultado Qualidade Ambiental, bem como no Caderno de Indicadores. A recomendação se faz pertinente, tendo em vista a observância do Decreto Estadual 45.338/10, que adotou o indicador visando subsidiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas públicas de meio ambiente e projetos na área do desenvolvimento sustentável. Releva considerar que a data da divulgação do IDPA, em 04 de junho, é extemporânea para que se realize uma análise dos indicadores do exercício anterior, assim, no que tange à tempestividade da divulgação dos dados do IDPA, e a possível contribuição e aprimoramento dos trabalhos desta equipe técnica, na análise das políticas ambientais implementadas, sugere-se seja antecipada a data de publicação do IDPA.

Instituir metas progressivas para atingir a média nacional de área preservada por Unidades de Conservação.

A exemplo da bacia do rio das Velhas sugere-se o estabelecimento de programas de revitalização com determinação de metas para outras bacias hidrográficas, uma vez que o Programa Revitalização do Rio das Velhas – Meta 2010 representou um marco em Minas Gerais, pois se baseia em um modelo de governança social dos recursos hídricos (Estado nos diferentes níveis federativos, organizações privadas com fins lucrativos e organizações sociais – conselhos de políticas públicas como o CERH, Comitês de Bacia, ONGs, etc.). Contudo, imperioso ressaltar que, para o sucesso das ações desse programa, faz-se necessário um engajamento de vários atores no âmbito público e privado. Para a eficácia dos resultados deve ser considerada a realidade mineira, bem como as dificuldades dos municípios, no que tange aos recursos humanos, financeiros, institucionais, operacionais e de gestão essenciais para as obras de infraestrutura, principalmente nas áreas fora da concessão da COPASA. O programa em epígrafe poderá servir de exemplo no desenho e implementação para outras bacias hidrográficas do Estado

Conclui-se que a análise dos programas, projetos e ações da Área de Resultado Qualidade Ambiental deve ser realizada à luz da transversalidade, intersetorialidade e interdependência das demais áreas do PMDI. É sabido que o aumento do índice da qualidade das águas traz benefícios para toda sociedade, proporcionando melhoria em diversos indicadores sociais, a exemplo da diminuição da mortalidade infantil, um dos indicadores no cálculo do IDH, bem como da dimensão saúde do IMRS, que serve para mensurar a visão de futuro apontada pelo Governo de MG para o Estado.

O IAO dos programas da Área Qualidade Ambiental apresentou percentual de 110%, resultante de uma execução financeira de cerca de 62% e física de cerca de 178%, demonstrando que os recursos poderiam ter sido melhor aproveitados pelo aumento da execução física ou realocação dos créditos orçamentários não utilizados em outras ações (custo de oportunidade).



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.8 Rede de Cidades e Serviços

1.8.1 Caderno de Indicadores 2010

Para aferir a eficácia das ações do governo nesta Área de Resultado, constam os seguintes indicadores:

Exercício de 2010

Indicadores	Ano									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Audiência Geral Média da Rede Minas em BH (%)	-	-	-	-	-	0,6	0,7	0,6	0,5	
Audiência Média das Classes A e B da Rádio Inconfidência FM na RMBH (%)	-	-	-	-	-	2,4	2,6	2,5	2,2	
Desembarque Rodoviário de Passageiros Mineiros nos Destinos Indutores de Fluxo Turístico (em mil)	-	-	8.605	8.842	8.606	9.027	8.960	9.259	8.804	
Nível de Satisfação nos Circuitos Turísticos de MG (varia entre 0 e 10)	-	-	-	-	-	-	8,2	8,3	-	
Projetos Aprovados pelos Programas Estaduais de Incentivo à Cultura	-	-	-	-	-	-	930	992	1.595	
Participação da RMBH nos empregos formais do setor turismo (%) ⁽¹⁾	5,3	6,8	6,9	6,7	6,9	7,2	7,1	7,8	-	
Percentual de Municípios de Minas Gerais com Acesso Pavimentado	-	-	-	74,4	76,2	80,2	83,2	85,5	89,8	
Proporção de Embarque e Desembarque de Passageiros nos Aeroportos da RMBH em relação aos aeroportos do Brasil de porte similar (%)	-	-	4,7	4,3	4,3	4,4	4,6	5,1	4,9	
Proporção de Recursos Financeiros liberados para projetos culturais que beneficiam o Interior do Estado de MG (%) ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	51,8	52,1	48,0	
Público Visitante dos Equipamentos Culturais da Praça de Liberdade	-	-	-	-	-	-	396.682	495.237	410.512	
Taxa Média de Ocupação dos Vãos Internacionais de BH										
BH-Lisboa-BH	-	-	-	-	-	-	-	65,0	66,9	
BH-Miami-BH	-	-	-	-	-	-	-	46,4	68,5	
BH-Panamá-BH	-	-	-	-	-	-	-	-	53,9	
Taxa Média de Ocupação dos Hotéis de Belo Horizonte	-	-	-	-	-	-	73,2	68,4	63,6	

FONTE : Caderno de Indicadores SEPLAG - edição 2010.

NOTA: (1) - Os números absolutos dos empregados no setor turismo nas regiões metropolitanas selecionadas variaram de 81.522 em 2001 para 154.898 em 2008.

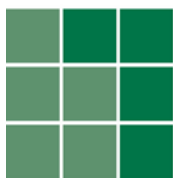
(2) - Os números absolutos dos recursos financeiros liberados para todo o Estado variam de 61.768 milhões em 2007 para 64.159 milhões em 2009.

Numa análise sistêmica, percebe-se que os indicadores da Rede de Cidades e Serviços não estão moldados à área em questão e sim aos programas, não guardando relação com o todo que é caracterizado pela sua heterogeneidade. Dentre os programas estruturadores, destacam-se:

- a) Copa do Mundo 2014 (007) correspondendo aos seguintes indicadores:

Taxa média de ocupação de hotéis de Belo Horizonte; Percentual de municípios de Minas Gerais com acesso pavimentado; e Participação da Região Metropolitana de Belo Horizonte nos empregos formais no setor de Turismo;

- b) Circuitos Culturais de Minas (009) - Público visitante dos equipamentos do circuito cultural Praça da Liberdade;



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



- c) Destinos Turísticos Estratégicos (016) - Taxa média de ocupação de hotéis de Belo Horizonte, tendo como indicador do programa eventos empresariais realizados na Casa de Minas em São Paulo (evento acumulado);
- d) PROACESSO (035) Percentual de municípios de Minas Gerais com acesso pavimentado (%) que também é o indicador do programa;
- e) RMBH (047) IMRS -, Taxa média de ocupação de hotéis de Belo Horizonte e Percentual de municípios de Minas Gerais com acesso pavimentado.

Quanto aos programas associados, anota-se o seguinte:

- a) Apoio Financeiro ao Turismo Mineiro (103) - IMRS, Taxa média de ocupação de hotéis de Belo Horizonte e, como indicador do programa, número de empresas financiadas/ano (empresas atendidas);
- b) Desenvolvimento e Promoção do Turismo (114) - Desembarques Rodoviários de passageiros provenientes de cidades mineiras nos destinos turísticos indutores e Taxa média de ocupação de hotéis de Belo Horizonte;
- c) Radiodifusão (126) e Produção e Difusão Cultural (124), tendo como indicadores o IMRS, Audiência Média das Classes A e B da Rádio Inconfidência FM e Audiência Geral Média da Rede Minas.

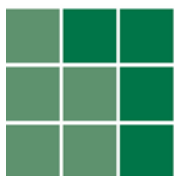
Grifa-se que não constam, dos programas elencados a seguir, os indicadores que abarquem as ações desta área, sendo previsto de forma genérica, como resultado finalístico, o aumento do IMRS, a saber: Governança Metropolitana (112); Gestão e Disseminação da Informação Cultural (118); Apoio ao Fortalecimento da Rede de Cidades (120); Formação e Capacitação Cultural e Artística (121); Fomento à Produção Cultural (123); Infraestrutura Cultural (125); Preservação do Patrimônio Cultural (131); O Estado para os Cidadãos (132) e Telefonia Rural (135).

Para uma análise pontual, informa-se que os dados referentes aos indicadores dos programas executados no exercício de 2010, mais uma vez podem confirmar que os indicadores do Caderno tratam dos programas isoladamente, dificultando uma análise holística da área de resultado em tela. Sugere-se uma adaptação dos indicadores para que se possa ter uma visão da situação do Estado como um todo.

Assim, para que a área em estudo pudesse ser avaliada em termos de seu desempenho, optou-se por realizar uma seleção dos indicadores adotados no Caderno de Indicadores 2010 que mais se aproximassem do conceito de resultados finalísticos e que melhor espelhassem tanto o objeto quanto os objetivos estratégicos declarados pelo Governo de MG para a Área. Dentre os indicadores do Caderno de Indicadores para a Área de Resultados Rede de Cidades e Serviços, a equipe técnica deste TCE elegeu, para fins de análise do desempenho do Estado, o indicador a seguir:

1) Percentual de Municípios de Minas Gerais com Acesso Pavimentado

Esse indicador guarda estreita correspondência com o resultado finalístico de “prover acesso viário pavimentado a todos os municípios mineiros”.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



2) IMRS

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS -expressa o nível de desenvolvimento de cada município mineiro nas dimensões educação, saúde; segurança pública; emprego e renda; gestão; habitação; infraestrutura e meio ambiente; cultura; lazer e desporto.

O IMRS, embora de periodicidade bienal, apresentou até o fechamento desse relatório técnico, apurações com base nos exercícios de 2000, 2002, 2004 e 2006, conforme demonstrado na tabela de forma consolidada, os intervalos de IMRS em que se enquadraram os 853 municípios mineiros nos referidos anos.

Exercício de 2010

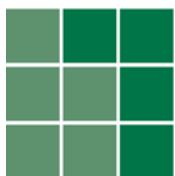
2000			2002			2004			2006		
Intervalo de IMRS		Municípios	Intervalo de IMRS		Municípios	Intervalo de IMRS		Municípios	Intervalo de IMRS		Municípios
0,349	0,5	229	0,384	0,5	178	0,412	0,5	95	0,452	0,5	41
0,501	0,55	233	0,501	0,55	222	0,501	0,55	191	0,501	0,55	154
0,551	0,6	265	0,551	0,6	292	0,551	0,6	305	0,551	0,6	266
0,601	0,65	109	0,601	0,65	135	0,601	0,65	202	0,601	0,65	284
0,651	0,708	17	0,651	0,707	26	0,651	0,739	60	0,651	0,736	108

FONTE: Fundação João Pinheiro.

A série histórica mostra, no geral, evolução no nível de desenvolvimento dos municípios mineiros, cumprindo destacar aqueles com IMRS menor ou igual a 0,500 que, em 2000, somaram 229; em 2002, 178; em 2004, 95 e, em 2006, somente 41.

No outro extremo, em 2000, apenas 17 municípios apresentavam IMRS acima de 0,650, número que foi melhorando, chegando a 2006 com 108 municípios. Entretanto, em 2006, apenas 12 municípios possuíam IMRS acima de 0,7, sendo importante registrar que o Estado estabeleceu uma meta desafiante no PMDI para 2011, de 100 municípios com IMRS nesse patamar.

É oportuno registrar que, analisando a Área de Resultado em tela, percebe-se que a utilização do IMRS como indicador apenas dessa área parece limitada, tendo em vista que o referido indicador deve balizar também a análise das demais áreas para que a visão “Tornar Minas o Melhor Lugar para se Viver” possa ser alcançada.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.8.2 Programas contemplados na Área Rede de Cidades e Serviços, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Exercícios de 2008 a 2010

Em R\$

Cod.	Programa	UO	2008			2009			2010		
			Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.
7	Copa do Mundo 2014	SEPLAG	-	-	-	8.227.545,95	0,53	-	37.217.389,10	2,16	87,49
9	Circuitos Culturais de Minas Gerais	SEC	5.707.595,52	0,52	91,79	12.290.350,41	0,80	121,71	9.441.426,52	0,55	79,85
16	Destinos Turísticos Estratégicos	SETUR	19.749.721,23	1,80	94,53	18.147.285,05	1,18	147,12	6.915.627,00	0,40	84,74
26	Minas Avança	SETOP	45.669.256,68	4,17	99,36	1.041.693.824,42	67,45	2.538,39	585.264.091,80	33,92	97,56
35	Pro-Acesso	SETOP	648.559.638,96	59,25	73,38	229.907.090,21	14,89	18,57	750.696.325,58	43,51	84,05
47	RMBH	SEDEPURB	98.905.055,83	9,04	50,98	45.000,00	0,00	0,02	155.372.102,64	9,01	87,66
Total Programas Estruturadores			818.591.268,22	74,78	71,13	1.310.311.096,04	84,84	84,20	1.544.906.962,64	89,54	89,15
101	Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço	SEDEPURB	-	-	-	79.790,00	0,01	177,31	-	-	-
103	Apoio Financeiro ao Turismo Mineiro	FASTUR	-	-	-	2.400.290,11	0,16	70,58	516.000,00	0,03	65,12
108	Desenvolvimento e Fomento do Turismo	SETUR	1.565.634,69	0,14	72,61	1.538.770,39	0,10	2,94	-	-	-
112	Governança Metropolitana	SEDEPURB	1.110.294,13	0,10	13,34	5.442.304,61	0,35	161,02	397.248,90	0,02	77,52
114	Promoção e Marketing Turístico	SETUR	7.842.560,12	0,72	98,46	423.597,72	0,03	7,52	3.074.381,57	0,18	66,45
118	Gestão e Disseminação da Informação Cultural	SEC	981.804,20	0,09	86,80	49.521.170,72	3,21	6.477,58	212.191,04	0,01	39,73
120	Apoio ao Fortalecimento da Rede de Cidades	SEDEPURB	2.749.812,86	0,25	99,73	1.024.364,10	0,07	2,05	16.721.056,59	0,97	93,60
121	Formação e Capacitação Cultural e Artística	SEC	1.097.462,10	0,10	57,84	246.058,03	0,02	15,42	891.971,88	0,05	53,09
122	Ensino Profissional da Unimontes	UNIMONTES	951.375,55	0,09	89,88	6.327.394,67	0,41	931,07	-	-	-
123	Fomento à Produção Cultural	SEC	4.475.961,24	0,41	42,25	17.064.911,22	1,10	80,63	9.292.771,16	0,54	39,51
124	Produção e Difusão Cultural	SEC	14.138.643,86	1,29	98,60	1.881.812,01	0,12	10,88	18.923.867,97	1,10	98,45
125	Infra-Estrutura Cultural	SEC	3.543.742,33	0,32	96,28	775.998,58	0,05	30,17	1.087.632,98	0,06	90,27
126	Rádiodifusão	DETEL	1.260.992,16	0,12	99,23	4.501.005,76	0,29	436,78	974.201,37	0,06	96,01
131	Preservação do Patrimônio Cultural	IEPHA	5.433.548,99	0,50	70,88	133.563.863,83	8,65	2.098,62	1.566.212,48	0,09	70,94
132	O Estado para os Cidadãos	SETOP	220.258.045,87	20,12	99,51	32.919,73	0,00	0,02	126.759.753,29	7,35	98,56
135	Telefonia Rural	DETEL	34.324,31	0,00	98,07	926.654,36	0,06	2.307,98	29.940,93	0,00	91,56
136	Extensão Universitária da Unimontes	UNIMONTES	1.369.098,11	0,13	86,42	147.674,70	0,01	8,90	-	-	-
138	Gerenciamento e Disseminação da Informação Cultural	UNIMONTES	507.059,06	0,05	80,06	8.175.420,00	0,53	3.348,33	-	-	-
147	Fomento e Interiorização Cultural em Minas Gerais	FEC	8.767.600,00	0,80	61,65	-	-	-	-	-	-
Total Programas Associados			276.087.959,58	25,22	91,01	234.074.000,54	15,16	71,26	180.447.230,16	10,46	89,41
Total da Área			1.094.679.227,80	100,00	75,28	1.544.385.096,58	100,00	81,95	1.725.354.192,80	100,00	89,18
Despesa Total do Estado no Exercício			43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %			2,50			3,26			3,08		

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

1.8.2.1 Programas destacados dentre os constantes na área Rede de Cidades e Serviços

Programa Estruturador 007 – COPA DO MUNDO 2014

Objetivo: Organizar com excelência os eventos FIFA (COPA das Confederações e COPA do Mundo) e a infraestrutura para esses eventos, de forma a deixar um legado para Minas Gerais, orientando-se por padrões internacionais de qualidade e por princípios de sustentabilidade.

Objetivos Estratégicos (PMDI): Planejar e gerir o desenvolvimento da Rede de Cidades Mineiras para adequar sua capacidade de prestação de serviços de educação, saúde, saneamento, assistência social, cultura, transporte, habitação, acesso à internet, inovação tecnológica, formação profissional e gestão ambiental. Fortalecer o sistema de planejamento e gestão urbana, especialmente das cidades-pólo.

Resultados Finalísticos (PMDI): Taxa média de ocupação dos hotéis de BH; Prover acesso viário pavimentados a todos os Municípios Mineiros; e Aumentar o PIB do turismo.

Não há previsão no PPAG de Indicador específico para o programa em tela, embora conste do Caderno os indicadores correlatos aos resultados finalísticos do PMDI.

Programa Estruturador 047 – RMBH

Objetivo: promover a gestão integrada da região metropolitana de Belo Horizonte, tornando-a mais competitiva e elevando a qualidade de vida dos cidadãos metropolitanos.

Objetivos Estratégicos (PMDI): fortalecimento do sistema de planejamento e gestão urbana, especialmente das cidades-polo.

Resultados Finalísticos (PMDI): aumentar o número de municípios com Índice de Responsabilidade Social – IMRS maior que 0,7; aumentar o número de aglomerações e centros urbanos mineiros classificados como metrópoles nacionais e regionais (ordem de 1 a 4) na rede hierárquica nacional de cidades.; taxa média de ocupação dos hotéis de BH.

Indicador do programa: KM acumulados de melhorias e ampliações da infra-estrutura rodoviária. Contudo, para fins de análise do desempenho do Estado, elegeu-se o indicador **Percentual de Municípios de Minas Gerais com Acesso Pavimentado**.

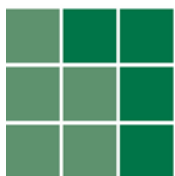
Resultado do indicador: Esse indicador guarda estreita correspondência com o resultado finalístico de “prover acesso viário pavimentado a todos os municípios mineiros” que, de uma situação de 80% em 2007, prevê uma meta de 100% para 2011. A série histórica desse indicador começa em 2004, com 74,4% e vem crescendo ano a ano até chegar em 2009 com 89,8%, mostrando a efetividade no alcance das metas. O indicador também está vinculado ao programa PROACESSO que, a partir de 2011, se consolida ao programa Caminhos de Minas com revisão de metas para se atingir o objetivo de 100%.

1.8.3 Conclusão

Considerando o estudo dessa área de resultado, necessário se fez trazer algumas observações:

- tendo em vista a utilização do IMRS como resultado finalístico apenas da Área de Resultado Rede de Cidades e Serviços, de forma limitada, sugere-se que o referido indicador balize também a análise das demais áreas para que a visão “Tornar Minas o Melhor Lugar para se Viver” possa ser alcançada, inserindo-o no PMDI, a exemplo do IDH;
- faz-se necessária uma adequação dos indicadores com a própria área de resultado e não apenas com os programas nela inseridos, para que se possa fazer uma melhor avaliação dos resultados da política pública implementada nesta área;

Em termos gerais, o Índice de Aproveitamento Orçamentário Total da área apresentou percentual de 86%, resultante de uma execução financeira de 89% e física de 96%, demonstrando que o dispêndio dos recursos obtiveram aderência ao planejamento, com a execução física adequada a alocação dos créditos orçamentários (custo de oportunidade).



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.9 Logística de Integração e Desenvolvimento

1.9.1 Caderno de Indicadores 2010

Com o intuito de monitorar e aferir as políticas públicas implementadas, bem como a verificação dos Resultados Finalísticos, o Caderno de Indicadores/2010 contempla os Indicadores da Área de Resultados Logística de Integração e Desenvolvimento, segundo tabela a seguir.

Exercício de 2010

Indicadores	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Número de acidentes em Rodovias (por 10.000 veículos)	42,6	45,1	43,2	42,2	42,3	41,3	43,7	45,6	39,8
Número de radares em operação	-	-	-	-	-	-	-	18	26
Malha Rodoviária de MG em más ou péssimas condições de trafegabilidade (km)	-	-	-	-	-	-	-	3.044	1.959
Malha Rodoviária de MG em más ou péssimas condições de trafegabilidade (%)	-	-	-	-	-	-	24,7	22,0	13,0
Malha Rodoviária contratada pelo PRO-MG (km)	-	-	-	-	-	-	1.795	3.280	4.910
Malha Rodoviária contratada pelo PRO-MG (%)	-	-	-	-	-	-	11,4	20,9	31,3

FONTE: Caderno de Indicadores 2010 e EpR - SEPLAG.

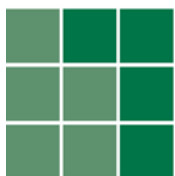
Para melhor elucidação dos resultados encontrados nessa área, foram selecionados os indicadores que melhor expressam a política pública implementada no setor de transportes, quais sejam:

1) Acidentes nas Rodovias Estaduais e Federais Delegadas, por 10.000 veículos

O indicador expressa o número de acidentes ocorridos em determinado espaço geográfico, em relação à frota de veículos existentes nesse mesmo espaço geográfico, no ano de referência. Percebe-se um avanço no âmbito do resultado dessa política pública, pois além de possuir série histórica, propiciando melhor análise, conforme registrou-se em 2009, com o total de 39,8, demonstra a queda ocorrida no período. Tais índices mostram o trabalho ostensivo do Estado nas campanhas contra acidentes de trânsito, bem como evolução na aplicação da legislação.

2) Malha Rodoviária de MG em más ou péssimas condições de trafegabilidade

O indicador, em 2007, registrou 24,7%, reduzindo quase à metade em 2009 (13,0%), demonstrando um bom desempenho na política pública implementada pelo Estado, na melhoria da malha rodoviária, o que se percebe também no indicador anterior que traz os km em boas condições da mesma malha rodoviária.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010 CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1.9.2 Indicador Agregado

1) IQAr

Sugere-se a inclusão do IQAr para que se possa mensurar os padrões de qualidade de ar e se seu desempenho está sendo adequado. Esse indicador, contudo, pode ser agregado para a avaliação das Áreas de Resultados Qualidade Ambiental e Rede de Cidades e Serviços, uma vez que suas ações e resultados são transversais às demais áreas, afetando a qualidade de vida de toda a sociedade. Tais ações devem refletir a vontade política de fomentar no Estado, o desenvolvimento sustentável, tornando Minas o melhor lugar para se viver.

1.9.3 Programas contemplados na Área Logística de Integração e Desenvolvimento, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Exercícios de 2008 a 2010											Em R\$	
Programa			UO	Despesa Realizada								
Cod.	Descrição	2008		AV %	% s/ Créd. Aut.	2009	AV %	% s/ Créd. Aut.	2010	AV %	% s/ Créd. Aut.	
PROMG Pleno - Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas												
38	Gerais	SETOP	206.585.459,53	29,55	63,27	379.565.751,34	61,76	90,28	204.174.287,16	35,67	91,18	
56	Potencialização da Infra-Estrutura Logística da Fronteira Agroindustrial	DER	45.937.843,75	6,57	73,98	15.474.299,18	2,52	91,80	38.446.257,87	6,72	93,02	
57	Programa de Aumento da Capacidade e Segurança dos Corredores de Transporte	DER	83.235.483,06	11,91	75,61	63.187.064,31	10,28	67,81	108.292.087,37	18,92	91,68	
Total Programas Estruturadores			335.758.786,34	48,03	67,33	458.227.114,83	74,56	86,38	350.912.632,40	61,31	91,53	
116	Caminhos de Minas	RURALMINAS	2.743.040,00	0,39	8,56	8.510.275,30	1,38	92,41	3.362.390,68	0,59	59,15	
128	Programa de Manutenção da Rede Rodoviária	DER	173.874.240,43	24,87	69,54	120.433.331,24	19,60	90,12	188.212.513,89	32,89	93,94	
151	Programa Máquinas para o Desenvolvimento	FUNDOMAQ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
152	Programa Aeroportuário de Minas Gerais - PROAERO	SETOP	106.328.153,12	15,21	83,06	-	-	-	-	-	-	
186	Melhoria da Infra-Estrutura dos Acessos Viários	SETOP	1.458.366,34	0,21	36,75	-	-	-	-	-	-	
194	Corredores Radiais de Integração e Desenvolvimento	DER	5.531.886,00	0,79	100,00	2.680.939,32	0,44	96,96	3.500.000,00	0,61	99,89	
216	Programa de Pavimentação de Rodovias	DER	21.742.452,77	3,11	42,88	24.424.226,97	3,97	82,91	22.885.249,21	4,00	95,06	
223	Programa de Duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR/381)	DER	3.342.341,87	0,48	29,76	286.031,90	0,05	13,18	3.448.692,16	0,60	83,86	
225	Operação de Vias	DER	48.269.865,89	6,91	68,31	-	-	-	-	-	-	
Total Programas Associados			363.290.346,42	51,97	65,79	156.334.804,73	25,44	77,32	221.409.045,94	38,69	89,88	
Total da Área			699.049.132,76	100,00	66,52	614.561.919,56	100,00	83,88	572.321.678,34	100,00	90,89	
Despesa Total do Estado no Exercício			43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08			
Percentual da Despesa Total %			1,60			1,30			1,02			

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI

Os programas da área de Logística de Integração e Desenvolvimento foram analisados de forma global, não sendo realizada a análise específica de cada programa.

1.9.4 Conclusão

Em análise aos indicadores para aferição do desempenho dos programas dessa Área de Resultado, verificou-se uma boa performance com redução do número de acidentes e de mortes, bem como melhora nas condições das estradas. Não obstante os avanços alcançados, cabe uma reflexão acerca do modelo de mobilidade adotada pelo Estado de Minas. Depreende-se, da análise transversal realizada sobre os programas, projetos e ações dessa Área de Resultado, que o foco é o transporte rodoviário e a melhora nas condições das rodovias. Contudo, para uma mobilidade eficaz no território mineiro, faz-se necessário repensar a implementação da própria política pública e a avaliação de seus impactos de resultados refletindo acerca da queima indiscriminada de combustível fóssil, emissão de gases de efeito estufa, mudanças climáticas, bem como o desenho e o marco lógico dos programas de transporte e seus efeitos não previstos. As pesquisas científicas apontam como o principal motivo das mudanças climáticas a emissão antrópica de Gases de Efeito Estufa - GEE.

Em face dos problemas advindos pela emissão de GEE e considerando medidas para mitigação das mudanças climáticas, sugere-se a inclusão de programas que contemplem políticas alternativas de mobilidade para a implementação de transporte sustentável no Estado. Na área de logística, verifica-se um foco excessivo no modal rodoviário, sem projetos que contemplem outros modais, tais como ferrovias, hidrovias e aeroportos. Com vistas à implementação de um desenvolvimento sustentável, faz-se necessária a integração dos governos nacional, estaduais e municipais, agindo de forma preventiva, precautória e eficaz para cumprir as obrigações internacionais e nacionais de proteção do meio ambiente à luz da Convenção de Mudança Climática, Protocolo de Kyoto e Carta da Amazônia.

Necessário se faz inclusão do IQAr para que se possa mensurar os padrões de qualidade de ar e se seu desempenho está sendo adequado. Esse indicador, contudo, pode ser agregado para a avaliação das Áreas de Resultados Qualidade Ambiental e Rede de Cidades e Serviços, uma vez que suas ações e resultados são transversais às demais áreas, afetando a qualidade de vida de toda a sociedade. Tais ações devem refletir a vontade política de fomentar no Estado, o desenvolvimento sustentável, tornando Minas o melhor lugar para se viver.

O Índice de Aproveitamento Orçamentário da área apresentou percentual de cerca de 116%, resultante de uma execução financeira de cerca de 91% e física de 130%, demonstrando que os recursos poderiam ter tido melhor aproveitamento, ou aumentando-se a execução física ou alocando-se os créditos orçamentários não utilizados em outras ações (custo de oportunidade).

1.10 Inovação, Tecnologia e Qualidade

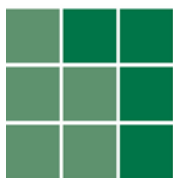
1.10.1 Caderno de Indicadores 2010

Os indicadores desta área de resultado apresentados no Caderno 2010 da SEPLAG – Estado para Resultados são:

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Contratos de Exploração de Patentes e Fornecimento de Tecnologia (nº)	28	21	19	33	25	19	29	48	10
Pedidos de Patentes Depositados no Brasil (nº)	556	551	619	611	590	606	669	529	-
Núcleos de Inovação Tecnológica Consolidados (nº) *	-	-	-	-	-	-	4	3	3
Empresas do Arranjo Produtivo Local de Software Certificadas (nº)	-	-	1	0	2	1	15	9	12
Produtos ou Processos Certificados nas Empresas do Arranjo Produtivo Local de Biotecnologia (nº)	-	-	-	-	-	25	19	23	28
Municípios Livres de Casos de Febre Amarela (nº)	853	853	853	853	853	853	853	853	853
Propriedades Aptas a Fornecer Bovinos para Exportação (nº)	-	-	-	-	-	0	123	888	-
Propriedades Produtoras de Café com Certificação Internacional (nº) *	-	-	-	-	-	-	-	383	1.025
Média de Publicações por Pesquisadores Mineiros	-	0,19	-	0,15	-	0,17	-	0,26	-
Média Trienal de Matriculados em Doutorado nos cursos de Pós-Graduação com notas 5, 6 ou 7 na CAPES em Universidades Mineiras	1.450	1.556	1.653	1.717	1.800	1.872	1.952	2.008	-
Média Trienal de Teses de Doutorado Defendidas e Aprovadas nos Programas de Pós-Graduação com notas 6 ou 7 pela avaliação CAPES	160	180	202	208	229	230	240	241	241
Relação entre o volume de Recursos Alavancados e o Orçamento do Tesouro Alocado na FAPEMIG (%)	-	-	3,6	3,2	3,9	9,3	4,2	10,9	17,9
Volume de Recursos do Setor Privado e de suas Entidades Representativas Investido em C, T & I Induzido pelas Parcerias com a FAPEMIG (R\$ mil)	-	-	-	-	1.200,00	2.599,90	1.101,00	10.566,70	14.599,50

FONTE: Caderno de Indicadores 2010 - SEPLAG/EpR.

(*) indicadores analisados.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



1) Núcleos de inovação tecnológica consolidados

O indicador corresponde ao número de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT - consolidados por meio de ação do projeto estruturador Rede de Inovação Tecnológica (RIT). O projeto tem como objetivo ampliar a capacidade de inovação tecnológica do setor produtivo mineiro.

Os núcleos são constituídos dentro de Institutos de Ciência e Tecnologia – ICT - com a responsabilidade de atuar junto ao processo de inovação, de proteção à propriedade intelectual e de comercialização das tecnologias geradas nessas instituições.

Esse indicador liga-se a todos os objetivos estratégicos definidos para essa área de resultados, quais sejam, “Fortalecer a competitividade e ampliar a capacidade de inovação das empresas e dos arranjos produtivos mineiros; Formar e qualificar mão de obra alinhada à demanda do setor produtivo; Fortalecer a rede de inovação tecnológica em todo o território mineiro; Fortalecer a articulação entre a rede de ciência, tecnologia e inovação e o setor produtivo e Assegurar a conformidade dos produtos mineiros, segundo padrões internacionais de qualidade”.

2) Propriedades produtoras de café com certificação internacional

O indicador refere-se ao número de propriedades produtoras de café certificadas por certificadora internacional.

A ação de certificação de propriedades de café é executada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA -, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG -, no âmbito do projeto estruturador Certifica Minas.

As propriedades são certificadas após aplicação do Código de Boas Práticas de Produção do programa de certificação, que é acompanhada pela Emater-MG e auditada pelo IMA. São computadas somente as propriedades certificadas no âmbito do Certifica Minas. As propriedades certificadas de forma independente não são contabilizadas.

A certificação é oficializada por meio do documento Certificado de Propriedade Certificada, emitido por certificadora internacional credenciada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Esse indicador liga-se ao objetivo estratégico do PMDI de “Assegurar a conformidade dos produtos mineiros, segundo padrões internacionais de qualidade”, bem como ao resultado finalístico de “Ampliar o número de propriedades produtoras de café com certificação internacional”.

1.10.2 Indicadores não abordados

Esses indicadores não foram analisados por ter sido adotado, como critério, a seleção daqueles que tinham relação direta com os programas estruturadores, ficando os demais, devido às suas complexidades, para uma possível abordagem nos próximos relatórios técnicos.

1) Contratos de exploração de patentes e fornecimento de tecnologia

O indicador refere-se ao número de contratos de tecnologia, dos tipos exploração de patente (transferência de tecnologia) e fornecimento de tecnologia (aquisição de conhecimentos tecnológicos), averbados pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

2) Pedidos de patentes depositados no Brasil

O indicador corresponde ao número de pedidos de patentes depositados no INPI por residentes domiciliados no Estado de Minas Gerais.

O INPI define patente como um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou a outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação.

Neste indicador são computados os pedidos de patentes das categorias Privilégio de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição e Tratado de Cooperação de Patentes.

3) Empresas do arranjo produtivo local de software certificadas

O indicador refere-se ao número de empresas integrantes do Arranjo Produtivo Local – APL - de Software da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - certificadas pelo Capability Maturity Model Integrated (CMMI) e pela Melhoria do Processo de Software Brasileiro - MPSBR.

O processo CMMI segue uma linha evolutiva, em que as empresas alcançam graus sucessivos de competência, que vão do nível de maturidade 2, denominado repetível, até o nível de maturidade 5, considerado otimizado.

4) Produtos ou processos certificados nas empresas do arranjo produtivo local de biotecnologia

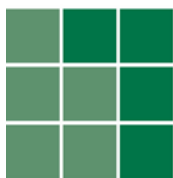
O indicador refere-se ao número de certificações aferidas a produtos ou a processos nas empresas integrantes do APL de Biotecnologia na RMBH.

A ação de certificação é executada no âmbito do projeto estruturador Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Eletroeletrônicos e Softwares. Este projeto tem como objetivo ampliar a capacidade competitiva dos arranjos produtivos de elevado conteúdo tecnológico de forma auto-sustentável.

5) Média de publicações por pesquisadores mineiros

O indicador refere-se à relação entre o número de publicações de pesquisadores domiciliados em Minas Gerais indexadas no Institute for Scientific Information – ISI - e o número de pesquisadores domiciliados no Estado cadastrados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Em relação às publicações, são considerados todos os tipos de documentos, em qualquer língua, da base de dados Science Citation Index Expanded - SCI-Expanded. Já os dados do número de pesquisadores são levantados no Diretório dos Grupos de Pesquisa, na base Censos do CNPq.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



6) Média trienal de matriculados em doutorado nos cursos de pós-graduação com nota 5, 6 ou 7 na CAPES em universidades mineiras

O indicador corresponde à média trienal do número de matriculados em cursos de doutorado nos programas de pós-graduação de Minas Gerais nas áreas de conhecimento Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, e Engenharias com nota 5, 6 ou 7 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - referente ao período 2001-2003.

7) Média trienal de teses de doutorado defendidas e aprovadas nos programas de pós-graduação com nota 6 ou 7 pela avaliação CAPES

O indicador corresponde à média trienal do número de teses de doutorado defendidas e aprovadas nos centros de pós-graduação de Minas Gerais das áreas de conhecimento Ciências Agrárias, Biológicas, Exatas e da Terra, Engenharias, Ensino de Ciências e Matemática, e Multidisciplinar que obtiveram nota 6 ou 7 na avaliação trienal da CAPES referente ao período 2004-2006.

8) Percentual de municípios livres de casos de febre aftosa

O indicador refere-se à relação entre o número de municípios mineiros que não tiveram registros de casos de febre aftosa em bovinos ou bubalinos e o número total de municípios de Minas Gerais.

O Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA - é o órgão estadual responsável pela execução das políticas públicas de produção, educação, saúde, defesa e fiscalização sanitária animal e vegetal, visando à preservação da saúde pública, do meio ambiente e ao desenvolvimento do agronegócio.

Assim, o IMA é responsável por garantir que o rebanho bovino mineiro não seja acometido de doenças como a febre aftosa. Para tanto, o órgão fiscaliza e inspeciona sistematicamente toda a cadeia produtiva para a produção de carne bovina no Estado.

9) Propriedades aptas a fornecer bovinos para exportação

O indicador refere-se ao número de propriedades rurais produtoras de bovinos ou bubalinos classificadas como aptas a fornecer carne para exportação. É considerada apta a propriedade que atende aos pré-requisitos de manejo sanitário, zootécnico e nutricional previstos nos normativos estaduais e federais, que estão em conformidade com exigências do mercado internacional.

O número de propriedades aptas é levantado a partir de três fontes: (a) Relatório de Estabelecimentos Rurais Aprovados – ERAS - do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV -, referente às propriedades aptas a exportar para a União Europeia; (b) Relatório Geral, referente às propriedades com pendências na habilitação para exportar para a União Europeia, mas aptas a exportar para outros países; e (c) Relatório “Formulário B”, referente às propriedades consideradas aptas, pelo veterinário responsável, a exportar para outros países, exceto os que integram o ERAS e o Relatório Geral. Esses modelos de relatório são definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

10) Relação entre o volume de recursos alavancados e o orçamento do tesouro alocado na FAPEMIG

O indicador refere-se à razão entre o volume de recursos alavancados pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e o volume de recursos inicialmente alocado pelo tesouro estadual no orçamento da FAPEMIG. Entende-se por alavancado qualquer recurso externo ao Estado, não proveniente do Tesouro Estadual, captado pela FAPEMIG para ser executado no orçamento da instituição.

11) Volume de recursos do setor privado e de suas entidades representativas investido em C,T&I induzido pelas parcerias com a FAPEMIG

O indicador refere-se ao montante de recursos captados pela FAPEMIG, por meio de parcerias firmadas com a iniciativa privada e com suas entidades representativas, para serem investidos em atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I.

São computados os recursos obtidos junto às entidades empresariais (FIEMG, SEBRAE, CNI), captados por meio de parcerias firmadas com a FAPEMIG (programas) e os recursos alavancados por meio de contrapartidas apresentadas pelas empresas nos projetos aprovados pela FAPEMIG (projetos). As empresas devem necessariamente possuir matriz ou filial sediadas no território mineiro.

Os programas visam apoiar empresas inovadoras na realização de pesquisas e projetos científicos e tecnológicos, que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Os projetos são propostas encaminhadas à FAPEMIG, e por ela aprovadas, para o desenvolvimento de uma tecnologia, produto ou processos.

1.10.3 Indicadores Agregados

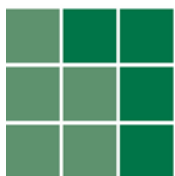
1) Número de Mestres e Doutores por mil habitantes em Minas Gerais

Buscou-se com este indicador mensurar o número de teses defendidas (concluídas) dos cursos na área em estudo em relação ao total de habitantes, em nível nacional e estadual, no exercício de 2010, para obter uma visão de quantos mestres doutores se formam a cada ano. Os dados foram obtidos mediante informações da CAPES e do Censo de 2010.

2) Volume de recursos investidos pelo Estado em Ciência e Tecnologia nos últimos 3 anos em relação à despesa total do Estado

O objetivo deste indicador é demonstrar o quanto o Estado de Minas Gerais vem investindo em Ciência e Tecnologia nos últimos 3 anos. Para tanto foi elaborada a tabela a seguir:

Despesas com Ciência e Tecnologia e Despesas Totais do Estado



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercícios 2008 a 2010

Em R\$

Ano	Área de Resultado I, T e Q (A)	AV	Função 19- Ciência e Tecnologia (B)	AV	Despesa Realizada (Fiscal + Investimento) (C)	AV	A / C %	B / C %	B / A %
2008	415.916.655,31	100,00	313.591.176,43	100,00	43.708.819.423,18	100,00	0,95	0,72	75,40
2009	237.964.233,88	57,21	239.233.570,14	76,29	47.381.905.333,35	108,40	0,50	0,50	100,53
2010	269.143.898,77	64,71	279.914.702,04	89,26	55.997.530.800,08	128,11	0,48	0,50	104,00

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

1.10.4 Programas contemplados na Área Inovação, Tecnologia e Qualidade, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Exercício de 2008 a 2010

Em R\$

Programa			2008			2009			2010		
Cod.	Descrição	UO	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.
3	Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Eletroeletrônicos e Softwares	SECTES	35.525.800,00	8,54	100,00	11.338.350,03	4,76	29,60	8.954.170,57	3,33	24,89
42	Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado	SECTES	20.273.564,88	4,87	65,45	18.893.306,83	7,94	87,62	17.217.948,90	6,40	52,53
43	Rede de Inovação Tecnológica	SECTES	20.787.851,50	5,00	99,95	14.906.155,86	6,26	56,14	14.937.688,97	5,55	44,23
50	Certifica Minas	IMA	13.824.298,13	3,32	96,76	15.593.763,85	6,55	88,73	13.686.592,57	5,09	80,21
Total Programas Estruturadores			90.411.514,51	21,74	89,00	60.731.576,57	25,52	58,40	54.796.401,01	20,36	45,82
129	Ensino Superior da Unimontes	UNIMONTES	1.393.799,73	0,34	42,04	2.207.163,42	0,93	56,90	4.659.372,34	1,73	54,50
130	Desenvolvimento de Pesquisa Científica	UNIMONTES	1.250.683,23	0,30	53,86	1.094.365,93	0,46	42,96	1.121.181,58	0,42	83,36
136	Extensão Universitária da Unimontes	UNIMONTES	-	-	-	-	-	-	1.940.797,63	0,72	43,54
138	Gerenciamento e Disseminação da Informação Cultural	UNIMONTES	-	-	-	-	-	-	126.082,78	0,05	99,67
140	Desenvolvimento do Ensino Superior na UEMG	UEMG	11.629.475,25	2,80	71,80	13.468.227,53	5,66	42,31	22.662.635,04	8,42	31,71
143	Qualificação e Capacitação Profissional	UTRAMIG	1.399.009,45	0,34	93,27	1.259.358,53	0,53	74,02	1.101.146,04	0,41	82,69
145	Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação em Minas Gerais - Minas Comunica	FUNDOMIC	107.210.000,00	25,78	66,08	6.820.000,00	2,87	99,99	-	-	-
168	Rede Mineira do Conhecimento	SEDECON	114.747,29	0,03	57,37	160.231,33	0,07	80,12	-	-	-
177	Modernização Institucional	CETEC	-	-	-	-	-	-	439.101,97	0,16	27,97
185	Programa de Defesa Sanitária	IMA	8.656.876,26	2,08	87,54	2.144.511,91	0,90	34,80	3.832.203,35	1,42	54,69
190	Serviços Tecnológicos	CETEC	-	-	-	-	-	-	5.432.988,52	2,02	99,99
192	Verificação e Fiscalização Metroológica e da Qualidade	IPEM	2.334.136,11	0,56	96,98	2.517.839,44	1,06	95,95	1.851.681,42	0,69	82,03
199	Incentivo à Inovação Tecnológica	FIIT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
210	Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária	EPAMIG	12.301.957,00	2,96	55,55	15.566.353,61	6,54	90,73	6.363.272,49	2,36	33,25
211	Indução ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	SECTES	1.940.743,45	0,47	93,86	2.447.401,52	1,03	37,61	160.015,70	0,06	65,12
228	Pesquisa, Desenvolvimento e Serviços Tecnológicos	CETEC	6.231.349,80	1,50	91,61	4.734.953,40	1,99	68,77	1.235.828,64	0,46	56,97
242	Supervisão e Expansão do Ensino Superior	SECTES	509.720,52	0,12	99,95	587.276,62	0,25	79,90	32.666,08	0,01	47,31
249	Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação, Redes de Pesquisa, Publicações e Divulgação em Ciência e Tecnologia	FAPEMIG	10.000.000,00	2,40	100,00	-	-	-	-	-	-
257	Programa de Captação de Recursos Externos para Apoio a Pesquisa no Estado de Minas Gerais	FAPEMIG	12.253.062,31	2,95	65,21	7.553.169,71	3,17	29,84	18.916.628,23	7,03	73,03
259	Programa de Apoio à Indução e Inovação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais	FAPEMIG	142.277.740,70	34,21	99,57	116.671.794,36	49,03	86,03	144.471.895,95	53,68	69,02
265	Programas de Apoio à Pesquisa em Empresas - PAPPE	FAPEMIG	6.001.839,70	1,44	40,01	-	-	-	-	-	-
Total Programas Associados			325.505.140,80	78,26	78,19	177.232.647,31	74,48	71,47	214.347.497,76	79,64	59,48
Total da Área			415.916.655,31	100,00	67,14	237.964.223,88	100,00	67,61	269.143.898,77	100,00	56,08
Despesa Total do Estado no Exercício			43.708.819.423,18		91,64	47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %					0,95			0,50			0,48

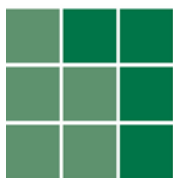
FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

1.10.4.1 Programas destacados dentre os constantes na área Inovação, Tecnologia e Qualidade

Programa Estruturador 043 – Rede de Inovação Tecnológica

Objetivo: Ampliar a capacidade de geração e difusão de inovações tecnológicas em Minas Gerais, fomentando e articulando os diferentes agentes empresariais, governamentais, do setor acadêmico e da sociedade, dinamizando o sistema mineiro de inovação.

Objetivos estratégicos (PMDI): Fortalecer a competitividade e ampliar a capacidade de inovação das empresas e dos arranjos produtivos mineiros; formar e qualificar mão-de-obra alinhada à demanda do setor produtivo; fortalecer a rede de inovação tecnológica em todo o território mineiro; fortalecer a articulação entre a rede de



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e o setor produtivo e assegurar a conformidade dos produtos mineiros, segundo padrões internacionais de qualidade.

Resultados finalísticos (PMDI): Aumentar o percentual de empresas cujos produtos inovadores representam mais de 40% das suas vendas internas; volume de recursos do setor privado investido em P&D induzido pelas parcerias com a FAPEMIG; dispêndio em P&D como percentual do PIB e número de cursos de pós graduação de minas gerais com nota 7 na capes (ciências agrárias, biológicas, exatas e da terra , engenharias, ensino de ciências e matemática , multidisciplinar).

Indicador do Programa: O indicador deste programa é o número acumulado de empreendimentos atraídos para parques tecnológicos e tem sua periodicidade anual.

Resultado do Indicador do Programa: Em 2010, estavam previstos 32 unidades e foi apurado o total de 37 e para 2011 a previsão é de se chegar a 62 empreendimentos.

Programa Estruturador 050 - CERTIFICA MINAS

Objetivo: Ampliar a inserção competitiva da produção agropecuária mineira nos mercados nacional e internacional, com ênfase na superação das restrições zoofitossanitárias existentes.

Objetivos Estratégicos (PMDI): Assegurar a conformidade dos produtos mineiros, segundo padrões internacionais de qualidade.

Resultados Finalísticos (PMDI): Garantir a sanidade bovina; ampliar o número de mercados sem restrições para exportações mineiras de carne e ampliar o número de propriedades produtoras de café com certificação internacional.

Indicador do Programa: O produto é propriedade certificada.

Resultado do Indicador do Programa: De uma previsão inicial (na ação de responsabilidade do IMA) de 400 propriedades certificadas, realizando 1.230 ao final do exercício de 2010. A meta realizada pelo IMA refere-se a propriedades auditadas, ou seja, nem todas auditadas foram certificadas.

Programa Associado 259 - Programa de Apoio a Indução e Inovação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais

Objetivo: promover a integração entre o setor produtivo e instituições de pesquisa para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais.

Objetivos estratégicos (PMDI): Fortalecer a competitividade e ampliar a capacidade de inovação das empresas e dos arranjos produtivos mineiros; fortalecer a rede de inovação tecnológica em todo o território mineiro e fortalecer a articulação entre a rede de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e o setor produtivo.

Resultados finalísticos (PMDI): Volume de recursos do setor privado investido em P&D induzido pelas parcerias com a FAPEMIG.

Indicador do Programa: Dentre os indicadores deste programa tem-se o número de projetos induzidos.

Resultado do Indicador do Programa: Foram executados 9 editais (unidade de medida) dos 10 previstos para 2010, ou seja, 90% de realização.

1.10.5 Conclusão

Verificou-se que o índice de Aproveitamento Orçamentário Total – IAO dos programas desta área, apurado em 2010, foi de 57,89%, com execução orçamentária de 56,08% e física de 103,24%. Cabe, assim, questionamento sobre uma política melhor de planejamento, por parte do Estado, dos recursos destinados a este segmento, alocando-se, talvez, os créditos orçamentários não utilizados em outras ações, ou até mesmo aumentado a realização das metas físicas.

Verificou-se ainda, conforme demonstrado na análise do indicador de volume de recursos destinados a Inovação, Tecnologia e Qualidade versus despesa total do Estado, que Minas Gerais vem investindo cada vez menos na Área de Resultado em estudo, pois sua representatividade, de 2008 a 2010, teve queda de aproximadamente 35%.

Tendo em vista que, do total executado nessa Área de Resultado, 27,53% são despesas de Custeio e 72,47% foram despendidos com despesas de Capital (Investimentos), e que o foco principal deste setor é a pesquisa voltada para uma tecnologia competitiva e de qualidade, recomenda-se um maior esforço do Estado em ampliar o comprometimento em Ciência e Tecnologia, não só no alcance de bons pesquisadores, como também no alcance de resultados positivos para toda a sociedade.

1.11 Investimento e Valor Agregado da Produção

1.11.1 Caderno de Indicadores 2010

O Caderno de Indicadores de Resultados de 2010 contempla resultados de 2001 até 2009, conforme se apresenta na tabela a seguir.

Exercício de 2010

Indicadores	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Consumo aparente de Cimento Portland (mil toneladas)	4.318	4.160	3.664	3.453	4.105	5.076	5.710	5.902	5.873
Diferença da Taxa de crescimento da produção física industrial									
-Minas Gerais (%)	-0,3	-0,2	1,4	6,0	6,3	4,5	8,6	1,6	-13,1
-Brasil (%)	1,6	2,7	0,0	8,3	3,1	2,8	6,0	3,1	-7,4
-MG-Brasil (p.p)	-1,9	-2,9	1,4	-2,3	3,2	1,7	2,6	-1,5	-5,7
Taxa de crescimento real do PIB de Minas Gerais									
-PIB a preços de mercado em valores correntes (R\$ milhões)	111.315	127.782	148.823	177.325	192.639	214.754	241.293	...	...
-Taxa de Crescimento Real (%)	-0,1	3,7	1,4	5,9	4,0	3,9	5,6	5,9	-2,6
Diferença entre as taxas de crescimento real do PIB									
-Minas Gerais (%)	-0,1	3,7	1,4	5,9	4,0	3,9	5,6	5,9	-2,6
-Brasil (%)	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,2
-Diferença (p.p)	-1,4	1,0	0,3	0,2	0,8	-0,1	-0,5	0,8	-2,4
Participação de MG no PIB do agronegócio brasileiro	9,5	9,2	9,3	9,9	9,9	11,4	11,1	11,5	11,0
Participação de MG no valor das exportações brasileiras de carne bovina (%)	2,9	1,2	1,4	1,9	3,1	7,3	7,7	5,6	7,2
Valor das exportações de Minas Gerais (em US\$ milhões)	6.059,7	6.353,2	7.440,4	10.007,2	13.515,0	15.658,2	18.355,2	24.412,1	19.518,6
Participação nas exportações de produtos intensivos em Tecnologia ou Capital (%)	9,6	10,1	11,3	11,4	11,7	11,5	11,3	13,4	11,7
Tempo médio para a abertura de empresas no programa Minas Fácil (em dias)									
-Interior	-	-	-	-	-	...	45	29	18
-Belo Horizonte	-	-	-	-	-	19	26	10	9
-BH e Interior	-	-	-	-	-	...	38	17	13
Tempo médio gasto para deliberação de licenciamento ambiental - empreendimentos classes 3 e 4	-	-	-	-	-	-	-	111,2	105,1

FONTE: Caderno de Indicadores 2010.

Foi objeto de análise os seguintes indicadores finalísticos relativos ao período de 2001/2009, acrescentando resultados divulgados quanto ao desempenho no exercício de 2010:

1) Taxa de crescimento real do PIB de Minas Gerais

O indicador expressa a medida comparada do crescimento do PIB, a preços de mercado, do Estado de Minas Gerais e do Brasil. É calculado pela diferença entre as taxas de crescimento real do PIB de Minas Gerais e do PIB do Brasil.

É utilizado no acompanhamento do dinamismo econômico de Minas Gerais frente ao crescimento da economia brasileira como um todo.

Devido a sua construção, diferenças positivas apontam para um aumento da participação das atividades econômicas de Minas Gerais em relação ao Brasil, e diferenças negativas, uma diminuição do peso econômico do Estado na economia brasileira.

Esse indicador liga-se a todos os objetivos estratégicos definidos para essa área de resultados e ainda contribui para o alcance dos resultados finalísticos do PMDI.

2) Participação de Minas Gerais nas Exportações Nacionais de Produtos Intensivos em Tecnologia ou Capital

Corresponde à razão entre o Valor das exportações mineiras de produtos intensivos em tecnologia e/ou em capital e o valor das exportações brasileiras dos mesmos produtos.

Os produtos intensivos em capital são: produtos químicos orgânicos e inorgânicos; outros produtos químicos; explosivos-pólvora; produtos siderúrgicos e outros produtos siderúrgicos.

Os produtos intensivos em tecnologia são classificados como farmacêuticos; plásticos-borracha; veículos-tratores-ciclos; materiais de transporte; equipamentos mecânicos; máquinas e aparelhos elétricos e instrumentos científicos.

Esse indicador liga-se a todos os objetivos estratégicos definidos para essa área de resultados e ainda contribui para o alcance dos resultados finalísticos do PMDI de “Melhorar a posição no Ranking Nacional de Competitividade”, “Aumentar a participação das exportações mineiras de produtos intensivos em tecnologia nas exportações brasileiras de produtos intensivos em tecnologia.

1.11.2 Indicadores não abordados

Os demais indicadores não foram considerados no âmbito da presente área de resultado pela limitação ao abordar apenas o aspecto quantitativo dos serviços disponibilizados, não expressando a qualidade dos mesmos e, por conseguinte, o alcance do objetivo estratégico correspondente.

1) Consumo Aparente de Cimento Portland

O indicador expressa o volume de cimento Portland aparentemente consumido no Estado de Minas Gerais. O consumo aparente é calculado a partir de uma estimativa da produção nacional com adição das importações e subtração das exportações.

2) Diferença entre as Taxas de Crescimento da Produção Física Industrial de Minas Gerais e do Brasil.

Refere-se à diferença entre as taxas de crescimento da produção física industrial de Minas Gerais e do Brasil. São tomadas as taxas de crescimento acumuladas nos últimos 12 meses da indústria geral (extrativa e transformação).

3) Diferença entre as taxas de crescimento do PIB de Minas gerais e do Brasil

O indicador expressa a medida comparada do crescimento do Produto Interno Bruto – PIB -, a preços de mercado, do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

4) Participação de Minas Gerais no PIB do Agronegócio Brasileiro

Expressa a participação relativa do PIB do agronegócio mineiro no brasileiro. Os valores do PIB do agronegócio são medidos a preços de mercado, ou seja, reporta-se o valor adicionado na produção, acrescido dos impostos pagos pelas empresas.

5) Participação de Minas Gerais no Valor da Exportação Brasileira de Carne Bovina

O indicador corresponde à razão entre o valor Free on Board – FOB - das exportações mineiras de carne bovina e o valor das exportações brasileiras do mesmo produto, ambos expressos em dólares norte-americanos. É computada a carne bovina exportada congelada, em conserva, in natura e salgada.

6) Valor das Exportações de Minas Gerais

O dado corresponde ao valor FOB 33, expresso em dólares norte-americanos, das exportações mineiras de todos os produtos registrados pelo Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

7) Tempo Médio para Abertura de Empresas no Minas Fácil

O indicador refere-se ao tempo médio gasto, medido em dias corridos, para abertura de empresas nas unidades do Minas Fácil.

8) Tempo Médio para a deliberação de pedidos de Licenciamentos ambientais.

O indicador mede o tempo decorrido entre a data de formalização do pedido de licença e a data da emissão ou indeferimento da mesma pelo Conselho de Política Ambiental – COPAM - no ano considerado.

1.11.3 Programas contemplados na Área Investimento e Valor Agregado da Produção, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010.

Exercícios de 2008 a 2010												Em R\$
Programa		UO	2008			2009			2010			
Cod.	Descrição		Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	
12	Cresce Minas: Oferta e Distribuição de Energia Elétrica	CEMIG	190.914.000,00	7,37	261,53	216.398.000,00	4,63	78,86	101.176.000,00	1,94	56,59	
13	Descomplicar - Melhoria do Ambiente de Negócios	SEPLAG	14.322.714,83	0,55	94,80	45.057.673,84	0,96	90,64	63.104.671,87	1,21	90,93	
24	Inserção Competitiva das Empresas Mineiras no Mercado Internacional	SEDECON	18.298.511,83	0,71	98,14	4.874.119,00	0,10	93,64	6.666.394,40	0,13	69,11	
31	Oferta de Gás Natural	GASMIG	132.920.057,98	5,13	432,68	426.735.472,20	9,12	70,89	339.575.436,43	6,50	94,80	
32	Parcerias para Provisão de Serviços de Interesse Público	SEDECON	2.180.626,66	0,08	88,72	3.084.436,68	0,07	45,15	1.526.563,26	0,03	24,44	
	Promoção e Atração de Investimentos Estratégicos e Desenvolvimento das Cadeias Produtivas											
40	das Empresas-Âncoras	SEDECON	382.876.142,30	14,78	79,50	296.714.615,86	6,34	96,56	447.364.566,78	8,56	78,29	
	Total Programas Estruturadores		741.512.053,60	28,62	119,30	992.864.317,58	21,22	79,72	959.413.632,74	18,35	80,37	
104	Elaboração e Implementação da Política Energética do Estado de Minas Gerais	SEDECON	-	-	-	26.357,51	0,00	13,18	4.260,80	0,00	69,35	
111	Geração e Difusão de Informações do Setor Minerometalúrgico	SEDECON	-	-	-	-	-	-	26.590,15	0,00	13,66	
137	Promoção e Desenvolvimento do Cooperativismo Mineiro	SEDECON	-	-	-	-	-	-	7.048,87	0,00	20,14	
150	Promoção e Desenvolvimento do Comércio e Serviços em Minas Gerais	SEDECON	-	-	-	-	-	-	928.890,42	0,02	89,32	
157	Promoção e Desenvolvimento do Artesanato em Minas Gerais	SEDECON	388.162,15	0,01	99,53	529.645,70	0,01	98,39	266.398,31	0,01	83,25	
161	Programa de Gestão do Agronegócio	SEAPA	6.914.366,64	0,27	48,52	8.293.273,22	0,18	76,32	8.699.860,25	0,17	50,41	
163	Programa Minas Mais Seguro	SEAPA	3.990.540,00	0,15	100,00	2.012.510,23	0,04	98,63	1.499.287,95	0,03	74,96	
164	Projeto Jaiiba	SEAPA	8.658.586,30	0,33	63,74	3.161.503,06	0,07	42,16	5.144.668,89	0,10	67,58	
167	Minas Além-Fronteiras	SEDECON	725.114,09	0,03	98,04	847.722,05	0,02	99,73	735.085,89	0,01	73,51	
169	Programa de Desenvolvimento da Atividade Produtiva Florestal	SEAPA	34.584.288,27	1,34	87,15	13.295.354,16	0,28	65,72	10.408.986,69	0,20	71,24	
176	Gestão do Setor Mineral	CODEMIG	-	-	-	-	-	-	10.725.248,00	0,21	62,76	
195	Consolidação das Cadeias Produtivas - Minas do Princípio ao Fim	SEDECON	272.361,00	0,01	2,43	575.167,70	0,01	6,64	799.108,51	0,02	7,63	
	Promoção do Desenvolvimento Econômico Industrial, Comercial, de Serviços e do											
196	Cooperativismo	SEDECON	145.048.438,80	5,60	88,70	152.784.899,20	3,27	87,05	-	-	-	
202	Promoção para o Desenvolvimento Produtivo	SEDECON	-	-	-	-	-	-	18.583,50	0,00	23,23	
217	Segurança de Alimentos	IMA	104.596,27	0,00	13,29	442.711,31	0,01	91,99	283.123,40	0,01	94,37	
247	Geração de Energia Elétrica	CEMIG	163.570.000,00	6,31	96,79	1.390.145.000,00	29,71	86,61	952.481.000,00	18,22	89,56	
248	Transmissão de Energia Elétrica	CEMIG	38.217.000,00	1,48	152,87	149.310.000,00	3,19	94,07	95.470.000,00	1,83	93,58	
250	Distribuição de Energia Elétrica	CEMIG	308.619.000,00	11,91	74,55	391.597.000,00	8,37	103,05	448.531.000,00	8,58	62,86	
252	Novos Investimentos em Usinas, Subestações e Linhas de Transmissão	CEMIG	176.759.000,00	6,82	21,74	525.756.000,00	11,24	39,70	859.101.000,00	16,43	98,73	
253	Aporte de Capital - Cemig	CEMIG	950.071.000,00	36,67	130,50	1.031.430.378,00	22,04	99,43	1.827.017.925,00	34,95	162,40	
260	Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro	SEDECON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
264	Fundo de Parcerias Público-Privadas	FPPPMG	6.603.192,08	0,25	84,44	10.553.496,29	0,23	98,63	9.942.205,33	0,19	90,38	
268	Exploração Econômica de Recursos Hídricos	COPASA	4.487.182,00	0,17	62,32	5.219.823,00	0,11	66,07	804.256,00	0,02	27,93	
717	Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins	JUCEMG	-	-	-	-	-	-	5.618.691,15	0,11	97,95	
740	Implantação e Otimização de Áreas Industriais Planejadas	CODEMIG	-	-	-	-	-	-	12.796.997,00	0,24	90,85	
757	Gestão de Negócios	CODEMIG	-	-	-	-	-	-	17.498.378,00	0,33	42,05	
	Total Programas Associados		1.849.012.827,60	71,38	73,39	3.685.970.841,43	78,78	77,43	4.268.798.594,11	81,65	106,15	
	Total da Área		2.590.524.881,20	100,00	82,47	4.678.835.159,01	100,00	77,90	5.228.212.226,85	100,00	100,25	
	Despesa Total do Exercício		43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08			
	Percentual da Despesa Total %		5,93			9,87			9,34			

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI e ofícios enviados pelas empresas controladas.

Os programas que mais se destacaram na área de resultado foram: Aporte de Capital – CEMIG (34,95%), Geração de Energia Elétrica (18,22%) e Novos Investimentos em Usinas, Subestações e Linhas de Transmissão (16,43%).

Os programas da área de Investimento e Valor Agregado da Produção foram analisados de forma global, não sendo realizada a análise específica de cada programa.

1.11.4 Conclusão

Salienta-se que o Estado tem alocado recursos para a Área de Resultados- Investimento e Valor Agregado da Produção, especificamente em programas associados e não em programas estruturadores, os quais deveriam constituir as principais prioridades do Governo, segundo o PMDI.

Destaca-se a preponderância do Orçamento de Investimento no financiamento das ações dessa área de resultado, com participação de 89,23% do montante das despesas realizadas.

O PIB do Estado de Minas Gerais exibiu crescimento real médio de 10,9% em 2010, superior à taxa apresentada pelo PIB brasileiro, de 7,5%, cujo impacto será positivo na geração de emprego e renda e no aumento da qualidade de vida.

Segundo informações do Ministério da Indústria e Comércio - MDCI, as exportações do Estado cresceram mais do que as do País no período 2003-2009, mesmo com o impacto da crise mundial que afetou fortemente a economia mineira a partir do segundo semestre de 2008.

A média anual de crescimento das exportações mineiras nesse período foi de 19% contra 16% da brasileira. Isso resultou em um aumento da participação de Minas Gerais nas exportações do Brasil, apresentando um crescimento expressivo nas exportações de produtos intensivos em tecnologia.

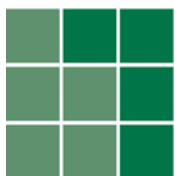
Em suma, o que os indicadores revelam é um crescimento de uma economia diversificada, que mantém sua vantagem competitiva exportadora nos segmentos siderúrgico, *commodities* agrícolas e minério de ferro e, ao mesmo tempo, em produtos intensivos de tecnologia.

Os programas da Área Investimento e Valor Agregado da Produção alcançaram o Índice de Aproveitamento Orçamentário total de resultante de uma execução financeira de 60,91% e 61,06% de execução física, significando que os recursos poderiam ter tido melhor aproveitamento, ou aumentando a execução física, ou alocando-se os créditos orçamentários não utilizados em outras ações, ou seja, custo de oportunidade.

1.12 Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

1.12.1 Caderno de Indicadores 2010

O Caderno de Indicadores de 2010 contempla apurações de 2001 até 2009, conforme se apresenta na tabela a seguir:



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercício de 2010

Indicadores	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Número de famílias beneficiadas com linhas de crédito do PCNF em Minas Gerais	...	...	582	468	223	20	305	227	230
Número de municípios atendidos pelo Projeto Travessia	-	-	-	-	-	-	-	4	38
Número de títulos de legitimação da posse de imóveis devolutos emitidos e entregues	1.120	1.348	1.393	1.039	953	1.263	3.345	7528	15.105
Número de unidades habitacionais entregues	-	-	-	-	88	5.760	6.236	4.731	4.771
Percentual de implantação do Sistema Único da Assistência Social (%)	-	-	-	-	27,3	39,4	41,7	61,2	75,7
Proporção de indigentes no Estado de Minas Gerais	6,2	4,9	5,2	4,0	3,2	2,7	2,5	2,4	...
Proporção de indigentes RMBH	4,6	4,0	4,1	4,1	2,9	2,5	2,5	2,3	...
Proporção de Pobres no Espaço Urbano	24,9	24,2	24,1	22,4	19,2	15,6	14,2	12,5	...
Proporção de Pobres no Espaço Rural	29,6	27,3	27,6	21,5	19,8	13,6	14,1	13,9	...
Proporção de Pobres na RMBH	32,8	31,2	35,3	33,0	28,6	25,7	22,8	20,9	...
Proporção de Pobres no Estado de Minas Gerais	27,6	26,4	27,4	24,8	21,6	17,8	16,4	14,8	...
Taxa de Ocupação Infantil (%)	10,2	10,2	9,1	7,3	9,3	9,4	7,3	7,6	...

FONTE: Caderno de indicadores 2010.

No entanto, foi objeto de análise os seguintes indicadores finalísticos relativos ao período de 2001/2009, acrescentando resultados divulgados quanto ao desempenho no exercício de 2010:

1) Proporção de Pobres

O indicador é uma medida do percentual de pobres de uma dada população. É empregado na mensuração da condição socioeconômica de uma certa população. É utilizado para dimensionar a parcela da população que vive em condições precárias (pobreza) no âmbito do Estado nos espaços urbano e rural e na RMBH.

Exercício de 2001 - 2008

Ano	Espaço Urbano	Espaço Rural	RMBH	Minas Gerais ⁽¹⁾
2001	24,9	29,6	32,8	27,6
2002	24,2	27,3	31,2	26,4
2003	24,1	27,6	35,3	27,4
2004	22,4	21,5	33,0	24,8
2005	19,2	19,8	28,6	21,6
2006	15,6	13,6	25,7	17,8
2007	14,2	14,1	22,8	16,4
2008	12,5	13,9	20,9	14,8

FONTE: IBGE/PNAD.

NOTA: 1 - O valor do Estado abrange toda área geográfica de Minas Gerais inclusive RMBH.

OBS: Dados alterados em relação ao Caderno de Indicadores 2009 em razão de reponderação da PNAD ocorrida em 2009 e da exclusão dos indivíduos que vivem em domicílios coletivos.

Uma das limitações desse indicador é que o mesmo não mede a pobreza de forma multidimensional, ao levar em consideração somente o fator renda. Os esforços do governo estadual no combate à pobreza numa perspectiva ampliada, tal como ocorre por meio do Programa Travessia (o qual será tratado a seguir), são pouco contemplados por esse indicador.

O indicador objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI de “Reduzir o percentual de pobres em relação à população total: - RMBH – Espaço Urbano – Espaço Rural.

Em relação à redução expressiva da proporção de pobres no Estado de Minas Gerais, em que pese a incidência de intervenções do governo federal por meio de Programas como o Bolsa Família, há de se reconhecer que o governo mineiro tem intensificado as ações para combate e redução da pobreza, resultado do esforço conjunto na implementação e articulação das ações estaduais, por meio de políticas públicas integradas.

Numa perspectiva ampliada de pobreza, essa melhoria pode ser observada por meio dos indicadores das áreas de resultados da saúde e educação, com foco para diminuição das diferenças sociais.

- Saúde: redução da taxa de mortalidade infantil, acompanhando a tendência decrescente registrada para o Brasil;
- Aumento da cobertura do programa Saúde da Família, que atua diretamente na atenção primária à saúde;
- Redução da taxa de desnutrição no Grande Norte (norte de Minas e vales do Jequitinhonha e Mucuri);
- Ampliação do número de estações de tratamento de esgoto, garantindo mais saneamento básico;
- Educação: evolução significativa do desempenho dos alunos da rede pública.

2) Número de municípios atendidos pelo Projeto Travessia

O indicador é uma contagem simples do número de municípios atendidos pelo Projeto Estruturador Travessia (municípios com IDH abaixo de 0,68). Parte-se do pressuposto que quanto maior o número de intervenções realizadas, maior a possibilidade de melhora nas condições de vida da população residente nas áreas de atuação do projeto.

O indicador objetiva medir o alcance do resultado finalístico do PMDI “número de Municípios atendidos pelo Projeto Travessia”.

1.12.2 Indicadores não abordados

Os demais indicadores não foram considerados no âmbito da presente área de resultado pela limitação ao abordar apenas o aspecto quantitativo dos serviços disponibilizados, não expressando a qualidade dos mesmos e, por conseguinte, o alcance do objetivo estratégico correspondente.

1) Número de famílias beneficiadas com as linhas de crédito do programa nacional de crédito fundiário

O indicador expressa o número de famílias beneficiadas com as linhas de crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF - para aquisição de terras por meio dos agentes financeiros Banco do Brasil e Banco do Nordeste.



**PARECER PRÉVIO DAS CONTAS
DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2010**
CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



2) Número de títulos de legitimação da posse de imóveis devolutos emitidos e entregues

O indicador expressa o número de títulos de legitimação da posse de imóveis devolutos entregues a famílias beneficiárias nas áreas rural e urbana do Estado de Minas Gerais.

3) Número de unidades habitacionais entregues

O indicador é a mensuração do número de unidades habitacionais entregues pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - COHAB-MG - no âmbito do projeto estruturador Lares Geraes. Define-se como unidade habitacional uma casa ou um apartamento.

4) Percentual de implantação do sistema único da assistência social

O indicador expressa o percentual de municípios com Centros de Referência da Assistência Social – CRAS - cofinanciados pelo Estado, Municípios e ou pela União.

5) Proporção de indigentes

O indicador é uma medida do percentual de indigentes de uma dada população. O cálculo é baseado na metodologia que estima as linhas de pobreza e indigência com base nos dados de Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

6) Taxa de ocupação infantil

A taxa de ocupação infantil expressa o percentual da população com idade entre 5 e 15 anos ocupada. Ou seja, relaciona o número de crianças moradoras com idade entre 5 e 15 anos na condição de ocupada com número total de crianças moradoras entre 5 e 15 anos de idade.

1.12.3 Programas contemplados na Área Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, segundo o PPAG, e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010

Exercícios de 2008 a 2010											Em R\$
Programa		UO	2008			2009			2010		
Cod.	Descrição		Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.
23	Implantação do Suas	FEAS	30.708.482,28	7,07	98,95	38.126.066,60	7,85	96,00	41.541.692,41	5,04	95,90
25	Lares Geraes	SEDEPURB	115.049.645,23	26,49	80,17	111.523.618,36	22,97	82,32	126.527.517,27	15,34	97,41
28	Minas Sem Fome	SEAPA	9.548.235,60	2,20	84,60	23.238.261,18	4,79	53,73	6.064.683,75	0,74	55,81
Projeto Travessia: Atuação Integrada em Espaços Definidos de											
36	Concentração de Pobreza	SEDESE	28.972.328,92	6,67	96,56	25.211.854,52	5,19	98,65	39.102.231,21	4,74	90,06
52	Universalização do Acesso à Energia Elétrica no Campo	CEMIG	130.918.000,00	30,15	218,20	174.214.696,40	35,88	61,73	493.097.000,00	59,80	91,14
Total Programas Estruturadores			315.196.692,03	72,59	114,27	372.314.497,06	76,68	70,75	706.333.124,64	85,65	91,91
117	Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda	SEDESE	28.337.655,53	6,53	74,71	30.973.720,44	6,38	67,28	53.222.087,46	6,45	80,33
119	Programa Extensão Rural para Resultados	EMATER	46.169.394,07	10,63	94,57	36.084.445,00	7,43	86,25	22.276.598,76	2,70	57,95
144	Desenvolvimento da Reforma Agrária	ITER	11.970.819,65	2,76	92,72	22.730.440,58	4,68	78,63	16.060.904,31	1,95	64,65
162	Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos	SEDESE	7.734.507,15	1,78	96,94	10.022.560,02	2,06	82,58	6.311.261,73	0,77	65,80
Acolhimento, Educação e Profissionalização de Crianças e Jovens											
174	Desamparados	FUCAM	1.947.030,04	0,45	98,61	2.051.784,96	0,42	85,09	1.711.441,78	0,21	44,92
191	Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR	IDENE	22.876.046,98	5,27	74,00	11.337.350,49	2,34	92,54	16.921.283,46	2,05	86,06
203	Fomento do Planejamento Habitacional	SEDEPURB	-	-	-	-	-	-	832.558,15	0,10	32,89
732	Segurança Alimentar	SEGOV	-	-	-	-	-	-	963.166,90	0,12	94,54
Total Programas Associados			119.035.453,42	27,41	84,71	113.200.301,49	23,32	78,84	118.299.302,55	14,35	71,20
Total da Área			434.232.145,45	100,00	104,29	485.514.798,55	100,00	72,49	824.632.427,19	100,00	88,23
Despesa Total do Exercício			43.708.819.423,18		91,64	47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
Percentual da Despesa Total %				0,99			1,02			1,47	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI e ofícios enviados pelas empresas controladas.

1.12.3.1 Programa destacado dentre os constantes da Área Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Programa Estruturador 036: Travessia

Objetivo: Promover a inclusão social e econômica das camadas mais pobres e vulneráveis da população através da articulação de políticas públicas em localidades territoriais definidas.

Objetivos Estratégicos (PMDI): Promover a inclusão produtiva da população adulta.

Resultados Finalísticos (PMDI): Reduzir o percentual de pobres em relação à população total: - RMBH – Espaço Urbano – Espaço Rural; e número de Municípios atendidos pelo Projeto Travessia.

Indicador do Programa (PPAG): Percentual de Municípios atendidos pelo Projeto Travessia.

Resultado do Indicador do Programa: O indicador é uma contagem simples do número de municípios atendidos pelo Projeto Estruturador Travessia (municípios com IDH abaixo de 0,68). Parte-se do pressuposto que quanto maior o número de intervenções realizadas, maior a possibilidade de melhora nas condições de vida da população residente nas áreas de atuação do projeto.

Entretanto, tem limitações, como por exemplo, os municípios são atendidos apenas durante um ano pelo projeto, mas todos entram no cálculo acumulado do indicador.

O Programa Travessia começou a atuar em 2008, em cinco municípios. Em 2009, contemplou outros trinta e cinco, distribuídos nas regiões Norte e Vales do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Em 2010, foram selecionados outros 70 municípios, distribuídos nas dez macrorregiões de planejamento.

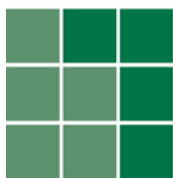
Constatou-se que os indicadores definidos na legislação são insuficientes para a avaliação do Programa, considerando o objetivo proposto de promover o desenvolvimento social das comunidades em situação de pobreza, de forma sustentável, por meio da articulação de ações integradas de base local em seis eixos de intervenção.

Recomenda-se, então, à SEDESE, que promova a criação de um sistema de indicadores para a avaliação de desempenho do Programa.

Esses indicadores devem mostrar se o problema, objeto da intervenção governamental, reduziu, aumentou ou se manteve inalterado, demonstrando os movimentos das variáveis relevantes da realidade e das ações com as quais se busca alterá-la. Para a avaliação do desempenho governamental é importante que se estabeleçam indicadores de gestão em cada área de atuação, de modo a propiciar comparações com padrões pré-definidos, com outros períodos ou mesmo com outros municípios.

1.12.4 Conclusão

A Redução da Pobreza reveste-se, de fato, de muita complexidade, que envolve a questão da renda, das desigualdades sociais, das características regionais, tudo isso influenciando a erradicação da pobreza.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Percebe-se que há um compromisso do governo para reverter as desigualdades sociais, mediante a série de programas e ações executadas nos últimos anos, os quais indicam transformações positivas para o Estado de Minas Gerais, embora haja ainda limitações estruturais a superar, nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança, dentre outras, tendo em vista que a pobreza engloba diversos fatores, como desigualdade na distribuição de renda, a exclusão social, a vulnerabilidade, a violência.

Em relação ao Projeto Travessia, os resultados obtidos na auditoria demonstram a existência de ações fragmentadas e pouca interlocução intersetorial, o que implica grande desafio para o governo, tanto no que diz respeito ao aumento da integração entre os diferentes setores e gestores públicos quanto à necessária ampliação de cobertura para outros municípios para que se alcance a efetividade da intervenção governamental na promoção da inclusão social e econômica da população atendida.

Os programas da Área Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, alcançaram o Índice de Aproveitamento Orçamentário total de 126,27% resultante de uma execução financeira de 88,23% e física de 143,11%, significando que houve aproveitamento dos recursos, entretanto, apresenta limitações quanto ao dimensionamento dos mesmos, para que possa aferir eventuais ganhos reais de eficiência.

É essencial que o Governo direcione suas ações e recursos com transparência e eficiência para efetivamente instrumentalizar a educação, a saúde e a segurança, garantindo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social produtiva.

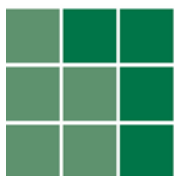
1.13 Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

1.13.1 Caderno de Indicadores 2010

São oito os indicadores constantes do caderno de 2010, adotados pelo Estado, para essa área de resultados. O indicador Taxa de Mortalidade Infantil e Percentual de Localidades Atendidas pela Empresa de Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – COPANOR e o indicador Proporção de Nascidos Vivos de Mães com Sete ou Mais Consultas de Pré-Natal serão analisados na Área de Resultados – Vida Saudável.

1) Número de famílias atendidas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais - (PCPR)

Diante dos dados apresentados, ou seja: em 2006 - 7.800 famílias atendidas; em 2007 - 49.300; em 2008 - 24.300 e em 2009 - 10.400, constatou-se que: esses números, sendo absolutos, não permitem nenhum tipo de conclusão em relação à demanda e à cobertura do programa; pela natureza de apuração do indicador ser um somatório de famílias beneficiadas, não se observa o grau de efetividade do atendimento às necessidades das famílias contempladas pelo programa; não há uma ponderação entre os tipos de ações que são executadas em cada comunidade e, finalmente, não se observa o número de famílias efetivamente atendidas, mas o número de famílias potencialmente atingidas pelo programa.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



2) Participação do Grande Norte no ICMS Arrecadado em Minas Gerais

Esse indicador permite avaliar a efetividade da Área ora analisada, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico das regiões do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Consiste na parcela do valor da arrecadação do ICMS nos municípios das regiões administrativas do Grande Norte em relação ao total arrecadado no conjunto dos municípios do Estado de Minas Gerais. O Grande Norte é formado por 257 municípios das regiões administrativas Norte, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. A tabela a seguir visa demonstrar essa participação, relativa ao período de 2001/2009.

Exercícios de 2001 a 2009

Ano	ICMS (R\$ milhões)		%
	Minas Gerais	Grande Norte	
2001	8.076,1	563,6	7,0
2002	8.506,1	549,1	6,5
2003	9.647,8	633,6	6,6
2004	11.460,6	837,5	7,3
2005	13.442,3	1.071,2	8,0
2006	14.646,2	922,7	6,3
2007	16.767,2	1.033,4	6,2
2008	19.630,3	1.205,8	6,1
2009	18.709,3	1.020,4	5,5

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG/2010

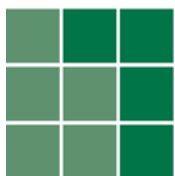
Esse indicador pode ser relacionado aos resultados finalísticos da área: aumentar o volume de investimentos produtivos privados por ano na região e elevar a participação das regiões no PIB Mineiro.

3) Percentual de Jovens e Adultos Alfabetizados pelo Programa Cidadão Nota Dez

É uma medida da taxa de conclusão nos cursos de alfabetização de jovens e adultos do programa Cidadão Nota Dez. Relaciona o número de concluintes com o total de participantes em cada um dos módulos do programa. Ao final de cada módulo, os participantes são classificados em concluintes, não concluintes e desistentes.

Concluintes são aqueles que, após realização de avaliação ao final do módulo, são considerados alfabetizados. Os alunos que não alcançam o nível mínimo de proficiência na avaliação são considerados não alfabetizados e integram o grupo de não concluintes. Já aqueles que tiveram participação no programa, mas o abandonaram no decorrer do módulo, são considerados desistentes. No início de um novo módulo, refaz-se o cadastramento dos alunos que participarão. Não há um controle de fluxo de alunos não aprovados em módulos anteriores.

O Cidadão Nota Dez, criado em 2005, está vinculado aos programas Brasil Alfabetizado e Fome Zero e é uma política pública estruturada em torno do controle e combate aos altos índices de analfabetismo nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. O público alvo é o cidadão acima de 15 anos analfabeto ou que tenha concluído apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental. Os percentuais de jovens e adultos alfabetizados pelo programa, 2005/2009, são apresentados na tabela a seguir.



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



Exercícios de 2005 a 2009

Ano	Participantes	Concluintes	Alfabetizados (%)
2005	82.179	54.781	66,7
2006	51.000	37.920	74,4
2007	71.401	38.794	54,3
2008	79.160	58.333	73,7
2009	38.303	8.105	21,2

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG/2010

Objetivo estratégico da área: reduzir as disparidades regionais em educação.

4) Taxa de Distorção Idade – Série no Grande Norte de Minas Gerais

Essa taxa permite identificar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à recomendada para cada uma das séries. Considera-se distorção quando o aluno tem idade igual ou superior a dois anos da idade recomendada.

Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica esperada entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se, em geral, a idade de sete anos como a adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de oito anos. Com a introdução do ensino fundamental de nove anos em alguns estados, houve uma redução da idade de ingresso para seis anos. Apesar dessa mudança, não houve alteração das idades recomendadas.

Informa-se que esse indicador foi utilizado na Área de Resultados - Educação de Qualidade, porém, para avaliar a distorção idade-série de ensino fundamental e médio em Minas Gerais, como um todo. A taxa de distorção idade-série no Grande Norte para a rede estadual e todas as redes é apresentada na tabela a seguir, referente ao período de 2001/2009.

Exercícios de 2001 a 2009

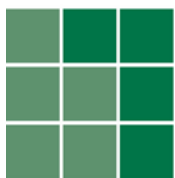
Ano	Todas as Redes (%) Ensino		Rede Estadual (%) Ensino	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
2001	36,4	59,5	36,1	62,9
2002	35,3	53,5	34,7	57,0
2003	32,2	48,9	31,7	52,3
2004	29,7	47,6	30,2	50,9
2005	28,3	45,4	29,4	48,5
2006	28,4	42,9	29,8	45,8
2007	26,9	39,1	28,2	41,5
2008	21,5	35,7	20,5	38,1
2009	20,5	34,9	20,2	37,1

Fonte: Caderno de Indicadores SEPLAG/2010

Objetivo estratégico da área: reduzir as disparidades regionais em educação e como resultado finalístico, reduzir a Taxa de Distorção Idade – Série, nas regiões do Norte, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.

5) Taxa de Internação por Desnutrição Infantil no Grande Norte de Minas Gerais

O indicador representa o número de crianças de 0 a 4 anos internadas por desnutrição infantil, por 10.000 crianças nessa faixa etária, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. O



PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNADOR EXERCÍCIO 2010

CONSELHEIRO RELATOR SEBASTIÃO HELVECIO



indicador considera as interações por desnutrição, deficiências vitamínicas, sequelas de desnutrição e de outras deficiências nutricionais e está restrito à rede de unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde - SUS. A TAB. 249 permite a visualização dessas taxas no Grande Norte de Minas, composto pelas macrorregiões de saúde Jequitinhonha, Leste, Nordeste e Norte de Minas.

Exercícios de 2001 a 2009

Exercício	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de Internação por Desnutrição Infantil	12,6	14,0	11,6	7,8	6,5	5,2	4,1	4,2	4,2

Por 10.000 crianças

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG/2010

Objetivo estratégico da área: reduzir as disparidades regionais em saúde e saneamento. Resultado finalístico: reduzir a Taxa de Mortalidade Infantil nas Macrorregiões de Saúde: Jequitinhonha, Leste, Norte de Minas e Nordeste.

6) Taxa de Mortalidade Infantil no Grande Norte de Minas Gerais

O Indicador retrata o número de óbitos em menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Essa taxa estima o risco de morte de nascidos vivos durante o primeiro ano de vida, refletindo, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, bem como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para a atenção à saúde materna e infantil. Esse indicador será comentado, também, quando da análise da Área de Resultados - Vida Saudável, porém, quanto à taxa de mortalidade infantil para o Estado de Minas Gerais como um todo. Os dados relativos à mortalidade infantil para o Grande Norte do Estado de Minas Gerais, no período de 2001/2009, são apresentados na tabela a seguir.

Exercícios de 2001 a 2009

Exercício	Nascidos Vivos	Óbitos	Mortalidade Infantil (%)
2001	71.501	1.328	18,6
2002	67.720	1.305	19,3
2003	70.189	1.324	18,9
2004	66.254	1.314	19,8
2005	67.356	1.280	19,0
2006	64.195	1.218	19,0
2007	60.686	1.048	17,3
2008	61.321	1.005	16,4
2009	55.183	903	16,4

FONTE: Caderno de Indicadores SEPLAG/2010

Objetivo estratégico da área: reduzir as disparidades regionais em saúde e saneamento. Resultado finalístico: reduzir a Taxa de Mortalidade Infantil nas Macrorregiões de Saúde: Jequitinhonha, Leste, Norte de Minas e Nordeste.

1.13.2 Programas contemplados na Área Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce e execuções no período compreendido entre 2008 a 2010.

Exercícios de 2008 a 2010											Em R\$
Programa		2008			2009			2010			
Cod.	Descrição	UO	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.	Despesa Realizada	AV %	% s/ Créd. Aut.
1	1 Aceleração da Aprendizagem na Região do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce	SEE	955.525,93	0,42	90,14	6.769.829,55	3,13	84,95	759.174,29	0,36	37,96
15	15 Desenvolvimento da Produção Local e Acesso a Mercados	IDENE	1.885.299,83	0,83	64,95	-	-	-	-	-	-
39	39 Promoção de Investimentos e Inserção Regional (Inclusive Agronegócio)	SEDECON	330.833,00	0,14	34,12	463.000,00	0,21	92,60	-	-	-
59	59 Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva	IDENE	-	-	-	11.586.966,51	5,36	-	13.318.017,96	6,24	54,70
Total Programas Estruturadores			3.171.658,76	1,39	-	18.819.796,06	8,70	-	14.077.192,25	6,59	53,42
127	127 Infra-Estrutura Rural	RURALMINAS	137.765.483,19	60,38	56,42	1.637.366,75	0,76	51,52	-	-	-
148	148 Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - Fase Dois - Prodetur/Ne-II	SETUR	15.796.389,21	6,92	21,33	7.365.960,54	3,41	23,69	5.030.828,17	2,36	16,16
156	156 Comunidade Viva	IDENE	4.025.125,75	1,76	28,42	665.921,30	0,31	11,59	14.748.759,95	6,91	67,93
165	165 Leite pela Vida	IDENE	59.808.080,91	26,21	84,35	52.734.460,92	24,38	81,58	66.447.889,83	31,12	97,34
166	166 Barragens de Minas	RURALMINAS	-	-	-	107.028.548,15	49,49	-	86.381.848,94	40,46	-
176	176 Cidadão Net	IDENE	979.119,90	0,43	15,22	-	-	-	-	-	-
179	179 Cidadão Nota Dez	IDENE	6.426.748,76	2,82	34,47	8.888.940,81	4,11	92,14	7.730.940,37	3,62	99,80
193	193 Turismo Solidário	IDENE	196.000,00	0,09	21,19	19.136.421,09	8,85	95,79	-	-	-
198	198 Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	IDENE	-	-	-	-	-	-	19.078.500,00	8,94	-
243	243 Funderur - Apoio ao Pequeno Produtor Rural	FUNDERUR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Programas Associados			224.996.947,72	98,61	52,37	197.457.609,56	91,30	80,52	199.418.767,26	93,41	80,91
Total da Área de Resultados			228.168.606,48	100,00	52,51	216.277.405,62	100,00	80,21	213.495.959,51	100,00	71,36
Despesa Total do Exercício			43.708.819.423,18			47.381.905.333,35			55.997.530.800,08		
% da Área de Resultados em relação Despesa Total do Exercício				0,52			0,46			0,38	

FONTE: Armazém de Informações - SIAFI.

Os programas da área foram analisados de forma global, não sendo realizada a análise específica de cada um.

1.13.3 Conclusão

As regiões do Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce são aquelas que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano, econômico e social no Estado de Minas Gerais. Visando ao desenvolvimento dessas áreas, e consequentemente, contribuindo para atenuar as disparidades regionais e iniquidades sociais, o Estado de Minas Gerais estabeleceu objetivos estratégicos que gerariam resultados finalísticos.

Após a análise de todos os indicadores, pode-se inferir que o Estado não tem sido consistente, no que tange aos investimentos realizados na Área de Resultados Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, uma vez que os recursos direcionados para essa área vêm diminuindo gradativamente, ao longo dos últimos três exercícios, sem que se verifique melhoria expressiva nos indicadores para justificar tal redução.

A efetividade das ações implementadas, na área ora analisada, pode ser identificada nos resultados apresentados dos indicadores: Participação do Grande Norte na Arrecadação do ICMS do Estado de Minas Gerais, Taxa de Distorção Idade-Série e Taxa de Mortalidade Infantil. No que se refere ao primeiro indicador, os dados demonstram, especificamente os relativos aos exercícios de 2006 a 2009, quedas nos percentuais dessa participação, na contramão do desejável, ou seja, quanto maior o percentual, melhor seria os resultados para a região. Salienta-se que o ideal seria o indicador medir a taxa de crescimento da região com as demais do Estado, ou com o crescimento médio total do Estado. Quanto ao segundo indicador, Taxa de Distorção Idade-Série, os percentuais demonstram uma ligeira queda, se comparado 2008/2009 e, no terceiro indicador, Taxa de Mortalidade Infantil, os percentuais praticamente permaneceram estáveis, para os últimos três anos, o que

traduz, de um modo geral, uma redução da efetividade do Estado no que concerne às ações voltadas para a área de Resultados Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, traduzida, especificamente, pelos indicadores ora analisados.

A eficácia das ações empreendidas pelo Estado pode ser medida nos resultados apresentados pelos indicadores: Percentual de Jovens e Adultos Alfabetizados pelo Programa Cidadão Nota Dez e Taxa de Internação por Desnutrição Infantil. Relativamente ao primeiro indicador, verifica-se que houve uma piora considerável, de 2008 para 2009, do número de jovens e adultos alfabetizados, que, em termos percentuais, passou de 73,7% para 21,2%. Situação bastante insatisfatória, considerando que quanto maior o percentual, melhor seria o resultado, cabendo, enfim, como sugestão, levantamento sobre os motivos que levaram a essa queda. Para o segundo indicador, Desnutrição Infantil, verificou-se que os percentuais de 4,1%, em 2007 e 4,2%, em 2008 e 2009, traduzem estabilidade de internações por desnutrição infantil, nos últimos três exercícios, situação também insatisfatória, considerando que quanto menores os percentuais, melhor é o resultado.

Finalmente, em termos gerais, a área de resultados apresentou percentuais compatíveis em relação à execução orçamentária e física, 78,25% e 84,36%, respectivamente. O IAO atingiu o índice de 66,01 %, indicando um bom desempenho.

